

ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço



Ano 48 — Série VII — N.º 221
20 de Abril de 1978

Preço: 7\$50

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português ★ Red. / Adm. - Av. Santos Dumont, 57 - 3.º - Tels. 769725 - Telex - 13411 - Composição e Impressão - Heská Portuguesa - Distribuição - CDL, R. Pedro Nunes, 9-A Telef. 43537-40605-41787

O POVO PORTUGUÊS DIZ NÃO AOS AUMENTOS DE PREÇOS!



Tal como em muitos outros pontos do País, o povo de Lisboa desceu à rua para manifestar o seu protesto contra as medidas antipopulares do Governo PS/CDS. Reportagens na pág. 3.

ENSINO
PARA A DEMOCRACIA
DEMOCRACIA
PARA O ENSINO

Sábado e Domingo
na Voz do Operário

**ENCONTRO DAS ORGANIZAÇÕES DO PCP
SOBRE A EDUCAÇÃO E O ENSINO**

Pág. 7

25 de Abril

Iniciativas em todo o País comemoram o Dia da Liberdade. Em Lisboa, a Comissão de Unidade promove, no Parque Eduardo VII, a partir das 10 horas, uma festa popular, com a participação de numerosos artistas, que inclui iniciativas para crianças, e que encerrará às 17 e 30 com um comício em que usarão da palavra José Manuel Tengarrinha, Lopes Cardoso, Octávio Pato e Piteira Santos - Pág. 3



O camarada Álvaro Cunhal participou na passada semana numa sessão de esclarecimento no Seixal (gravura de cima) e no comício de encerramento da 1.ª Assembleia da Organização do PCP de Vila Franca de Xira (gravura de baixo) onde pronunciou, de improviso, um discurso de que o «Avante!» publica os trechos mais importantes nas páginas centrais

ESCLARECER E ORGANIZAR



● Avança em todo o País a preparação para o XI Festival da Juventude que se realizará em Cuba.

● Em organização o Festival da Canção Política para apuramento da representação portuguesa em Havana.

Pág. 8



Lenine nasceu há 108 anos

- Artigo do camarada Rodney Arismendi, secretário-geral do Partido Comunista do Uruguai - Pág. 12.
- Na secção *Temas Ideológicos* (Pág. 10), um resumo sobre as bases filosóficas do leninismo.

A escandalosa manobra do PS sobre o Conselho Municipal

Hoje, às 18 e 30, na Praça do Município, manifestação contra a manobra que pretende afastar do município de Lisboa representantes do povo, dos trabalhadores, da democracia!

Pág. 8.

Editorial

A LIÇÃO DE UM FACTO

Editorial

A LIÇÃO DE UM FACTO

É patente aos olhos de quem quer ver que está em curso uma vasta manobra de desestabilização político-militar delineada e posta em execução pelas forças da extrema-direita.

Está também claro que o objectivo central desta manobra desestabilizadora é a criação do clima e das condições favoráveis à alteração violenta das instituições democráticas e ao restabelecimento por meio do golpe ou de um pronunciamento, sobre os escombros da democracia, de uma ditadura reacçãoária.

Os recentes acontecimentos dos Açores, que culminaram com o sequestro e a agressão de um membro do Governo central pelos separatistas da FLA inscrevem-se indubitavelmente no quadro dessa manobra desestabilizadora da extrema-direita pró-fascista.

No eixo desta operação contra a democracia portuguesa estão de maneira evidente Sá Carneiro e a ala extremista de direita do PSD e um conjunto de forças fascistas e fascizantes com Kaúlza de Arriaga e o MIRN, que polarizam à sua volta as forças e elementos mais reacçãoários, entre eles naturalmente os separatistas da FLA e da FLAMA.

A actual correlação de forças não é favorável aos extremistas da direita e aos seus objectivos golpistas. Daí, que cada uma das suas iniciativas se tenha saldado em geral por um fracasso.

Os ultras da direita não se conformam porém com a legalidade democrática. Estão impacientes, nervosos, sedentos do Poder. Não querem esperar por 1980 nem submeter-se à normalidade constitucional que aponta para essa data a realização de novas eleições legislativas, nem por 1981 data em que terão lugar novas eleições presidenciais.

O tempo que passa consolida o regime democrático e essa coisa das eleições é um processo moroso para a sua sofreguidão de Poder. E uma operação que pode ter resultados imprevisíveis. O «referendo» à boa maneira de Salazar, para já «sem o Presidente da República e se for preciso contra o Presidente da República» e se necessário através de um «levantamento de massas» daria aos ultras do PPD e do MIRN, com um certo verniz «democrático» e resultados infalíveis, a obtenção dos seus objectivos a curto prazo entre os quais a revisão imediata de uma Constituição incómoda.

A truculência da proclamação do Vimeiro alargou o fosso no seio do partido de Sá Carneiro. Toda a sua Comissão Política saltou em bloco do carro dirigente na tempestuosa sessão do «Sheraton» e uma nova equipa da confiança do chefe do PPD assumiu os comandos até ao próximo Congresso.

Um facto curioso deve reter-se: quando no luxuoso hotel americano de Lisboa se derrima a favor de Sá Carneiro o grave conflito interno do PPD/PSD, tinha lugar em Ponta Delgada, nos Açores, a provocação separatista da FLA contra o ministro do Governo central.

Desta vez pode não ter havido o telefonema «aqueçam aí o ambiente!...» mas não há dúvida que a simultaneidade dos dois acontecimentos é mais do que uma coincidência.

★ ★

De há muito o PCP vem denunciando o terrorismo no Continente e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e o separatismo encabeçado pela FLA e pela FLAMA como braços de uma conspiração fascista em que estão empenhados elementos extremistas do PPD e do CDS.

O CDS está no Governo como parceiro do PS mas vários dos terroristas em julgamento no Tribunal Militar Territorial de Lisboa eram membros ou participavam em actividades do CDS.

O PPD tem o controlo absoluto dos Governos das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores mas é um facto conhecido que na FLA e na FLAMA milita gente que não esconde as suas afinidades e contactos com aquele partido.

Ainda há pouco tempo quando o PCP veio a público denunciar os perigos e o carácter fascista do separatismo insular e defender a necessidade de levar o 25 de Abril aos Açores e à Madeira os chefes do PPD nas Regiões Autónomas vieram à liça desmentir as denúncias dos comunistas.

Não deixa de ser significativo deste esforço de «virar o bico ao prego» à verdade histórica o facto de dois dias antes da recente arruaça separatista dos Açores os dirigentes do PSD terem vindo a público atacar... o separatismo dos comunistas portugueses (!!!).

Diziam eles: «Cunhal, incapaz de impor o seu totalitarismo na Madeira e nos Açores tenta escamotear o seu envolvimento Kadhafiano nos movimentos separatistas».

De facto não se pode ser mais descarado e mistificador. Na verdade os comunistas têm sido o alvo principal do terrorismo dos separatistas da FLA e da FLAMA. Uma fúria raivosa os impele para «separar», para segregar, os comunistas açorianos e madeirenses da vida política e social das Regiões Autónomas e até mesmo do próprio território insular.

Centros de Trabalho do PCP têm sido atacados e destruídos à bomba e militantes comunistas agredidos e mesmo expulsos à força da sua ilha natal.

Mas cada vez mais os comunistas têm o apoio dos trabalhadores e da população patriótica dos Açores e da Madeira contra a ridícula minoria dos arruaceiros separatistas.

Cada vez mais na luta comum para levar o 25 de Abril às Regiões Autónomas dos Arquipélagos portugueses do Atlântico, socialistas e comunistas se unem do mesmo lado da barricada contra o separatismo fascista, como agora aconteceu durante o sequestro e agressão de um membro socialista do Governo central.

★ ★

Que Mota Amaral se tenha recusado a regressar imediatamente aos Açores para como chefe do Governo autónomo tomar as medidas que se impunham para restabelecer a ordem e a legalidade na ilha de S. Miguel e noutras ilhas do Arquipélago isso compreende-se pela cobertura que os dirigentes do PPD têm dado aos separatistas açorianos. Também se compreende que tenha falado na necessidade de «desdramatizar urgentemente a situação».

Que o ministro socialista Jaime Gama tenha feito o mesmo já é, porém, incompreensível. O ministro Jaime Gama conhecido por ter no passado sugerido a participação do PS no Governo autónomo dos Açores como resposta às exigências de participação do PPD/PSD no Governo central, procurou reduzir a uma insignificância os acontecimentos de Ponta Delgada.

O sequestro e agressão de um seu colega do ministério e seu companheiro de partido «enfermaram numa certa dramatização». Retirar dramatismo, «desdramatizar os acontecimentos», «não estender a todo o Arquipélago dos Açores e mesmo a toda a ilha de S. Miguel problemas que não ultrapassam o âmbito da cidade de Ponta Delgada», eis a grande preocupação do ministro Jaime Gama. Encerrar medidas sérias contra o separatismo fascista nos Açores e na Madeira é uma coisa que não ficou clara nas declarações do ministro.

★ ★

As provocações separatistas de Ponta Delgada vêm pôr de manifesto o significado e as

consequências de certas alianças políticas dos dirigentes do PS.

Ainda há dias o deputado e dirigente do CDS, Lucas Pires, em sintonia com as posições golpistas de Sá Carneiro, veio confessar ao público que o seu partido se encontrava na coligação governamental para aí combater melhor o PS, seu parceiro maioritário no Governo.

Antessem um outro elemento destacado do CDS, deputado e componente da equipa ministerial do MAP, atacava o próprio ministro, em sintonia com os ataques da CAP.

Rui Pena, Ministro da Reforma Administrativa, acompanhou aos Açores o ministro Almeida Santos, certamente para salvar a face do seu partido na questão do terrorismo e do separatismo nos Açores e na Madeira. A rede bombista em julgamento nos Tribunais de Lisboa, em que estão comprometidos elementos do CDS, que o próprio Rui Pena defendia como advogado antes da sua inclusão no Governo, está muito presumivelmente ligada aos atentados bombistas dos Açores e da Madeira.

Só os cegos não vêem que, Independentemente das atitudes e intenções de um ou outro político do CDS, a manobra envolvente daquele partido contra os seus parceiros socialistas da coligação governamental é uma realidade.

Kaúlza, identificado com Sá Carneiro e Lucas Pires no pólo desestabilizador da extrema-direita, ameaça abertamente com a prisão (pelo menos) o Primeiro-Ministro Mário Soares.

Da parte dos dirigentes socialistas, em vez duma atitude viril e combativa contra as manobras da extrema-direita que os não pouparia na sua voragem do Poder preferem atacar os comunistas e desfigurar a sua posição patriótica.

Os preconceitos anticomunistas continuam silenciando ou desnatando a política patriótica do PCP, a sua contribuição real e positiva para a procura de soluções correctas para os problemas nacionais como ficou demonstrado no debate da TV sobre as questões económicas do País.

E enquanto isto socialistas e comunistas nos Açores animam e organizam unidos as manifestações populares de repúdio contra a provocação separatista de Ponta Delgada.

Os acontecimentos dos Açores encerram uma lição importante para o PS: a das alianças que levam ao suicídio político e a das que podem garantir a salvaguarda das liberdades e da democracia e a integridade das conquistas de Abril.

Que os socialistas tirem urgentemente a lição dos factos.

A agressão a Almeida Santos

1 O País tomou conhecimento da brutal agressão de que foi vítima em Ponta Delgada, nos Açores, o dr. Almeida Santos, dirigente do Partido Socialista e Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro do actual Governo, bem como a agressão praticada em pessoas que o acompanhavam.

O PCP não pode deixar de manifestar o mais enérgico repúdio por mais este atentado às liberdades democráticas nas Regiões Autónomas, com governos regionais dominados pelo PPD, que constitui uma clara provocação contra o regime democrático consagrado na Constituição.

2 As notícias conhecidas apontam claramente a responsabilidade dos graves acontecimentos mais uma vez para a FLA, a organização separatista atrás da qual actuam as forças fascistas do arquipélago.

A campanha da imprensa dos Açores ligada às forças fascistas e separatistas, criando um clima hostil à presença do dr. Almeida Santos, demonstra claramente como a manifestação no aeroporto, as agressões, a invasão ao Centro de Trabalho do PS, o sequestro por elementos da FLA e a expulsão do Ministro faziam parte de um plano meticulosamente preparado pelas forças reacçãoárias do Arquipélago.

Trata-se das mesmas forças fascistas que têm procurado impedir que o 25 de Abril chegue aos Açores e Madeira e que se encontrem envolvidas em dezenas de acções contra as liberdades e os direitos constitucionais e em actos terroristas, que o PCP tem denunciado persistentemente.

3 O PCP não pode deixar de estranhar a passividade do comando da PSP de Ponta Delgada perante os graves acontecimentos que se prolongaram por bastante tempo e que não eram difíceis de prever, dado o incitamento da imprensa reacçãoária local à hostilização da presença de Almeida Santos em Ponta Delgada.

4 Não deixam de ser significativas, independentemente das suas conhecidas posições de "passa-culpas" em relação ao separatismo, as afirmações feitas em Lisboa pelo Presidente do Governo Regional dos Açores, sr. Mota Amaral, do PPD, tendentes a minimizar os acontecimentos com a alegação que não se deve dramatizar, e para os quais não encontrou termo mais apropriado que "lamentáveis", o que de facto representa uma autêntica cobertura dos mesmos.

5 Estes gravíssimos acontecimentos mais não vêm que confirmar, de forma clamorosa, as denúncias

constantemente feitas pelo PCP da real situação que se vive nas Regiões Autónomas dirigidas por Governos dominados pelo PPD e que se caracteriza pela ausência das liberdades e direitos democráticos, pelos contínuos atropelos aos princípios constitucionais, pela prática de agressões, provocações e actos terroristas por forças fascistas apresentando-se sob a capa do separatismo com a connivência e cobertura dos Governos Regionais.

6 Como o PCP sempre tem afirmado, a acção das forças fascistas e separatistas nas regiões autónomas é não só uma violação e um atentado aos legítimos interesses, direitos e liberdades dos povos respectivos, mas um constante foco de conspiração contra o regime democrático, a integridade do território e a independência nacional.

A ameaça e a chantagem do separatismo têm sido uma arma das forças fascistas dos Açores e Madeira para a defesa de privilégios e do poder fascizante dos grandes capitalistas e grandes proprietários e para impedir nos arquipélagos uma real vida democrática, para impedir que o 25 de Abril lá chegue.

As ofensivas da reacção e do separatismo nos Açores e Madeira desde o 25 de Abril têm sido sempre sistematicamente lançadas em estreita coordenação com as

ofensivas da reacção no Continente, inserindo-se além disso nos planos do imperialismo visando a manutenção das suas posições militares e estratégicas.

O separatismo, como tem afirmado o PCP, é uma arma do fascismo e da reacção internas e do imperialismo estrangeiro.

O PCP não pode deixar de alertar para a coincidência de a agressão ao Ministro Almeida Santos aparecer na continuação do recrudescimento das pressões separatistas e num momento de grande ofensiva das forças de direita polarizadas em torno da coligação Kaúlza/PPD/Sá Carneiro, tendentes a subverter a ordem democrática e constitucional.

7 O Partido Comunista Português, ao repudiar os acontecimentos de Ponta Delgada, não pode deixar de manifestar a sua solidariedade com todos os democratas vítimas das provocações fascistas e separatistas.

O PCP já de há muito vem alertando o PS para o facto de que os atentados e agressões das forças fascistas, ainda que num primeiro momento se dirigiam sobre tudo contra os comunistas, acabaram por atingir os outros democratas, nomeadamente os socialistas, porque o seu real objectivo é o da liquidação da própria democracia.



O camarada Armando Panguene com o colectivo do «Avante!»

Armando Panguene visitou o «Avante!»

O embaixador da República Popular de Moçambique em Lisboa, camarada Armando Panguene, visitou recentemente as instalações da redacção do «Avante!».

A gravura documenta um aspecto da carinhosa e singela recepção feita ao camarada Armando Panguene, membro do Comité Central da Freilmo pelo colectivo dos

trabalhadores do «Avante!» e durante a qual o camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC do PCP e director do «Avante!» recordou e reafirmou a solidariedade dos comunistas portugueses para com o povo moçambicano e o seu partido revolucionário, a Freilmo, solidariedade que existe desde os primeiros

tempos da luta contra a opressão colonial do povo de Moçambique que com determinação e coragem conquistou a sua liberdade.

Ao agradecer, o camarada Armando Panguene manifestou a sua satisfação pela oportunidade de convívio com os camaradas portugueses.

Delegação do PSUA em Portugal

De 8 a 16 de Abril, visitou Portugal uma delegação do Comité Central do Partido Socialista Unificado da Alemanha que se deslocou ao nosso país para o estudo de questões relacionadas com o trabalho de organização do Partido Comunista Português.

A delegação era composta por Ernst Timm, membro do Comité Central do PSUA e Primeiro Secretário do Distrito de Rostock, Kurt Rindnagel, colaborador do CC e responsável da organização interna do PSUA e Karl-Heinz Ehlers, do Departamento Internacional.

Além de uma reunião com uma delegação do CC do PCP composta por Blaquid Teixeira, membro da Comissão Política do CC, Jaime Félix, do Comité Central e Carlos Ramalhes, membro suplente do Comité Central, esta delegação teve encontros de trabalho com diversos organismos do Partido, entre os quais o Organismo dos Concelhos do Norte e a Comissão de Organização da DORL, a Comissão Concelhia do Barreiro, o Secretariado da célula do PCP na Quimigal, a Direcção da Organização Regional das Beiras e a Direcção da Organização Regional do Oeste e Ribatejo.

A delegação visitou diversas localidades nas regiões de Lisboa, Setúbal, Coimbra e Marinha Grande, onde tomou contacto com vários aspectos da actividade do PCP.

Esta visita, inserindo-se no quadro dos fraternais laços de

amizade que unem o Partido Socialista Unificado da Alemanha e o Partido Comunista Português, veio reforçar ainda mais, pela troca de informações e de experiências que porporcionou, as relações de cooperação existentes entre os dois Partidos.

Comunistas portugueses na Checoslováquia

A convite do Partido Comunista da Checoslováquia, uma delegação de estudo do PCP sobre organização e gestão de cooperativas agrícolas visitou a República Socialista da Checoslováquia, entre 31 de Março e 7 de Abril, no quadro das relações de amizade e cooperação que existem entre os dois Partidos.

A delegação, composta por operários agrícolas e organizações camponesas, foi recebida, em Praga, no Comité Central do Partido Comunista da Checoslováquia e no Comité Central da União dos Camponeses Cooperativistas. Em Bratislava, foi recebida no Comité Central do Partido Comunista da Eslováquia. Deslocando-se a vários distritos e regiões, onde se avisitou com os respectivos Comités do Partido Comunista da Checoslováquia, a delegação visitou cooperativas agrícolas, estabelecimentos de criação de gado e pecuária, complexos de produção de carne, estufas

e centros de reparação de maquinaria agrícola, onde teve oportunidade de conhecer directamente as experiências do Partido Comunista da Checoslováquia e os êxitos obtidos no desenvolvimento da produção na agricultura da República Socialista da Checoslováquia.

A visita da delegação de estudo do PCP contribuiu para um melhor conhecimento da realidade naquele sector agrícola e para fortalecer os laços de amizade e cooperação existentes entre os dois Partidos.

Solidariedade com o povo chileno

A convite do Comité Chile Democrático, encontra-se na República Socialista Popular Árabe da Líbia o camarada Rogério de Carvalho, membro do Comité Central do Partido Comunista Português.

Rogério de Carvalho representou o PCP numa reunião de Solidariedade ao Povo do Chile, que se realizou em Benghazi, de 17 a 19 de Abril.

Congresso do PCE

Partiu na passada terça-feira para Madrid onde representará o Partido Comunista Português no IX Congresso do Partido Comunista de Espanha, o camarada Albano Nunes, membro do CC e responsável pela Secção Internacional.

O IX Congresso do PCE decorrerá na capital espanhola de 19 a 23 de Abril.

O que é a FAPIR?

A Direcção da Organização Regional de Lisboa (DORL) do PCP divulgou a seguinte nota:

Tendo-nos sido dirigidos ultimamente variados pedidos de esclarecimento sobre a denominação «Frente dos Artistas Populares, Intelectuais e Revolucionários — FAPIR», entende a Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP necessário esclarecer o seguinte: A FAPIR é uma organização que se pretende apresentar como unitária e apertidária, mas que teve como fundamental actividade o apoio aos GDUPs e ao MUP telista, conforme aliás reconhece nos seus próprios «estatutos» e «plano de acção imediata». Periodicamente, saíam sua letargia para desenvolver iniciativas propagandísticas de apoio e cobertura aos grupos esquerdistas, quando estes reactivam a sua acção divisionista, aventureira e de confusão. É isso precisamente o que se tem verificado nos últimos tempos, quer usando a sua sigla, quer disfarçando-se atrás de «comissões organizadoras» ou «comissões promotoras» anónimas, ad hoc forjadas, e de nomes de pessoas que, nada tendo a ver com a FAPIR, foram por ela eventualmente enganadas com expedientes vários.

O PCP é pois de todo em todo alheio à FAPIR e a quaisquer actividades e iniciativas suas, declaradas ou encobertas.

Avante!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Av. António Sérgio, 26-2.º D.º — Lisboa-1, Tel. 769895/7.

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-2.º D.º — Lisboa-1, Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º D.º — Lisboa-1, Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDE, Central Distribuidora Livreira, SARL, Central: Rua Pedro Nunes, 9-A — Lisboa-1, Tel. 769744/769751.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C — Lisboa-1, Tel. 769705.

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — Lisboa-2, Tel. 372238.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 57B — Porto, Tel. 28938.

Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esc.º — Porto, Tel. 510441.

Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Erva, 6 — Coimbra, Tel. 28394.

Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 — Santarém, Tel. 24584.

Centro Distribuidor de Setúbal: Rua do Angola, 29-A — Setúbal, Tel. 29493.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alcarrova de Baixo, 13 — Évora, Tel. 23651.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 — Faro, Tel. 24417.

ASSINATURAS: CDE, Departamento de Venda Directa, Av. Santos Dumont, 50 — Lisboa-1, Tel. 763701.

PUBLICAÇÃO: Lisboa: R. Pedro Nunes, 9-A — Lisboa-1, Tel. 41787. Composto e impresso na Hestia Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Várzea Nova — Amadora.

Tiragem média do mês de Março: 83 460



Concentração em Lisboa contra o aumento dos preços

● Manifestações em Almada, Coimbra, Marinha Grande, Montijo, Moita, Grândola, Couço, Cercal e Alcacer do Sal

Umam folha de couve e um osso «limpo» de carne, pendurados num cartaz intitulado «Alternativa 73», era a previsão de um dos manifestantes no caso de se manter a presente política económica do PS, apoiada pelo CDS.

E se alguns expressaram o seu descontentamento com humor — arma importante no desmontar da política de recuperação capitalista feita em nome «dos interesses dos trabalhadores» — já a esmagadora maioria dos milhares de manifestantes que se concentraram frente ao Ministério do Comércio e Turismo, da responsabilidade do ministro CDS Basílio Horta, não manifestava desejos de sorrir: cada vez mais o poder de compra se reduz e, como foi dito na concentração, qualquer dia só, nos resta dar aos nossos filhos batatas com batatas.

Convocada pelo Movimento Democrático de Mulheres, pelo Departamento de Mulheres da União dos Sindicatos de Lisboa e pelas Comissões Unitárias de Mulheres, a concentração de sexta-feira última foi a expressão de repúdio do povo de Lisboa pelo aumento do custo de vida.

Manifestações idênticas decorreram noutras partes do país. Na véspera, a população de Almada veio também para a rua protestar contra a política de fome que o Governo pretende impor.

Muito antes da hora aprazada a concentração de populares ia rapidamente engrossando à medida que os empregos fechavam as suas portas. Centenas de cartazes das organizações presentes estabeleciam a unanimidade no repúdio pelo aumento do custo de vida.

Era grande a participação das mulheres, muitas das quais se fizeram acompanhar pelos seus filhos. Mercê da organização social a mulher está em contacto directo com o aumento dos preços — ela constata-os no dia-a-dia, sabe-lhe os efeitos — e é flagrantíssimo

a angústia e o desânimo que se verificam nos mercados e nas lojas quando, de cabaz na mão, as donas-de-casa perguntam os preços e, deitando rapidamente contos à vida, optam por comprar uma quantidade reduzida ou se retiram de mãos a abanar em busca de outra solução mais de acordo com a bolsa.

Uma instalação sonora improvisada transmitiu aos presentes as palavras de uma das representantes da Comissão Promotora da concentração e recordou mais uma vez ao ministro CDS que o povo de Lisboa protesta contra as medidas que o governo aprovou e que ele insiste em dizer que não podiam deixar de ser assim.

Falando em nome da Comissão Promotora, Maria José Gomes, do Movimento Democrático de Mulheres assinalaria a concentração, como o testemunho de que o povo de Lisboa diz não à política de miséria e de fome do actual governo PS-CDS.

Evocando o descontentamento que de Norte a Sul se faz sentir para depois enumerar as dificuldades que aumentam de dia para dia, a oradora acrescentou:

Contrariamente ao que sucedeu nos dois primeiros anos da Revolução, em que se verificou uma melhoria no nível de vida do povo português, a partir do início de 1976 a situação alterou-se radicalmente. Os preços começaram a subir muito mais do que os salários e as condições de vida das camadas mais desfavorecidas da população portuguesa principiaram a descer vertiginosamente.

Depois de sublinhar que os preços sobem de uma maneira imoral porque o Governo se submete às exigências do imperialismo através do FMI, porque à frente do Ministério do Comércio e Turismo está o membro de um período que é um dos fiéis servidores dos grandes

intermediários e do grande patronato e porque o governo se recusa a pôr em prática uma política de austeridade que atinja e limite fundamentalmente os consumos supérfluos.

Saliendo ainda a necessidade de combater as forças reacçãoárias que procuram culpar o 25 de Abril dos males actuais, quando na verdade o agravamento da crise resulta precisamente de não estarem a ser respeitados a Constituição e os princípios libertadores da Revolução de Abril Maria José Gomes apelou para a unidade e organização de todos os trabalhadores e da população em geral para se pôr um travão ao aumento escandaloso do custo de vida e impedir que as grandes conquistas da Revolução continuem a ser atacadas e que os direitos e os interesses dos trabalhadores sejam continuamente desrespeitados.

Cara Magro, do Departamento de Mulheres da União dos Sindicatos de Lisboa lerá em seguida a moção que foi aprovada por unanimidade, sendo depois entregue aos órgãos de poder.

A concentração dispersou mantendo-se a determinação de que a luta é de todos os dias e não se restringe apenas àquela data e àquela hora.

Manifestações por todo o País

Mas a manifestação de repúdio pelo aumento do custo de vida não se limitou à capital. Já antes, no Norte, se verificaram manifestações que o «Avante!» noticiou.

Quinta-feira última, a população de Almada acorreu à rua expressando inequivocamente o seu repúdio pela política económica do Governo, cada vez mais subserviente ao FMI.

Saliendo do descrédito da política da coligação PS/CDS,

Fernando Viçêncio, da Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores do Concelho de Almada diria que os trabalhadores e todas as forças democráticas se berrão encontrar, na prática e dentro da legalidade constitucional, um novo Governo e uma nova política que defendam os interesses mais profundos do povo português.

Por seu turno, Gina Rocha, da Comissão de Reformados, faria a seguinte interogação durante a sua intervenção:

Gostariamos de saber como viveriam alguns ministros ou algumas damas emplumadas do CDS com as pensões que são atribuídas à maioria dos reformados e pensionistas de Portugal?

Também Almerinda Almeida, do MDM, expressaria a sua preocupação pelo futuro ao interogar:

Será que os nossos filhos não terão direito a comer bife e peixe fresco? Ou será que esse privilégio está reservado aos filhos dos senhores ministros?

A manifestação, que partiu da doca da Lisnave, percorreu as ruas de Almada terminando junto à Câmara Municipal onde o respectivo presidente recebeu os manifestantes afirmando o seu acordo com os objectivos defendidos e prometendo fazer chegar ao poder central as moções que lhe foram entregues.

De Coimbra a Grândola

No mesmo dia em que decorreu a concentração de Lisboa, frente ao Ministério do Comércio e Turismo, realizaram-se outras manifestações em diversas localidades do país e que englobaram milhares de pessoas.

Assim sucedeu em Coimbra, onde mais de seis mil pessoas se concentraram no Largo do Anado. Após a leitura de breves intervenções dos representantes

da União dos Sindicatos de Coimbra e da Comissão Unitária de Mulheres, respectivamente José Jorge Ferreira e Maria de Lurdes Gonçalves, os manifestantes dirigiram-se para o Governo Civil onde foi lida uma saudação da CGTP-Intersindical e foi aprovada uma moção a enviar aos órgãos de poder.

Entretanto, um abáxo-assinado posto a circular pelo MDM e o Departamento de Mulheres da USC contava já com 8249 assinaturas no momento em que foi entregue, continuando no entanto a circular para angariar mais nomes dos que se opõem ao aumento do custo de vida.

Na Marinha Grande a manifestação foi convocada por um grupo de trabalhadores da Fábrica Escola Imóveis Stephens e contou com a adesão de diversas organizações laborais.

Nesta vila com fortes tradições na luta revolucionária milhares de trabalhadores, com particular destaque para as mulheres, vieram para a rua expressar o seu repúdio pela política económica do governo PS-CDS.

Também em Riba d'Ave se verificou no dia 16 uma manifestação contra o custo de vida. Na moção aprovada por todos os presentes pede-se que seja adoptada na política de redução drástica dos gastos supérfluos ou supérfluos e se mobilize todos os recursos nacionais para um aumento decidido da produção.

Outro tanto sucedeu no Montijo, onde cerca de duas mil pessoas se concentraram junto à praça de touros correspondendo ao apelo das diversas organizações sindicais, comissões de trabalhadores e comissões de reformados.

A manifestação dirigiu-se ao largo da Câmara Municipal. No Barreiro a concentração decorreu no recinto da Antiga Cordoaria Nicola, no passado dia 14. Várias organizações sindicais e organismos populares deram o seu apoio. Durante

a concentração foi unânime a opinião de que não foi esta a política económica que o povo trabalhador aplaudiu em 25 de Abril e que em 2 de Abril de 1976 viu colmatada com a Constituição.

Ao pôr da concentração, Moita manifestou igualmente o seu repúdio pelo aumento do custo de vida. A concentração decorreu no

República mobilizadas pelo núcleo local do MDM. Também não se notava qualquer simpatia pelas recentes medidas do governo PS/CD. Após um desfile pelas ruas da vila realizou-se um comício em que falaram uma representante do MDM e um dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Setúbal.

pela Comissão Unitária de Mulheres.

No Cercal, foram quase três mil pessoas as que acorram ao apelo feito para a manifestação. Aliás, nessa mesma noite, em Santiago do Cacém realizou-se um plenário de moradores na Casa do Povo por iniciativa da União dos Sindicatos de Sines e Santiago do Cacém e que contou com o apoio de outras organizações populares, reunindo cerca de 500 pessoas.

Em Alcácer do Sal, foram três as manifestações contra o aumento do custo de vida. Realizaram-se elas nas povoações de Rio de Moinhos, Barrancão e Caseres, reunindo no total cerca de mil pessoas e tendo sido aprovadas moções de repúdio contra a subida dos preços.

Próximas manifestações

Hoje, a população de Setúbal manifesta-se contra o aumento do custo de vida na Praça do Borage, pelas 19 horas.

Mas a indignação popular não se extinguiu. Outras manifestações estão já marcadas. Em Braga, as Comissões Unitárias de Mulheres realizam no próximo dia 21, pelas 18 e 20, na Praça do Município, uma grande manifestação contra a subida de preços.

Por seu turno a população de Guimarães manifesta-se no dia 22, pelas 16 horas, em frente à Câmara Municipal. A concentração é promovida pelas Comissões Unitárias de Mulheres de Creixomil, Pevideim, Moreira de Cónegos e de Guimarães.

Em Viana do Castelo, está marcada uma manifestação, no sábado, contra o aumento do custo de vida, pelas 15 horas, junto ao Governo Civil.

Por seu turno, várias Unidades Colectivas de Produção e Cooperativas deram já o seu apoio à manifestação contra o aumento do custo de vida que no sábado se realiza em Beja.

«Do 24 de Abril não temos nenhuma saudades»

A recuperação económica do País é possível — diz a moção lida por Clara Magro e aprovada por unanimidade pelos milhares de participantes na concentração —, não com esta política que corta no pão dos trabalhadores para encher com milhões de contos os bolsos dos grandes capitalistas, mas sim garantindo o trabalho aos portugueses, defendendo as suas condições de vida, aumentando a produção, reduzindo gastos de luxo supérfluo, contando com a energia, a vontade, a capacidade e o patriotismo do Povo português.

Mais adiante acrescenta-se:

Denunciando vivamente uma política voltada contra os seus direitos e as suas condições de vida, os homens, mulheres e jovens aqui reunidos, desmascaram as manobras e conspirações reacçãoárias dos que se querem aproveitar da crise para fazer Portugal regressar ao passado fascista, de fome, miséria e repressão, e proclamam, alto e bom som, do fundo da sua consciência e do seu coração, que do 24 de Abril não têm nenhuma saudades e que estão para sempre com o 25 de Abril. Proclamam, alto e bom som que as responsabilidades das dificuldades que o País atravessa não são culpa do 25 de Abril, mas sim culpa de uma política divorciada do 25 de Abril e dos seus generosos ideais de justiça e progresso social. Proclamam alto e bom som a sua certeza de que é com o regime democrático, com o respeito e aplicação da Constituição e das conquistas populares que ela consagra, que Portugal pode sair da crise e os portugueses, hoje e amanhã, podem ver garantidos, para si e para os seus filhos, o pão, o trabalho, e a liberdade.

Largo da Câmara. Durante o comício que se realizou, falaram Isidoro Nunes, da Comissão Operária de Construção Civil «Estrela Moitense» e Irene Marques, militante do MDM.

Em Grândola, mais de duas mil pessoas juntaram-se na Praça da

No sábado, a actuação do Governo a nível económico voltou a ser contestada no Couço, Cercal do Alentejo e Alcácer do Sal.

No Couço foi anunciado durante o comício que cerca de 1300 mulheres subscreveram já um abáxo-assinado posto a circular

Numerosas iniciativas assinalam o 4.º aniversário do 25 de Abril

Uma sessão solene na Assembleia da República e uma parada militar, seguida do desfile, na Praça do Império, em Lisboa, são os dois pontos altos das cerimónias de âmbito nacional que assinalarão a passagem do quarto aniversário do derrube do fascismo, em 25 de Abril, agora consagrado como o Dia da Liberdade.

Em conferência de imprensa dada na passada terça-feira pela comissão organizadora das comemorações foi anunciado que o Presidente da República, general Ramalho Eanes, assistirá ao desfile, a partir das 10 horas, proferindo depois, ao meio-dia, uma alocução na Assembleia da República. Segundo aquela comissão, presidida pelo capitão Sousa e Castro, do Concelho da Revolução, a data será assinalada em todas as Regiões Militares com paradas militares, e com iniciativas de carácter cultural, pedagógico e desportivo em quase todas as autarquias locais.

Estas últimas iniciativas, da responsabilidade do Ministério da Educação e Cultura e em especial da Secretarie de Estado da Cultura, constarão de um concurso de artes plásticas subordinado ao tema 25 de Abril-Dia da Liberdade, recolha de poemas sobre o 25 de Abril, concertos por cerca de 600 bandas de música, projecção de filmes e outras iniciativas que se enquadram no tema geral do 25 de Abril.

Das iniciativas a realizar em Lisboa destaca-se a I Corrida da Liberdade, que terá início às 11 horas do dia 25, com partida de três locais diferentes — Largo do Carmo, Terreiro do Paço e Quartel da Pontinha — com destino à Avenida da Liberdade.

As comemorações na capital, que segundo Aquilino Ribeiro Machado, presidente da CML, terão um cariz de "festa colectiva de animação", começarão às 18 horas do dia 24 com um desfile de bandas de música entre o Rossio e o Terreiro do Paço. Nesta praça, que será fechada ao trânsito, funcionarão diversos palcos, uma bancada e barracas de comidas e bebidas, estando prevista a actuação de grupos folclóricos, teatrais e musicais. Também no Mercado do Povo decorrerão espectáculos teatrais.

Para as crianças haverá um programa especial, com passeios de barco pelo Tejo e representação de peças infantis.

A meia-noite de 24 para 25 haverá fogo de artifício, lançado de uma barçaça fundada em frente ao Cais das Colunas. Por outro lado, às 16 horas do dia 25, a esquadilha "Asas de Portugal", da Força Aérea, fará uma exibição de acrobacia sobre o Terreiro do Paço. No programa dos festejos inclui-se ainda a inauguração da piscina municipal da Penha de França às 15 horas do dia 25.

Dia da Liberdade comemorado em todo o País

Para além das iniciativas programadas pela comissão organizadora nacional, muitas outras marcarão em todo o país a passagem do quarto aniversário da Revolução de Abril. Assim, em Lisboa, inúmeras individualidades representativas de um vasto leque de tendências democráticas constituirão uma Comissão de Unidade que, no seguimento das comemorações do 2.º aniversário da Constituição, promoverá várias realizações comemorativas do Dia da Liberdade no Parque Eduardo VII. Entre as iniciativas previstas por esta Comissão salienta-se uma festa popular em que participarão diversos artistas, devendo os festejos encerrar-se com um Comício-Festa, no qual o Povo de Lisboa afirmará a sua vontade de defender o regime democrático-constitucional e as conquistas de Abril.

A Delegação do Sindicato dos Trabalhadores de Lanifícios de Cebolas, a União Local de Castelo Branco e Vila Velha de Rodão e a Associação Portuguesa de Animadores Culturais têm igualmente programadas diversas actividades para assinalar o 25 de Abril e o 1.º de Maio, no distrito de Castelo Branco. Das comemorações constarão manhãs e tardes desportivas infantis e tardes e noites culturais com a apresentação de grupos de fantoches, teatro, folclóricos, etc., torneios de futebol, estafetas e conta-mato.

Em Coruche, por seu turno, o dia será comemorado pela Câmara Municipal com uma sessão solene. No concelho do Arraolos foram os órgãos populares de base que

tomaram a iniciativa de constituir uma Comissão Unitária Organizadora das Comemorações, que se pretende sejam uma grande jornada de convívio, unidade e alegria. Dos festejos destaca-se a realização de um desfile, canto livre, quermesse, exposição e actividades culturais e desportivas.

Nos concelhos de Évora e Montemor as respectivas Câmaras Municipais preparam também as comemorações do Dia da Liberdade, para o que, juntamente com organizações de trabalhadores, moradores, de cultura e recreio, elegeram as comissões encarregues de elaborar o programa dos festejos.

Também nos concelhos de Espinho, Vila da Feira, Ovar, Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra, Estarreja, Sever do Vouga, Mealhada, Anadia estão já programadas inúmeras iniciativas para o 25 de Abril, quer a nível autárquico, quer a nível de organizações populares, quer ainda em conjunto, visando recordar neste data como foi dura a luta pela liberdade e como é importante a unidade das massas populares na sua defesa.

Por todo o País o Dia da Liberdade será comemorado numa festa nacional em que o Povo gritará bem alto — Fascismo Nunca Mais!

Em Gaia e Matosinhos

Em Colimbrões, Vila Nova de Gaia, com início no dia 24 do corrente, dez organizações unitárias promovem várias iniciativas. Pelas 21.30, espectáculo de variedades no salão dos bombeiros. Às 24 horas, princípio da Madrugada de Abril, com uma salva de 25 morteiros, seguida de uma prova de atletismo, aberta a atletas com mais de 16 anos.

No dia 25 de Abril, está prevista a projecção de filmes, uma festa infantil e a realização de várias provas desportivas.

No concelho de Gaia, desta vez no Jardim do Morro, as

comemorações começam no dia 22 do corrente com a realização de provas desportivas. À tarde, haverá um espectáculo animado por ranchos folclóricos e bandas de música. À noite, festa popular com noite de fado, sessão solene e baile.

No dia 23, está prevista a realização de um espectáculo para crianças, assim como exibição de alguns filmes.

No concelho de Matosinhos, estão programadas para os dias 23 e 24 várias iniciativas nomeadamente em S. Mamede da Infesta, Senhora da Hora, Perfite e na Lavra, por iniciativa das várias colectividades. Serão projectados filmes e haverá representações teatrais, variedades, atletismo e jogos de futebol.

No Porto e Viana do Castelo

Promovido pela Câmara Municipal do Porto com a colaboração das principais colectividades da cidade, o 4.º aniversário do 25 de Abril vai ser assinalado com numerosas iniciativas.

Dia 24, à noite — espectáculo na Praça do General Humberto Delgado, durante o qual actuarão ranchos folclóricos e artistas. Projecto de um diorama sobre o 25 de Abril. Desfile de lanternas

e de carros decorados. Baile popular.

Dia 25, de manhã — haster da Bandeira Nacional em frente da Câmara. Desfile militar. Inauguração de exposições fotográficas e de livros alusivos, respectivamente, aos temas: «Da Resistência à Revolução» e «Sobre o 25 de Abril».

A partir das 14 horas: fanfarras, desfile de resistentes antifascistas, alcorço oficial, corrida da liberdade, que percorrerá diversas ruas da bacia. De novo, actuação das fanfarras, de ranchos folclóricos e canções.

À noite — representação aberta ao público das peças «Os Emigrantes», no TEP, e dos «Contos Cruéis», na Cooperativa do Povo Português.

Em Viana do Castelo — no dia 24, a partir das 22 horas — grande festa e arraial popular, no Jardim Público.

Dia 25, de manhã — provas desportivas e desfile de fanfarras e de giganções. À tarde, espectáculo de variedades.

Em Braga — dia 24, à noite — arraial popular. Dia 25 de Abril — alocuções do presidente da Câmara Municipal e de um membro da Comissão Organizadora, constituída por 22 comissões de moradores e colectividades recreativas e populares.

De tarde — actuação de ranchos e de bandas de música, além de diversas actividades desportivas.



Homenagem nacional a Bento Jesus Caraça

Por ocasião do 30.º aniversário da morte do professor Bento de Jesus Caraça um grupo de amigos e admiradores daquele democrata, trabalha para a realização de uma homenagem a nível nacional e essa grande figura de português, filho do povo que, nunca virando as costas à sua classe de origem, antes lutando sempre a seu lado, se tornou um exemplo de intelectual humanista, pedagogo, cientista, dos maiores do nosso país.

Este grupo pretende, com vistas à formação de uma vasta e representativa Comissão Promotora, fazer as diligências necessárias junto de individualidades, colectividades, associações e instituições que de algum modo estiveram ligadas à multifacetada actividade de Bento de Jesus Caraça, bem como de entidades oficiais, solicitando a adesão de quantos se quiserem associar à homenagem.

É intenção deste grupo de amigos e admiradores de Bento Caraça evocar e difundir, principalmente entre as gerações mais jovens, a imagem e a personalidade daquele democrata, em particular neste Portugal Democrático pelo qual Bento Caraça lutou toda a sua vida.

As adesões à toda a correspondência podem ser enviadas para a Cooperativa dos Trabalhadores de Portugal, Escadinhas do Duque, 21, Lisboa.

A Câmara do Porto dá o dito por não dito

Tomando posição face a mais uma decisão arbitrária da Câmara Municipal do Porto, que preteriu escandalosamente a cedência dos jardins do Palácio da Cristal ao nosso Partido, a SIP da DORN emite uma nota na qual historicamente diversas fases dos contactos estabelecidos.

Como revela o comunicado, no dia 9 de Maio de 1977, a SIP da DORN do PCP ofereceu a Câmara Municipal do Porto a sua pretensão de utilizar o Pavilhão dos Desportos e os jardins do Palácio da Cristal no dia 25 de Abril de 1978.

Em Fevereiro deste ano, o PCP foi informado pela Câmara da impossibilidade de

utilização do Pavilhão. Contudo, nenhuma dificuldade foi levantada em relação à utilização dos jardins. Entretanto, recentemente, não sem espanto, a SIP da DORN tomou conhecimento da cedência pela CMP dos jardins do Palácio à UDP. Pensando tratar-se de um equívoco, que prontamente fosse desfeito, foi contactado pela SIP da DORN, o vereador Miguel Costa.

Este, não só confirmou a cedência ao grupelho maquista, como também reconheceu a maior antiguidade do pedido do Partido. Comentando esta posição, a nota da SIP da DORN denuncia como

inqualificável esta atitude da CMP, o em particular, do responsável do pelouro, que se segue a outras decisões igualmente caracterizadas pelo mais estreito partidismo e carácter antidemocrático e anticomunista.

A finalizar, a SIP da DORN do PCP chama mais uma vez a atenção para a continuação de actos, por parte da CMP, que não servem os interesses da democracia, nem dignificam um órgão autárquico, a quem compete uma prática leal, virada para a defesa dos interesses dos munícipes.

Delegação eclesiástica soviética em Portugal

A convite da Associação Portugal-URSS, encontra-se desde a passada segunda-feira no nosso País uma delegação eclesiástica da União Soviética constituída pelo Bispo Makário, representante da Igreja Ortodoxa Russa no Conselho Mundial das Igrejas; o sacerdote Sarkis Taghjian, da Igreja de S. Sarkis (Arménia); o pastor Alexei Stolan, presidente do Departamento Internacional do Conselho dos Cristãos Baptistas Evangélicos de toda a Rússia; e o sacerdote católico Lidis Stais, da Igreja da Imaculada Conceição da Virgem Maria (Lituânia).

Hoje, os eclesiásticos soviéticos deslocam-se a Coimbra, onde visitarão a Universidade, estando também previstas reuniões com o Bispo da diocese e com representantes do Conselho Português de Igrejas Cristãs. À noite, a delegação estará presente numa sessão pública que decorrerá no Instituto de Coimbra.

A cidade de Braga será visitada amanhã, estando programada uma visita ao Arcebispo da diocese e uma sessão pública na Universidade do Minho. Naquela cidade, a delegação será também recebida na Câmara Municipal e no Governo Civil.

No sábado, os eclesiásticos soviéticos deslocam-se ao Porto, onde reunirão com um grupo de padres. À noite, avistam-se no Bombaral com representantes do Movimento Rural Cristão.

Uma Celebração Euceménica na Igreja de S. Paulo em Lisboa (às 11 horas) e uma sessão pública na Biblioteca Nacional (às 21 e 30) são os principais pontos do programa de domingo. No dia

seguinte, a Associação Portugal-URSS promove uma recepção de despedida aos eclesiásticos soviéticos.

No primeiro dia da sua estadia entre nós, a delegação foi recebida na Fundação Gulbenkian pelo dr. Mavian, responsável pelo Departamento de Arménia daquela instituição. Antecedente, os eclesiásticos soviéticos concederam uma conferência de imprensa num hotel da capital, tendo mais tarde sido recebidos pelo Bispo de Setúbal, D. Manuel Martins. O dia de ontem foi preenchido com uma visita às instalações da Universidade Católica e um encontro com o Cardeal Patriarca de Lisboa.

Para o acompanhamento da delegação foi constituído um «grupo de recepção» com elementos da direcção da Associação Portugal-URSS e várias individualidades, entre as quais elementos representativos de diversas organizações religiosas.

A Religião e a Igreja na URSS

A propósito da visita deste grupo de eclesiásticos soviéticos a Portugal, é de recordar alguns aspectos relacionados com a Religião e a Igreja na URSS, tema que geramente motiva as especulações e as provocações dos escribas do anticomunismo e do anti-sovietismo.

Diz o Artigo 124.º da Constituição da União Soviética: «A fim de assegurar aos cidadãos a liberdade de

consciência, a Igreja na URSS está separada do Estado e a Escola da Igreja. A liberdade de praticar os cultos religiosos e a liberdade da propaganda anti-religiosa são reconhecidas a todos os cidadãos».

Assim, o Estado não interfere nos assuntos internos das organizações religiosas e não as apoia nem moral nem materialmente. Todas as correntes religiosas, independentemente do seu grau de expansão, gozam dos mesmos direitos. No entanto, a legislação proíbe a actividade de certos grupos religiosos que lesam os direitos dos cidadãos à liberdade de consciência, causam prejuízo à sua saúde, levam-nos a actuar contra a lei, a lutarem-se às suas diversas obrigações civicas ou sociais, etc. Segundo acordo com as autoridades locais, as organizações religiosas podem dispor gratuitamente do terreno contíguo ao seu templo. A legislação soviética confere também às organizações religiosas o direito de publicar revistas e livros.

Na União Soviética, existem diferentes organizações religiosas, tais como a Igreja Ortodoxa Russa, Igreja Ortodoxa Georgiana, Igreja Arménia-Grigoriana, Igreja dos Velhos Crentes, Islão, Igreja Católica Romana, Igreja Evangélica Luterana, a Ortodoxa é a que congrega maior número de fiéis. Encontra-se sob a égide do Concílio Nacional, que se reúne regularmente e elego o Santíssimo Patriarca de Moscovo e de todas as Rússias. Este posto é ocupado desde 1971 pelo metropolitano de Krutitsy e de Kolonna Pimen.

Semana

1920 — Grande manifestação em Lisboa contra os atentados bombistas. Na mesma altura, 3 bombas na Rua Augusta feriram 40 pessoas e causavam o pânico.

12
quarta-feira

A União dos Sindicatos da Lisboa exige a revogação da decisão tomada na última reunião da Assembleia Municipal sobre a representação das organizações profissionais no Conselho Municipal. ■ Cerca de seis mil pessoas manifestaram-se em Sines contra o aumento do custo de vida. ■ Amaro da Costa, do CDS, considera "desestabilizadora" a última greve dos trabalhadores da Função Pública e professa a mesma opinião em relação às manifestações ocorridas contra o custo de vida. ■ A greve na Siderurgia Nacional obtém uma adesão de 90 por cento. A luta teve como objectivo obrigar o conselho de gerência a retirar o seu projecto de regulamento disciplinar, considerado "fascizante" e "ilegal" e a desbloquear o processo de revisão do ACT da empresa. ■ No Porto, os trabalhadores do Sítio-Auto paralisaram durante três horas, exigindo a reintegração de um trabalhador despedido, António Vieira, dirigente do respectivo sindicato.

13
Quinta-feira

1961 — Golpe de Estado falhado contra Salazar.

Os representantes da Aliança Povo Unido (ex-FEPU) na Assembleia e na Câmara Municipal de Lisboa reclamam a anulação da recente deliberação da Assembleia Municipal, que, afirmam, "rejeita a participação do povo de Lisboa no Conselho Municipal". ■ A Comissão de Trabalhadores da J. Pimenta, em conferência de imprensa, revela que a comissão administrativa responsabiliza o ex-ministro Eduardo Ribeiro Pereira (Ministério da Habitação no I Governo) pelo encerramento do processo judicial em curso contra o industrial João Pimenta. As fraudes detectadas naquela empresa antes da intervenção do Estado atingiram 94 mil contos. ■ O Ministério Público interpõe uma acção judicial de extinção do "sindicato" paralelo da indústria farmacêutica. ■ A empresa Fabril do Norte, indústria têxtil da Senhora da Hora, suspende 135 trabalhadores alegando a impossibilidade de os manter em laboração enquanto não forem reconstruídas as instalações recentemente destruídas por um incêndio. ■ A população de Almada participa numa manifestação contra o aumento do custo de vida.

14
Sexta-feira

18846 — Sublevação popular no Minho, conhecida por «Maria da Fonte».

A população de Lisboa manifesta-se frente ao Ministério do Comércio e Turismo contra o aumento do custo de vida. Manifestações idênticas realizam-se em Coimbra, Barcelo, Moita, Marinha Grande, Grândola e Montijo. Milhares de pessoas disseram não à vida cara. A revelia dos trabalhadores o Governo decide a fusão das empresas Sorefame e Equimetal, colocando a Cometa e a Mompur sob a "orientação" das duas primeiras. ■ No debate televisivo entre os representantes dos Sindicatos dos Professores e o ministro da Educação e Cultura, Sottomayor Cardia, a posição deste último caracteriza-se por uma generalizada confusão não tendo ficado claro se "o MEC entende adoptar uma posição negociadora para com os Sindicatos dos Professores ou se quer impor a sua vontade aos alunos e professores", como dizia, no fim, um dos representantes dos Sindicatos. ■ Os trabalhadores agrícolas do distrito de Santarém paralisaram protestando contra a demora na publicação da legislação de trabalho para o sector. ■ O camarada Álvaro Cunhal participa num comício no pavilhão gimnodesportivo da Siderurgia Nacional, em Palo Pires. ■ O Supremo Tribunal de Justiça considera legal a formação da Aliança Povo Unido (ex-FEPU). ■ A Procuradoria-Geral da República manda instaurar um processo a Kaúlza de Arriaga por declarações prestadas a um órgão de informação.

15
Sábado

1975 — Nacionalização dos petrólelos, siderurgia, electricidade e transportes. No mesmo dia é publicada a Lei do Arrendamento Rural.

O ministro-adjunto do Primeiro-Ministro, Almeida Santos, é vítima de agressão por parte de elementos ligados à FLA, durante a visita que efectua a Ponta Delgada, na qualidade de militante do Partido Socialista. ■ Começa num hotel de Lisboa a reunião extraordinária do Conselho Nacional do PPD/PSD. ■ Nas instalações da "Voz do Operário" realiza-se o II Encontro Nacional dos Trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacêuticos. ■ Os trabalhadores ferroviários comemoram o terceiro aniversário da nacionalização da CP. No mesmo dia foi assinado o novo Acordo Colectivo de Trabalho, em negociações há quase um ano. ■ Manifestações contra o aumento dos preços dos produtos de primeira necessidade efectuam-se no Couço, Cercal do Alentejo, Santiago do Cacém e nas seguintes povoações de Alcácer do Sal; Rio de Moinhos, Barrancão e Casabres. ■ Cerca de duas mil pessoas participam no comício que a Organização Unitária de Trabalhadores realiza na praça do Campo Pequeno e que contou com a presença do major Otelo. ■ O camarada Álvaro Cunhal participa no comício de encerramento da I Assembleia da Organização do Conselho de Vila Franca de Xira, do PCP.

16
Domingo

1580 — As Cortes de Tomar proclamam rei de Portugal o soberano espanhol. A opressão duraria até 1 de Dezembro de 1640.

A Comissão Nacional do MDP/CDE decide propor ao Encontro Nacional marcado para o próximo dia 23 a realização de um congresso do partido. ■ O Conselho Nacional do CDS, reunido num hotel de Albufeira, decide escolher a cidade do Porto para a realização do próximo congresso do partido, a efectuar entre 8 e 11 de Dezembro. ■ Termina o I Encontro Nacional sobre Desenvolvimento e Conservação do Ambiente, que decorreu na Faculdade de Engenharia do Porto. ■ Almeida Santos prossegue a sua viagem pelos Açores na qualidade de membro do Governo. ■ Discursando na reunião dos quadros técnicos socialistas, Mário Soares considera que as manifestações contra o aumento do custo de vida são "acções desestabilizadoras". Já anteriormente, Amaro da Costa, do CDS, expressara a mesma opinião.

17
Segunda-feira

1969 — Início da crise académica de Coimbra. Os estudantes contestam Américo Tomás, que visitava a Universidade, e o governo fascista. A repressão é brutal.

As primeiras horas da madrugada termina a reunião extraordinária do Conselho Nacional do PPD/PSD. O comunicado final distribuído assinala que "o fortalecimento do PSD passa necessariamente pelo indispensável regresso do Sá Carneiro à presidência do partido". ■ Na sequência dos acontecimentos ocorridos nos Açores com o ministro Almeida Santos chega a Ponta Delgada uma força de intervenção da PSP. ■ Segundo a imprensa, antigos oficiais do Exército português tentaram recrutar mil mercenários em Londres e noutros países europeus para "fomentar uma guerra civil" em Portugal. ■ Centenas de reformados participaram num comício contra o aumento do custo de vida que se realizou no Teatro Vasco Santana. ■ A CAP ameaça cortar os meios de comunicação e interromper o trânsito nas estradas se o ministro da Agricultura e Pescas, dr. Luís Salas, não for demitido. ■ A televisão transmite uma mesa-redonda sobre política económica com representantes dos quatro grupos parlamentares da Assembleia da República, respectivamente Carlos Carvalhal (PCP), António Guterres (PS), Amaro da Costa (CDS) e Ângelo Correia (PPD/PSD).

18
Terça-feira

1925 — Tentativa de revolta contra a I República comandada pelo gen. Sines de Córdas. As principais figuras viriam a assumir cargos de chefia após o «23 de Maio».

Almeida Santos, que regressou a Ponta Delgada, local onde se deram os incidentes com elementos separatistas da FLA, chega a Lisboa ao fim da noite. ■ Jaime Gama, ministro da administração Interna, revela em Madrid que os passaportes entre Portugal e a Espanha serão abolidos durante o corrente ano. ■ Os pescadores de Peniche anunciam a sua intenção de greve, caso o patronato não aceitar negociar o novo contrato colectivo para o sector. ■ O ministro da Habitação e Obras Públicas, Sousa Gomes, visita o Laboratório Nacional de Engenharia Civil. ■ Vítor Constâncio, ministro das Finanças e do Plano informa que as negociações com o FMI devem estar concluídas dentro de dias, possivelmente no início da próxima semana. ■ Começam a ser ouvidas, pelas autoridades policiais alguns dos intervenientes nos distúrbios verificados em Ponta Delgada quando da visita do ministro Almeida Santos.

Os Comunistas na Assembleia da República

Condenado o separatismo que agrediu Almeida Santos

Os graves acontecimentos verificados no passado sábado em Ponta Delgada e que se traduziram na agressão a um ministro do Governo da República, Almeida Santos, por parte de um bando de separatistas, foram o assunto dominante da sessão plenária da Assembleia da República, reunida na passada terça-feira.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou um voto de protesto sobre os acontecimentos, cuja discussão possibilitou aos diversos grupos parlamentares

Uma nota curiosa foi introduzida nas praxes da Assembleia da República pelo deputado do PPD Meneses Pimentel que, ao que parece, é o novo «chefe» do respectivo grupo parlamentar: aos apêndices da praxe, Meneses Pimentel responde de uma forma totalmente inovadora — interrompe o seu discurso, volta-se para o lado de onde veio a voz do apêndice...põe a mão na anca!

No decorrer da discussão do voto do PS sobre os recentes acontecimentos em Ponta Delgada, no decorrer dos quais foi agredido o ministro Almeida Santos, um representante de cada partido usou da palavra para definir a posição perante os graves acontecimentos. Eis senão quando o deputado Medeiros Ferreira pede a palavra, já depois de um seu colega de bancada ter definido a posição do PS sobre o assunto em discussão. Silêncio e expectativa em todo o hemiciclo, para se ouvir Medeiros Ferreira, catadramaticamente, a distribuir responsabilidade geral pelos acontecimentos. E, no final, aplausos de pé dados ao orador por toda a bancada...do PPD. E também por António Barreto, do PS. E também por Teresa Ambrósio, do PS.

Além de Meneses, a primeira fila da bancada do PPD, onde por norma se sentam os dirigentes parlamentares, encontravam-se na passada terça-feira bastante desguarnecida. Com uma lotação máxima de oito lugares, nunca lá se sentaram mais de três deputados. Meneses, incluído. E facto curioso: sentaram-se todos encostados à ponta mais direita da bancada, como que querendo ostensivamente não se sentar nem à esquerda nem sequer ao centro....

Dia a Dia

Comemoração do 25 de Abril

Uma sessão solene, com início às 12 horas da próxima terça-feira e a que assistirá o Presidente da República, general Ramalho Eanes, assinalará na Assembleia da República o 4.º aniversário do derrubamento do fascismo no nosso país.

No decorrer da cerimónia usará da palavra o Presidente da Assembleia da República, os representantes dos cinco partidos representados na Assembleia e o Presidente da República.

Esta sessão solene que terá lugar na AR integra-se no programa oficial das comemorações do 25 de Abril.

Bento de Jesus Carça evocado na AR

A memória do professor Bento de Jesus Carça, de que passa neste ano o 30.º aniversário da sua morte, foi evocada na passada terça-feira — data de mais um aniversário do seu nascimento — na Assembleia da República, por iniciativa do deputado do PCP Carlos Abolm Inglês, a que se associaram representantes

«Um aberto desafio e uma agressão ao estado democrático e á integridade nacional»

As ofensas, o sequestro, a agressão e a expulsão da cidade de Ponta Delgada de um membro do Governo da República, os insultos e agressões a membros da sua comitiva, o assalto e a invasão da sede regional do Partido Socialista, tudo isto ante a completa passividade da força da PSP que observou os acontecimentos e sem que se verificasse qualquer pronta reacção das autoridades regionais — constituem um novo conjunto de testemunhos e testemunhos da maior gravidade do estado de violência, da situação antidemocrática e afrontosa da Constituição e das leis da República que

condenaram, igualmente em termos firmes, a passividade do governo de Mota Amaral — passividade que tem constituído um estímulo ao desenvolvimento dos crimes separatistas-fascistas.

O PPD «saído do-Sheraton» tentou uma manobra que permitisse escamotear a difícil situação em que ficou o governo regional da sua responsabilidade, apresentando um voto de protesto sobre o mesmo assunto, que veio a ser recusado pelos votos dos

Ferida de inconstitucionalidade a lei orgânica da segurança social — afirmou-nos José Jara

À Assembleia da República, com os votos conjuntos dos partidos da coligação governamental, ratificou recentemente o Decreto-Lei n.º 549/77 sobre a orgânica da Segurança Social, que foi publicada em 31 de Dezembro do ano passado, já depois do Primeiro Governo de Mário Soares ter sido derrubado.

Este diploma — disse-nos a propósito o deputado do PCP José Manuel Jara — é duplamente inconstitucional, uma vez que para a sua elaboração as organizações de trabalhadores não foram consultadas nem tão pouco é assegurada a participação das associações sindicais na sua gestão.

Depois de ter afirmado que o diploma pretendia ser uma lei orgânica da Secretaria de Estado da Segurança Social, mas que o respectivo secretário de Estado acabou por querer fazer, simultaneamente, uma lei orgânica da Segurança Social, José Manuel Jara acentuou:

Esta deliberada mistura faz com que o referido diploma não seja nem uma boa lei orgânica da Secretaria de Estado nem uma boa lei orgânica da Segurança Social.

para o separatismo»...

O voto de protesto aprovado pela maioria da Assembleia da República repudia a agressão criminosa de que foi alvo o ministro Almeida Santos e protesta contra a passividade das autoridades locais traduzida na ausência de medidas eficazes de segurança e protecção àquele membro do Governo.

O voto aprovado exigia ainda o rápido apuramento de responsabilidades e o julgamento dos autores da agressão, recomendando

prosseguir José Jara — intervieram no debate tentando obter a suspensão da lei até audição dos trabalhadores, mas esta posição veio a ser derrotada pela força dos votos PS/CDS.

Este diploma tem vindo a merecer o protesto e o mais vivo repúdio das associações sindicais. Já depois de findo o debate na generalidade, entrou na Assembleia da República uma petição, na qual se expõem os fundamentos da inconstitucionalidade do diploma. Esta citação é assinada por todas as uniões sindicais e pelo secretário da CGTP-Intersindical.

Em resumo — disse-nos a conduzir José Jara — esta lei orgânica não cria um sistema unificado de Segurança Social em que se proteja os cidadãos na doença, velhice, invalidez, viuvez e orfandade; não garante o direito das associações sindicais a participarem na gestão da Segurança Social; nem obedece ao requisito constitucional da descentralização. Além disso foi elaborada sem a participação e o acordo das organizações dos trabalhadores.

Portugal e a RFA sobre ajuda financeira.

No final deste importante momento nas relações entre os dois países e os dois povos, momento em que a Assembleia da República assinalou aplaudindo de pé, o Presidente Vasco da Gama Fernandes tecu emocionadas considerações acerca de tal acto, homenageando a figura de todos aqueles que, nos dois países, se bateram solidariamente contra as ditaduras que tentavam impedir a aproximação entre os povos peninsulares.

Na sua intervenção, Vasco da Gama Fernandes referiu-se com particular emoção aos lutadores antifascistas espanhóis, citando nomeadamente García Lorca, António Machado, Miguel de Unamuno, Dolores Ibarruri e todos os que tombaram em defesa da República.

Prioridades e urgências

A Assembleia da República concedeu prioridade e urgência para a discussão dos textos de revisão do regime fiscal de veículos automóveis mistos, dos serviços de apoio do Conselho de Imprensa, do acordo entre

Intervenções dos deputados do PCP no debate das leis do Plano e do OGE

No decorrer do debate das leis do Plano e do Orçamento para 1978, o Grupo Parlamentar do PCP produziu quinze intervenções:

Veiga de Oliveira fez a apreciação geral das propostas do Governo e da intervenção de abertura do ministro das Finanças e do Plano; Carlos Carvalhal fez a crítica das grandes opções do Plano para 1978 e apresentou a alternativa democrática; Alda Nogueira abordou a elevação do custo de vida e as medidas necessárias para o combater; Cavaleira Antunes criticou a política fiscal do Governo e apresentou as propostas do PCP para garantir a justiça fiscal e o aumento das receitas; Marques Pedrosa criticou as propostas do Governo no domínio da habitação, obras públicas e finanças locais; Jerónimo de Sousa criticou a política salarial; Vítor Louro analisou a política agrícola, criticando particularmente

a política de crédito e a ausência de medidas de apoio ao sector; Sousa Marques abordou o endividamento externo e interno e os meios de o reduzir; Domingos Abrantes criticou a política de segurança social; Veiga de Oliveira criticou a política orçamental e de crédito do Governo, que revelam cedências ao FMI e não reduzirão o défice, apresentando as propostas alternativas do PCP.

No final do debate na generalidade, Carlos Brito procedeu a um balanço, analisou a política global do Governo e as suas consequências e fez a apresentação sistemática das principais propostas alternativas feitas pelo PCP ao longo da discussão.

No decorrer do debate na especialidade, Carlos Carvalhal e Veiga de Oliveira procederam, respectivamente, à apresentação e defesa das propostas de alteração do PCP ao Plano e ao Orçamento.

As declarações de voto no final dos debates na generalidade e na especialidade foram proferidas por Severiano Falcão e Carlos Brito.

Outras actividades do Grupo Parlamentar comunista

No decorrer das duas últimas semanas, os deputados do PCP dirigiram ao Governo quatro requerimentos: sobre o porto de Sagres; sobre o hospital e maternidade de Vila Real de Santo António; sobre o porto de Portimão; e sobre a situação da empresa interveniçnada Seida.

No mesmo período de tempo foram recebidas pelo Grupo Parlamentar do PCP delegações: da comissão de trabalhadores da Philips; da comissão de trabalhadores da Oliva; da comissão de trabalhadores da Gris Impressores; da comissão de trabalhadores da Metalúrgica Duarte Ferreira; das intercomissões de trabalhadores do sector de projectos; de trabalhadores invisuais da Fundação Sain; um grupo de educadoras de infância; a Comissão Negociadora Sindical da Função Pública; do Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro; do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local; da Comissão Unitária de Mulheres de Vila Nova de Gaia; e da UCP «26 de Janeiro» da Vidigueira.

1.º Maio – Jornada de unidade e luta



“Unir os trabalhadores e a população na luta pela defesa da Constituição e das grandes conquistas que ela consagra, na luta pelas reivindicações dos trabalhadores e no combate às manobras cisionistas que visam colaborar e dar cobertura a uma política contrária aos interesses e direitos dos trabalhadores e de outras camadas mais desfavorecidas da população”, eis o objectivo fundamental das comemorações do 1.º de Maio do ano de 1978 fixado

pela Comissão Organizadora do distrito de Santarém, que é constituída pela União dos Sindicatos de Santarém/CGTP-IN, pela USTN/CGTP-IN e pelos sindicatos dos Metalúrgicos, do Comércio e Serviços, dos Operários Agrícolas, da Construção Civil e dos Rodoviários. As comemorações do 1.º de Maio que se preparam no distrito, nomeadamente em Santarém, Torres Novas, Couço, Alpiarça, Benavente e Tramagal, incluem

actividades desportivas, culturais, recreativas e infantis — concentrações, desfiles, comícios sindicais, mercado do Povo com venda de produtos da Reforma Agrária. No comunicado enviado pelo Secretariado da USS/CGTP-IN aos órgãos de Comunicação Social, diz-se nomeadamente: “Os perigos reais, consistem apenas e simplesmente, na divisão dos trabalhadores e provocações, nos ataques e conspirações da direita. A divisão das forças democráticas conduz

à derrota. Ante os perigos e ameaças da hora presente, um grande esforço unitário deve ser levado a cabo por todos os trabalhadores e democratas em geral. A democracia portuguesa contém em si potencialidades e forças capazes de impulsionar novas energias e uma nova confiança aos que anseiam construir um Portugal democrático, independente, livre e socialista. É dentro desta perspectiva que a Comissão Organizadora situa as comemorações do 1.º

de Maio deste ano, que deverá, no seu entender, ser uma grande jornada de unidade e luta contra a crescente degradação social e política, económica e financeira do nosso país, que ameaça as liberdades democráticas e a atenção contra a independência nacional”. Entretanto prosseguem os preparativos das comemorações do 1.º de Maio por todo o país. A direcção do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanfíficos e Vestuário do Sul, num comunicado

recente, apela à participação da classe “na grande concentração e manifestação do 1.º de Maio”. Os delegados sindicais dos trabalhadores rodoviários, desenvolvendo um grande esforço de mobilização da classe, marcam já cerca de 30 reuniões a realizar até ao próximo dia 28. No Norte e Centro, os sindicatos prosseguem, também, as tarefas para a mobilização de trabalhadores de importantes sectores de actividade na jornada do 1.º de Maio.

O que exige a Previdência

A participação das associações sindicais na gestão das Instituições de Previdência é um imperativo constitucional.

Outro desses imperativos é a obrigação de ouvir os trabalhadores para a elaboração de diplomas legais que digam respeito aos seus interesses. Mas nesses como noutros casos, a Constituição não se cumpre. O Governo continua a recusar a participação organizada dos trabalhadores na vida do País.

A Lei Orgânica da Previdência foi publicada sem que para a sua elaboração fosse ouvido o Movimento Sindical. Sem respeito pelas normas constitucionais, esse diploma saiu a público para planificar, coordenar, para organizar, enfim, uma instituição que depende fundamentalmente de trabalhadores, pois são eles que a pagam para dela beneficiarem. E, por estranho que pareça, não há nessa Lei uma palavra que tenha sido escolhida pelos legítimos representantes dos trabalhadores organizados no Movimento Sindical.

Para obviar a esse estado de coisas e exigir o cumprimento da Constituição por parte daqueles que, pelos cargos que ocupam, deviam ser os primeiros a assumir a obrigação de cumpri-la e fazê-la respeitar, a União dos Sindicatos e a Cintura Industrial, ambos do distrito de Setúbal, no Encontro Distrital de Segurança Social que promoveram recentemente

diplomas são inconstitucionais. — Reafirmar o pedido da sua revogação junto das instâncias do poder. — Reclamar junto dos órgãos de soberania o respeito absoluto dos direitos e conquistas dos trabalhadores, nomeadamente a participação, através dos seus representantes, na gestão e controlo das Instituições de Previdência e Segurança Social, como direitos consagrados constitucionalmente. — Reivindicar do II Governo Constitucional medidas adequadas à institucionalização de um sistema unificado e descentralizado de Segurança Social, conforme o disposto no artigo 63.º da Constituição que assegura:

a) a participação e o acordo das associações sindicais e de outras organizações das classes trabalhadoras;

b) a definição dos benefícios, serviços e prestações, por forma a proteger os cidadãos na doença, velhice, invalidez, viuvez, orfandade, bem como no desemprego e em todas as outras situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho (n.º 4 do artigo 63.º);

c) os meios e os recursos financeiros, devendo o Estado assumir o encargo de subsidiar o novo sistema de Segurança Social, segundo o estatuído na mesma disposição; d) a dinamização e eficácia, por forma a que os objectivos em vista sejam alcançados globalmente. Além destas reivindicações, aqui resumidas, o Encontro exigiu a rápida solução, por parte do Supremo Tribunal Administrativo, da legalidade cometida pelo secretário de Estado da Segurança Social, que exonerou os representantes sindicais na Caixa de Previdência e Abono de Família do Distrito de Setúbal.

Fiscalização e controlo das

folhas de ordenados e salários, bem como das respectivas guias de pagamento; acompanhar o processamento de todos os benefícios dos trabalhadores na sua empresa; controlo das baixas dos seus companheiros de trabalho; controlo dos carimbos para receiptários existentes nas empresas; divulgação no seu local de trabalho de toda a documentação sobre a Previdência; participação nas reuniões do Conselho Consultivo Distrital.

Quantos às direcções sindicais: Dinamizar a eleição de delegados à Previdência nas empresas; criar grupos de apoio ao sindicato, que deve exigir a saída de legislação própria sobre esses delegados e as suas funções; promover reuniões e debates de esclarecimento sobre Previdência (Segurança Social, Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho) com os delegados à Previdência, delegados sindicais e trabalhadores em geral; fornecer documentos sobre Previdência aos delegados eleitos (nas empresas onde não haja delegados à Previdência, os delegados sindicais poderão fornecê-los aos trabalhadores em geral); manter ligações efectivas com os delegados sindicais das Comissões Administrativas das Caixas de Previdência.

Assim foi providamente. Provam-no os trabalhadores que lutam contra a repressão nas empresas, contra os despedimentos selectivos que atingem delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores.

Assim é providamente, hoje, entre os operários têxteis (800 despedidos só na Zona Sul, nos três primeiros meses de 1978), entre os resineiros (despedimento

colectivo na Gameiro & Sisudo, da Figueira da Foz), na H. Parry & Son (ameaça aos postos de trabalho devido a uma crise profunda), na General Instrument Lusitana — GIL, de Arruda dos Vinhos (250 dos 500 trabalhadores em risco de desemprego), na Philips Portuguesa (três dirigentes sindicais e um membro da comissão de trabalhadores em risco iminente de despedimento), na Pereira Roldão da Marinha Grande (vendida com a ameaça de desemprego para milhares de trabalhadores), na Ambar do Porto (onde a administração mantém a decisão de despedir 27 trabalhadores, entre eles sete delegados, quatro ex-delegados e dois dirigentes sindicais), na Proconstril (com os 500 trabalhadores em luta pela readmissão de 45 companheiros de trabalho), entre os operários chapeleiros de S. João da Madeira (onde 4 empresas do ramo prevêem o encerramento lançando no desemprego 184 trabalhadores), na Wagons-Lits (onde entre os 160 trabalhadores despedidos, 118 não receberam qualquer indemnização).

E há mais. Mas em todas essas empresas e sectores, Sindicatos, Comissões de Trabalhadores, as células do nosso Partido e outras organizações democráticas enfrentam com decisão e firmeza as ameaças e a repressão, conseguem readmissões, solidarizam-se, apóiam, estimulam as lutas pelo interesse comum, denunciam os atropelos à Lei Fundamental e à própria lei dos despedimentos, paralisam, como na Pereira Roldão e noutros locais

despediu um técnico e suspendeu sem qualquer justificação 6 trabalhadores, e apela para a intensificação do movimento de solidariedade pela readmissão do técnico despedido e pelo levantamento das suspensões, evitando que a entidade patronal leve a cabo os seus desígnios de desmobilização perante a luta necessária pelo caderno reivindicativo.

Comissões de Segurança Social Estão em criação a nível distrital as Comissões de Participação e Consulta, órgãos consultivos de planeamento da Segurança Social nos distritos, de cujas tarefas faz parte o levantamento distrital dos recursos existentes e a escolha das prioridades quanto a subsídios. É a seguinte a composição dessas Comissões: 1 director distrital de Segurança Social (nomeado pela respectiva Secretaria de Estado); 2 representantes dos Sindicatos; 2 representantes da Caixa de Previdência; 1 representante das direcções das Casas do Povo; 3 representantes das juntas locais; 1 representante do Governo Civil; 1 representante das instituições privadas de solidariedade social não lucrativas (creches, asilos, etc.); e 2 representantes do IFAS.

Solidariedade na Soares da Costa O Organismo da Construção Civil do Porto do PCP acusa a administração da Sociedade de Construções Soares da Costa, com sede naquela cidade, de exercer repressão patronal sobre trabalhadores que se contam entre os que mais se têm destacado na defesa dos interesses dos seus colegas de trabalho e dos trabalhadores em geral. Aquele Organismo do nosso Partido protesta contra as atitudes repressivas da entidade patronal, que recentemente

num abaixo-assinado, pediram a intervenção do Provedor de Justiça, denunciando as “ilegalidades e injustiças que sobre eles pesam”, e reclamando o pagamento das remunerações em atraso.

Assalariados rurais exigem garantias “Como obrigar a entidade patronal a cumprir o salário mínimo, se esta pode despedir os trabalhadores quando lhe apetece, sabendo que não será molestada por nenhuma lei?” — perguntam os delegados sindicais do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e Resineiros do Distrito de Coimbra, que enviaram recentemente aos órgãos de soberania uma exposição reclamando, uma vez mais, a legislação para o trabalho rural. “Quando é que, à face da Lei, passamos a ser trabalhadores com os mesmos direitos e regalias dos outros trabalhadores do País?” — perguntam ainda os delegados sindicais, portavozes das reclamações comuns a mais de 200.000 assalariados rurais do centro e do norte do País.

Mais uma da “Madisca” Aprovada em Assembleia Geral, uma proposta do

Na Siderurgia e noutras empresas trabalhadores firmes na luta

A vaga de paralisações que tem agitado o mundo do trabalho insere-se na luta pela garantia de emprego, pela segurança de trabalho, pela reestruturação de diversas empresas e sobretudo pela negociação de contratos e acordos colectivos de trabalho. São na generalidade, paralisações curtas que constituem um aviso ao patronato e ao Governo sobre a unidade e a capacidade de mobilização dos trabalhadores. Entre elas, revestem-se de particular importância a greve de duas horas na Siderurgia Nacional, no passado dia 13, que teve uma adesão de quase 100%, a greve do dia 14 dos operários agrícolas de Santarém com uma adesão calculada em 90%, a greve de duas horas que, no mesmo dia, fez parar a actividade na empresa de construção civil J. Pimenta.

Também no sector da hotelaria, a luta pelo cumprimento do contrato colectivo de trabalho tem levado trabalhadores de diversas unidades hoteleiras a paralisações cuja adesão se situa entre 80 a 90%.

Se na primeira linha das reivindicações dos trabalhadores se situa, sem dúvida alguma, pelo desbloqueamento dos processos de revisão de contratos colectivos de trabalho, (exemplos significativos são as greves da Siderurgia Nacional, dos operários agrícolas do Distrito de Santarém, da Plessey Automática Eléctrica Portuguesa), também a luta por um pagamento de salários em atraso (motivo das paralisações da empresa têxtil Lince, Porto, da Levitex, em

Almada, e da J. Pimenta), e as lutas de solidariedade para com os trabalhadores arbitrariamente despedidos, que são em si mesmas lutas pelo direito ao trabalho, têm movimentado trabalhadores de diversos sectores de actividade. Assim, os trabalhadores da empresa têxtil Alberto Pombo, do Sabugo, iniciaram uma greve de zelo, em evolução para greve total, pela reintegração do delegado sindical despedido pelo comendador, patrão da empresa; no Aviação do Freixial, os trabalhadores continuam firmes na luta pela reintegração de uma trabalhadora despedida em condições não esclarecidas; na Central, empresa conserveira de Faro, pela reintegração de uma trabalhadora, delegada sindical e presidente da secção de Portimão do Sindicato dos

Profissionais da Indústria de Conservas e na Silo-Auto, empresa do Porto, na qual também o patronato despediu um delegado sindical.

Observa-se aliás, um recrudescimento da ofensiva patronal contra os trabalhadores, delegados sindicais e outros, que se impõem no combate pelos direitos dos trabalhadores, recusando-se ao jogo das administrações. Daí que a onda de greves de solidariedade constitui um índice importante da capacidade de movimentação dos trabalhadores contra as ameaças ao trabalho por parte de um patronato que, mercê da política governamental, se sente cada vez mais com as costas quentes para investir arrojadamente contra os direitos das massas trabalhadoras.

Sector farmacêutico exige publicação da PRT

A questão da contratação, a análise da situação económica do sector, as tentativas divisionistas do patronato e a organização do movimento sindical unitário foram os grandes temas abordados durante o II Encontro Nacional dos Trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacêuticos que, no sábado passado, reuniu nas instalações da “Voz do Operário” 404 delegados sindicais e muitos trabalhadores do respectivo sector.

Os delegados presentes decidiram propor a toda a classe a realização de três dias de greve a nível nacional do sector, exigindo a rápida publicação da Portaria Regulamentadora de Trabalho, já que, passados três meses sobre a constituição de uma Comissão Técnica para a elaboração da PRT, não existe nenhum compromisso efectivo por parte do Ministério do Trabalho quanto ao conteúdo da PRT, nem quanto à data da sua publicação.

Assim, a proposta aponta os dias 4, 9 e 10 de Maio para a greve nacional do sector. No primeiro dia far-se-á uma concentração no Sindicato, deslocando-se delegações ao Ministério do Trabalho. No segundo dia, caso a situação se mantenha, efectuar-se-á

na campanha promovida pelo patronato, que não encanou de bom-grado a verticalização do sector, vitória alcançada depois do 25 de Abril, visto que anteriormente os trabalhadores estavam dispersos por mais de duas dezenas de organizações sindicais.

Como alguns delegados observaram, a estrutura paralela que se pretende criar está cheia de vícios e a sua estrutura repousa na maior ilegalidade. No plano sindical — referiu-se — esses poucos elementos acabam com as assembleias gerais, põem fim às eleições directas, acabam com a participação dos trabalhadores na vida sindical, exterminam a democracia interna do sindicato.

Por tudo isto, o Encontro apontou a importância do reforço da actividade sindical, nomeadamente dos delegados sindicais, o combate a todos os que conscientemente colaboram com o inimigo principal dos trabalhadores.

Situação económica Nos trabalhos do Encontro Nacional foi igualmente abordada a política económica do Governo. Neste sentido foram apontadas soluções que têm em conta os interesses e a participação criadora dos trabalhadores.

A situação das pequenas

e médias empresas do sector foi também analisada, manifestando-se o Encontro pelo apoio a todas as possíveis tentativas de organização daqueles sectores contra o grande capital nacional e internacional que pretende levar muitas empresas à ruína — apanhando toda a “arrala miúda” — para depois, com o poder económico nas mãos, imporem ao poder político as regras do jogo.

Foi ainda sublinhado que nesta fase do desenvolvimento económico, marcada pela tentativa tenaz de recuperação monopolista, os interesses dos pequenos e médios empresários confluem, de certa forma, com os objectivos da luta que os trabalhadores travam.

O Encontro pronunciou-se, também, pelo Serviço Nacional de Saúde, que, sendo uma necessidade da população portuguesa, deve, todavia, ser planificado de tal forma que não provoque desemprego, antes pelo contrário, dê lugar a novos postos de trabalho, nomeadamente através da fabricação nacional de matéria-prima.

No final e após o apelo à participação maciça nas jornadas do 25 de Abril e do 1.º de Maio, realizou-se uma festa de convívio.

Lutas e Tarefas

● Roubo e escândalo

O Sindicato da Construção Civil de Lisboa classificou recentemente como “um roubo e um escândalo, que urge denunciar”, o “tráfico de homens feito pela multinacional Luso-Sulga”, com sede em Lisboa, que, depois de ludir trabalhadores portugueses com falsas promessas, os expediu para o Iraque e a Arábia Saudita onde trabalham e vivem em condições que o Sindicato considera próximas da “escravatura, com total desprezo pela dignidade humana”. A notícia veio a público no princípio do mês. Qual foi a reacção de “quem de direito”? Pelos vistos, nenhuma. Será o Sindicato da Construção Civil de Lisboa, e ele só, a intervir na questão? Não terá, por exemplo, o Ministério do Trabalho, ou a Secretaria de Estado da Emigração, uma palavra a dizer sobre o caso?

● “O Século” e a Justiça

Suspensas, em 13 de Fevereiro do ano findo, as publicações da empresa que editava o jornal “O Século”, os seus trabalhadores continuam a luta pela resolução definitiva dos problemas da empresa que está nacionalizada. Há dias,

● Assalariados rurais exigem garantias

“Como obrigar a entidade patronal a cumprir o salário mínimo, se esta pode despedir os trabalhadores quando lhe apetece, sabendo que não será molestada por nenhuma lei?” — perguntam os delegados sindicais do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e Resineiros do Distrito de Coimbra, que enviaram recentemente aos órgãos de soberania uma exposição reclamando, uma vez mais, a legislação para o trabalho rural. “Quando é que, à face da Lei, passamos a ser trabalhadores com os mesmos direitos e regalias dos outros trabalhadores do País?” — perguntam ainda os delegados sindicais, portavozes das reclamações comuns a mais de 200.000 assalariados rurais do centro e do norte do País.

● Mais uma da “Madisca”

Aprovada em Assembleia Geral, uma proposta do

● Solidariedade na Soares da Costa

O Organismo da Construção Civil do Porto do PCP acusa a administração da Sociedade de Construções Soares da Costa, com sede naquela cidade, de exercer repressão patronal sobre trabalhadores que se contam entre os que mais se têm destacado na defesa dos interesses dos seus colegas de trabalho e dos trabalhadores em geral. Aquele Organismo do nosso Partido protesta contra as atitudes repressivas da entidade patronal, que recentemente

● Sindicatos dos Telefonistas e Oficinas Correlativas do Norte

despediu um técnico e suspendeu sem qualquer justificação 6 trabalhadores, e apela para a intensificação do movimento de solidariedade pela readmissão do técnico despedido e pelo levantamento das suspensões, evitando que a entidade patronal leve a cabo os seus desígnios de desmobilização perante a luta necessária pelo caderno reivindicativo.

● Comissões de Segurança Social

Estão em criação a nível distrital as Comissões de Participação e Consulta, órgãos consultivos de planeamento da Segurança Social nos distritos, de cujas tarefas faz parte o levantamento distrital dos recursos existentes e a escolha das prioridades quanto a subsídios. É a seguinte a composição dessas Comissões: 1 director distrital de Segurança Social (nomeado pela respectiva Secretaria de Estado); 2 representantes dos Sindicatos; 2 representantes da Caixa de Previdência; 1 representante das direcções das Casas do Povo; 3 representantes das juntas locais; 1 representante do Governo Civil; 1 representante das instituições privadas de solidariedade social não lucrativas (creches, asilos, etc.); e 2 representantes do IFAS.

Ao abrigo de leis fascistas a Empresa Fabril do Norte suspende 135 operários

Baseando-se em decretos-leis do tempo do fascismo, a administração da “Empresa Fabril do Norte” (Efanor) suspendeu 135 trabalhadores, a pretexto de um incêndio que, recentemente, atingiu uma secção daquela unidade industrial da Senhora da Hora. O patronato tomou aquela decisão sem ouvir os trabalhadores, os sindicatos e as suas estruturas representativas.

Foi por intermédio da delegação do Porto da Secretaria de Estado da Segurança Social que o Sindicato dos têxteis do Porto tomou conhecimento da disposição da administração da empresa em manter os trabalhadores suspensos, na

situação de desocupação, até ao início do próximo ano, podendo eventualmente alguns deles voltar à laboração a partir do próximo mês de Outubro.

Mantendo intransigentemente uma posição de defesa dos interesses dos trabalhadores, o Sindicato do Têxteis do Porto reclamou o pagamento integral dos salários enquanto durar a paralisação, uma vez que os 135 trabalhadores somente receberam um subsídio, que ronda entre os 40 e os 60 por cento por parte da Secretaria de Estado da Segurança Social. Não tendo ainda assegurada a liquidação do restante por parte da entidade patronal.

O PCP e a Luta pela Reforma Agrária

Textos desde 1943 até aos nossos dias. A voz do Partido da classe operária e de todos os trabalhadores.

Código n.º 0307 • Preço 40\$00.

editorial

Avante!

dia **25** de **ABRIL**

INAUGURAÇÃO

FEIRA POPULAR DE LISBOA

Sessão de Autógrafos

J. Barata Moura, estará presente para autografar os seus discos e livros

Actividades do Partido

● **Encontro da Juventude de Gondomar** - Decorreu recentemente, na Escola Martins Fernandes, em Rio Tinto, o I Encontro da Juventude de Gondomar, iniciativa promovida pela organização concelhia da União da Juventude Comunista (UJC). Participaram nos trabalhos 60 delegados e cerca de 200 convidados oriundos de diversas freguesias do concelho.

No decorrer do Encontro foram debatidos os problemas mais salientes da juventude local, tendo no final sido aprovado um Manifesto que será analisado e discutido em reuniões a efectuar brevemente com jovens trabalhadores e estudantes.

Na sessão de encerramento, usou da palavra o camarada João Pedro, membro da Comissão Executiva da Comissão Central da UJC.

● **Conferência da Juventude do Minho** - Realiza-se no próximo domingo em Braga, a I Conferência da Juventude Trabalhadora do Minho, que em princípio esteve marcada para o passado dia 9. Estarão presentes 200 delegados e 300 convidados, entre os quais elementos de organizações políticas, associações culturais e grupos desportivos.

A Conferência decorrerá nas instalações da Escola Preparatória Francisco Sanches, estando previstas sessões de manhã e de tarde.

● **Comício na Parede** - Cerca de 300 pessoas assistiram, nas instalações dos Bombeiros Voluntários da Parede, ao comício que teve lugar no passado dia 15 e no qual tomou a palavra o camarada Jorge Araújo, membro do Secretariado do Comité Central, depois de terem falado as camaradas Turquinio e Paulo, da Comissão Concelhia de Cascais. Durante a sua intervenção, o camarada Jorge Araújo abordou temas da situação política actual. E disse, a dado passo:

A luta pelo pão é inseparável da luta pela liberdade. Nas grandes manifestações populares que se realizaram nos últimos dias por todo o país, a luta contra o aumento do custo de vida andou inseparável da luta pela defesa da democracia, das Condições de Abril e da Constituição, revelando centenas de milhares de portugueses a sua elevada consciência de que no momento actual é preciso lutar em duas frentes: contra a política de direita do Governo PS/CDS e contra a reacção.

● **Asssembleia de Célula** - No passado domingo teve lugar a 1.ª Asssembleia de Célula da Cerâmica da Abrigada

- Companhia Nacional de Refractários. Além dos camaradas da Comissão Organizadora da Asssembleia estiveram na mesa os camaradas Félix Pedro, da Comissão Concelhia de Alenquer, Martins Coelho, da DORL e António Brito, suplente do Comité Central. Por unanimidade foi eleito o Secretariado da Célula e aprovado o Relatório de actividades. No final realizou-se uma sessão pública em que participaram cerca de 100 pessoas e durante a qual tomou a palavra o camarada António Brito.

● **Reunião de Quadros em Santarém** - Decorreu no passado dia 16 na Casa do Povo de Alpiarça, uma reunião de quadros do Partido do distrito de Santarém, sobre o trabalho de organização. A mesa que dirigiu os trabalhos

teve lugar na colectividade de Caparide. Problemas de Organização e a ligação do Partido às massas foram os temas debatidos pelos 150 militantes presentes, durante a reunião dirigida pelo camarada Luis Santos, da DORL.

● **Jornada de solidariedade** - A Comissão de Freguesia do Beato, e o Ramo Automóvel da 7.ª Zona do CLL levaram a efeito no passado fim de semana uma Jornada de Solidariedade com a Reforma Agrária. Deslocaram-se em excursão 73 camaradas, que visitaram a UCP "Alvorada na Aldeia", no distrito de Beja. Depois de um debate com a Direcção da UCP e elementos do Secretariado das UCPs seguiu-se um almoço de confraternização.

● **Campanha da DORAL** - Continuum as actividades



O trabalho de organização foi o tema da reunião distrital de quadros recentemente promovida em Santarém.

era composta pelos camaradas Bianqui Teixeira, da Comissão Política do CC, Francisco Lanchina, membro do CC e da DORL, Fernando Oliveira, da DORL e Manuel Marques e Clotilde Xavier, da Comissão de Organização da DORL. Mais de meia centena de camaradas participaram na reunião, vindos dos concelhos de Coruche, Benavente, Rio Maior, Vila Nova de Ourém, Almeirim, Tomar, Chamusca, Torres Novas, Constância, Santarém, Alpiarça, Cartaxo, Abrantes, Sardoal e Alcanena. Reforçar a organização, corrigir deficiências e alargar a influência do Partido foram os objectivos da Reunião.

● **Sessões e reuniões** - Na Baixa da Banheira o camarada Rui Moura dirigiu uma sessão de esclarecimento na qual participaram cerca de 400 pessoas. Com o objectivo de divulgar os resultados da Conferência do Sector Nacionalizado, a sessão decorreu muito animada, tendo as perguntas e respostas ocupado mais de 2 horas.

Em São Domingos de Rana realizou-se no passado Domingo uma reunião de militantes da Freguesia, que

integradas na Campanha dos 500 contos promovida pela DORAL. Assim tiveram lugar nos últimos dias: um almoço de confraternização no Centro de Trabalho de Albufeira, em que participaram mais de 20 camaradas; em Faro, um almoço convívio reuniu mais de 30 pessoas no Centro de Trabalho, em iniciativa promovida pela célula de mulheres; em Silves, também no Centro de Trabalho realizou-se um almoço em que participaram 80 pessoas.

● **Comissão Concelhia de Almada** - Reuniu em plenário, no Centro de Trabalho "Alberto de Araújo", a Comissão Concelhia de Almada, no passado dia 15 do corrente. Conflitos Sociais; Organização Popular e Poder Local; Direcção e Quadros; Juventude, foram os pontos debatidos. Foram ainda discutidas as actividades em curso, entre as quais se salientam dois comícios - o primeiro a realizar no dia 19, com o camarada Jaime Serra e outro previsto para 6 de Maio, na Charneca da Caparica. Foi também constituída a comissão coordenadora da já tradicional Festa da Amizade.



A sessão de esclarecimento com o camarada Álvaro Cunhal realizada na passada semana na Siderurgia contou com a presença de cerca de 5 mil trabalhadores

Sessão de esclarecimento na Siderurgia com Álvaro Cunhal

A sessão de esclarecimento em que o camarada Álvaro Cunhal participou no Pavilhão da Siderurgia, na passada sexta-feira, reuniu mais de cinco milhares de trabalhadores que calorosamente receberam o secretário-geral do Partido Comunista Português.

Muitas flores se contaram entre as variadas ofertas que organizações do Partido entregaram ao camarada Álvaro Cunhal. Ofertas dos Pioneiros do concelho do Seixal, da célula da Mundet, da célula da Construtora Moderna, da célula da Siderurgia Nacional, da comissão concelhia e de um grupo unitário de mulheres.

A sessão, que teria início cerca das 18.30 horas, haveria de prolongar-se pela noite, passando já das 21 horas quando terminou.

Na mesa encontravam-se vinte camaradas representando as células da A. Silva & Silva, da SPE, da Construtora Moderna, da Siderurgia

Nacional, sendo um dos camaradas delegado sindical e outro da comissão de trabalhadores, um da célula da Mundet, um representante da comissão concelhia, também presidente da Câmara do Seixal, 3 membros do Executivo da Comissão Concelhia, um camarada da

DORS, um camarada da Siderurgia, membro do grupo parlamentar comunista, membros dos secretariats das células da Wicander, da Automática Plessey, e dois jovens, um da Comissão Concelhia da UJC e outro do Núcleo Concelhia da UEC.

Em faixas, decorando o amplo pavilhão, as palavras de ordem que presidiram à iniciativa: "Com Unidade a Consolidação da Democracia", "Contra o Aumento do Custo de Vida", "Desestabilização, Uma Escalada Sem Futuro", "Pela Defesa das Nacionalizações" e ainda "Com a Constituição, Para Defender Abril".

Numa breve intervenção de improviso, o camarada Álvaro Cunhal iniciou a sessão de

esclarecimento, fazendo um balanço geral da actual situação política portuguesa. O secretário-geral do PCP, falando das dificuldades que a Revolução Portuguesa atravessa, analisando a actividade das forças reaccionárias no nosso país e criticando o esquerdismo, aliado objectivo da direita, afirmou a confiança nas forças progressistas.

Após a intervenção inicial seguiu-se um longo período de perguntas, cerca de meia centena, que abrangeram um leque muito vasto de preocupações da parte dos presentes.

Com efeito, desde perguntas sobre as calúnias habituais que dirigentes socialistas lançam sobre o PCP, até às

questões sobre as condições de trabalho, a volta dos "Direitos Humanos" ou dos "dissidentes", as perguntas foram feitas ao longo da sessão.

Particular destaque mereceram as questões que se prendem com a situação actual que se vive no tendo várias vezes perguntado quais as posições do Partido sobre assuntos como o da austeridade, o aumento do custo de vida e os salários, o bom e o separatismo, a situação económica e medidas que o PCP propõe para a saída da crise.

Tal como foi iniciada a sessão viria a encerrar a ambiente caloroso e entusiástico.

Cumprir as metas, ultrapassar as metas

Ainda não se atingiu metade do objectivo que a campanha dos três mil contos para o novo Centro de Trabalho da DORA propõe aos militantes comunistas de todo o Alentejo. A organização do esforço, e a sua ampliação, o aproveitamento da experiência do Partido em condições que já permitem realizar no Alentejo sessões e festas ao ar livre, devem concorrer para que, a breve prazo, a campanha sofra novo

alento e as metas distribuídas por todas as organizações sejam cumpridas!

Em 17 do corrente era este o estado dos fundos obtidos:

DISTRITO DE BEJA:

Aljustrel	51 918\$00
Alvito	5 000\$00
Beja	106 329\$70
Castro Verde	5 350\$00
Cuba	5 850\$00

Ferreira	23 950\$00
Mértola	5 324\$00
Moura	8 370\$00
Odemira	3 510\$00
Ourique	5 708\$00
Serpa	67 305\$00
Vidigueira	22 348\$00

Total distrital 318 505\$50

DISTRITO DE ÉVORA:

Alandroal	19 679\$50
Arraiolos	36 764\$70

Borba	23 277\$50
Estremoz	27 155\$00
Évora	224 046\$00
Montemor	130 721\$20
Mora	34 695\$50
Portel	14 363\$50
Redondo	15 426\$20
Reguengos	3 030\$00
Viana	32 618\$70
Vendas Novas	104 427\$00
Vila Viçosa	29 797\$00
C.D. Évora	11 000\$00

Total distrital 707 004\$90

DISTRITO DE PORTALEGRE:

Alter do Chão	
Arronches	
Aviz	
Campo Maior	
Elvas	
Montfort	
Portalegre	
Ponte de Sor	
Sousel	

Total distrital 181 000\$00

Total da Dora 1206 510\$40

Agenda

Dia 21 Sexta-feira

Liões, às 21 horas, no Centro de Trabalho Vitória, realiza-se um debate sobre as empresas nacionalizadas, promovido pelo sector de saúde da DORL. ● **Estremoz**, às 21 horas sessão de esclarecimento na Casa do Povo com o camarada António Gervásio, membro da Comissão Política do Comité Central.

Dia 22 Sábado

Estarreja, plenário de militantes seguido de sessão de esclarecimento com o camarada Carlos Luis, do Comité Central. ● **Vila da Feira**, plenário de Organização. ● **Monchique**, às 21 horas, na Casa do Povo, festa com canto livre. ● **Lourada** (concelho de Borba) inauguração do Centro de Trabalho com o camarada António Casimiro, do Comité Central. ● **Montemor**, inicia-se hoje a Festa da Primavera integrada na campanha dos 3000 contos. Amanhã o camarada Aurélio Santos, do Comité Central, fará uma intervenção política às 15 horas, seguida de canto livre. ● **Portalegre**, inicia-se hoje uma grande festa popular. No dia 23, realizar-se-á um comício com o camarada Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central. ● **Porto**, jornada de convívio na Junta de Freguesia do Bonfim, por iniciativa da organização local do PCP. Exposição fotográfica sobre o 25 de Abril e, às 21.30, intervenção política e projecção de filme.

Dia 23 Domingo

Olhão, às 16 horas, sessão de cinema no Centro de Trabalho. ● **Mora**, Festa Popular com o camarada Joaquim Gomes, da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central.

Dia 25 Terça-feira

Entroncamento, convívio no Centro de Trabalho.

CAMARADAS FALECIDOS

Joaquim Faustino de Campos

Vítima de uma prolongada doença, que nos últimos tempos de vida lhe provocou grandes sofrimentos, faleceu, no passado dia 17, o nosso camarada Joaquim Faustino de Campos, que contava 77 anos de idade.

Fogoso de profissão e membro do PCP desde os primeiros anos da década de 30, deu sempre provas de um elevado espírito de classe e de combatividade revolucionária e, por isso mesmo, o terror fascista o incluiu entre os primeiros democratas desterrados para o campo de concentração do Tarrafal.

Aqui permaneceu mais de nove anos, nunca vergando a sua convicção revolucionária apesar dos espancamentos que sofreu e dos castigos na "frigorifera" a que foi submetido. Regressado a Portugal continuou a luta pela defesa dos explorados, contra a ditadura fascista e pelo socialismo.

O funeral realizou-se na passada terça-feira para o cemitério do Alto de S. João, onde o camarada Francisco Miguel, membro do Comité Central do PCP fez o elogio fúnebre do lutador que foi aquele nosso camarada.

● **RUI ALBERTO AGUIAR DA SILVA** - Após prolongada doença, faleceu no passado dia 10 de Abril, o camarada Aguiar da Silva, que era mecânico de automóveis, de 43 anos de idade. Militava na célula da Câmara Municipal de Lisboa. O funeral, realizado no dia 11, contou com a presença de numerosos camaradas e amigos.

● **ANTÓNIO FILIPE** - Faleceu em 12 do corrente o camarada António Filipe, vítima de acidente ocorrido quando trabalhava com um tractor na Cooperativa Agrícola Unidade, em São Domingos, Santiago do Cacém. Este camarada era membro da Direcção da Cooperativa e militante do organismo de Direcção do Sector das Cooperativas de Santiago do Cacém, do PCP.



O entusiasmo e a confiança no futuro foram aspectos salientes da Assembleia Concelhia de Vila Franca, em cujos trabalhos participou o camarada Álvaro Cunhal

Em Vila Franca de Xira uma Assembleia de comunistas para construir o futuro

A ampla sala da colectividade "Euterpe Alhandrense" acolheu no sábado passado os 392 delegados eleitos a Assembleia concelhia de Vila Franca de Xira. Aos trabalhos assistiram muitas centenas de convidados, membros da organização concelhia do Partido, além de convidados especiais. Membros do Partido Socialista, da FEPU, do MDP, do MDM, independentes e membros da União dos Sindicatos local tiveram também oportunidade de assistir ao desenrolar desta 1.ª Assembleia da Organização concelhia do Partido de Vila Franca de Xira.

Além de membros da Comissão concelhia cessante, compunham a mesa camaradas do Comité Central. O camarada Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do Partido, Manuel Pedro, Armando Moraes, Severiano Falcão e Georgete Ferreira, todos membros do CC, participaram nesta jornada que decorreu sob os temas que vimos decorando a sala: "Reforçar a Unidade, Defender Abril, Construir o Futuro" e "Para a Recuperação da Economia

no Interesse dos Trabalhadores". Tais palavras de ordem foram preocupação central em todos os trabalhos apresentados aos delegados, quer através do Relatório distribuído, que desenvolvia os vários aspectos que caracterizam a realidade do concelho, quer pelas intervenções que ocuparam todo o dia e que versaram os temas do trabalho em que os comunistas estão localmente empenhados.

Também se encontravam presentes na sala delegações de outras comissões concelhias - Azambuja, Loures, Amadora - e ainda do Comité Local de Lisboa, do Sector Sindical da DORL e do Sector de Transportes da DORL.

Perto do fim da tarde, foi lida uma saudação dos Pioneiros. A palavra clara dos pioneiros, ouvida com emoção por todos os presentes, exortou os camaradas a lutar pela resolução dos problemas das crianças portuguesas.

Foi a vez de tomar a palavra o camarada Manuel Pedro, membro do CC e da DORL,

para tantos camaradas e amigos que quiseram estar presentes. A nova Comissão eleita, que ocupou os lugares na mesa, foi apresentada. Um a um, os camaradas que a compõem saudaram o povo de Vila Franca. Eleita por unanimidade e aclamação, o novo órgão dirigente dos comunistas do concelho distingue-se por uma larga maioria de operários e empregados entre os seus 40 elementos.

No início da sua intervenção, que publicamos a parte, o camarada Álvaro Cunhal referir-se-ia à boa preparação da Assembleia, às informações ricas de experiência que ali tinham sido trazidas, transmitindo aos militantes comunistas e aos trabalhadores do concelho as calorosas saudações, do Comité Central.

No final foi entoada a "Portuguesa", a "Internacional" e o "Avante, camarada!".

De pé, ombro com ombro, todos os presentes cantaram. Simbolizando a unidade dos trabalhadores. Para defender Abril e construir o futuro.

Discurso de

No comício de encerramento da 1.ª Assembleia Organizadora Concelhia de Vila Franca de Xira o camarada Álvaro Cunhal pronunciou, de improviso, um discurso em que, após se referir aos trabalhos da Assembleia, analisou os aspectos essenciais da situação política actual, tendo afirmado nomeadamente:

A política antipopular do Governo PS/CDS

Camaradas, Esta Assembleia realiza-se numa situação particularmente complexa. Por um lado, o prosseguimento da política de reacção capitalista, latifundista, imperialista do Governo PS/CDS, a criação de um novo polo de conspiração e reacção que tem como objectivo precipitar por meios institucionais a liquidação das conquistas da Revolução e do democrático português. Isso significa que o movimento e popular, as forças democráticas, têm hoje que lutar em frentes fundamentais. Uma é a luta contra a política do Governo PS-CDS, outra é a luta contra essa conspiração e fascizante que se desenvolve com vista a precipitar a queda da democracia portuguesa.

Por um lado, é necessário travar essa ofensiva do contra os direitos dos trabalhadores, contra as conquistas da nossa Revolução, mas por outro lado, tem que se lutar para combater, aqueles que conspiram para liquidar por meios violentos, por meios não lícitos, por meios inconstitucionais a democracia portuguesa.

A vida continua a mostrar que a política de reacção capitalista não serve nem o nosso povo nem o nosso país. O referido na Assembleia pelos nossos camaradas representantes do Grupo Parlamentar, que acabou agora de ser aprovado pelo Plano e do Orçamento. Podemos dizer que estas leis representam a política do Governo três características fundamentais: Uma, é a preocupação da recuperação capitalista, a preocupação e a finalidade de que o grande capital recupere as perdas que perdeu, as empresas que perdeu com o 25 de Abril a Revolução. Que os agrários recuperem as terras que foram expropriadas e que passaram para a posse dos trabalhadores e para a gestão dos trabalhadores. Que o imperialismo também as posições que perdeu com a Revolução. A preocupação, é fazer pesar nos ombros dos trabalhadores o preço das dificuldades económicas e financeiras do país, resultam em larga medida da sua própria política. É a característica da política do Governo é enfiar Portugal no imperialismo, através de uma política que não sabendo dos recursos nacionais com vista a sairmos da crise, pendurar-se nos empréstimos externos, agravando assim vez mais a dependência de Portugal em relação ao imperialismo.

Naturalmente que os trabalhadores e as forças progressistas deste país não aceitarão passivamente que sejam feitas grandes conquistas da Revolução, designadamente as nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo de gestão, vez que elas correspondem aos seus interesses mais profundos. Além do mais, porque estão consignadas na Constituição, parte integrante da República democrática portuguesa, do democrático em que vivemos. E os trabalhadores não vão tão pouco que sobre eles caia o preço de todas as dificuldades que o Governo atire contra os trabalhadores pagando o preço, que aumente os preços, que congele a produção colectiva, que não permita o aumento dos salários e das vistas a meter nos bolsos e nos cofres dos capitalistas e do dinheiro, para atribuir centenas de milhões de contos, indistintamente sucede, aumentar os altos vencimentos dos administradores das companhias nomeados pelo governo, dos seus aliados que colocam nos vários aparelhos económicos nacionais. Se o governo tem dinheiro para grandes indemnizações que quer atribuir ao capital, também dinheiro para dar os subsídios necessários para que não tem os preços da primeira necessidade, que são para a mental da alimentação dos trabalhadores.

Nós, comunistas, consideramos, além do mais, que a

ENSINO
PARA A DEMOCRACIA
DEMOCRACIA
PARA O ENSINO

Dois dias para um Encontro 22 e 23 de Abril, na Voz do Operário A Educação e o Ensino em debate

É já no próximo fim-de-semana. Últimam-se os trabalhos preparatórios. Eleitos os delegados, terminam-se e preparam-se intervenções. As instalações da Voz do Operário vão receber nos dias 22 e 23 de Abril, sábado e domingo, os 850 delegados, a maioria dos quais já escolheu a secção em que vai participar.

Cerca de um milhão de convidados assistirão às sessões de abertura — sábado de manhã — ou de encerramento — domingo ao fim da tarde.

As 8 secções em que funcionará o Encontro e que divulgámos já no anterior número do "Avante!" aprovarão as conclusões, depois do debate a realizar e que se

processará sobre o resultado de um longo trabalho no qual participaram muitos especialistas comunistas nas várias regiões do país, muitos elementos de outras tendências que trouxeram o seu contributo, muitos camaradas e amigos que em centenas de reuniões estudaram, analisaram, debateram textos elaborados anteriormente.

Abarcando os múltiplos aspectos de um problema que é nacional, os participantes no Encontro trabalharão sob o lema que os reunirá na Voz do Operário: "Ensino para a Democracia, Democracia para o Ensino".

O actual sistema educativo não responde às necessidades e potencialidades da juventude

— disse ao "Avante!" o camarada António Teodoro

No momento em que poucos dias faltam para se concretizar o Encontro das Organizações do PCP Sobre os Problemas da Educação e do Ensino, fomos entrevistar o camarada António Teodoro, membro da Comissão Executiva do Encontro.

A primeira pergunta surgiu:

— Os trabalhos preparatórios estão a finalizar. Dentro em pouco os 850 delegados, os convidados e os participantes reunir-se-ão durante dois dias nas salas da Voz do Operário para os debates, para extrair conclusões de um longo esforço. Que pensa do modo como decorrerão as actividades preparatórias e da amplitude que tiveram no país?

— Os trabalhos iniciaram-se há cerca de um ano — começou o camarada Teodoro —, tendo-se, de Janeiro para cá, intensificado a sua preparação. Os resultados a que chegámos no Encontro, além do debate desses dois dias, serão resultantes do estudo realizado por cerca de 20 grupos de trabalho que abordaram os múltiplos problemas da educação e do ensino e que reuniram algumas dezenas de técnicos de educação e outros especialistas, dos quais uma percentagem significativa não eram membros do Partido.

Os trabalhos de caracterização realizados pelas organizações — continuou o camarada — sobre os problemas de educação de cada região, e os debates realizados por todo o país somam algumas centenas.

— Tem sido salientada a participação de muitos elementos que não são militantes comunistas nos trabalhos preparatórios, quer a ni-

vel de grupos especializados, quer na contribuição que tem sido dada nas sessões abertas.

— De facto — salientou o camarada Teodoro — cada uma das conclusões a que se chegou no Encontro não é apenas produto do trabalho dos comunistas. Participaram nos debates, além de professores, estudantes, trabalhadores-estudantes, muitos outros camaradas e amigos ligados ao trabalho nas autarquias, nas comissões de moradores e de trabalhadores, nas colectividades, nos sindicatos, quadros técnicos e intelectuais e, em geral, pais e encarregados de educação, empenhados nas transformações democráticas que o Encontro propõe.

A participação de grande número de pessoas — sublinhou —, especialistas ou não, e que não são membros do Partido, foi um contributo muito importante para o melhor conhecimento da realidade.

— De um modo geral, quais foram as preocupações mais salientes que apareceram nas reuniões unitárias, abordadas pelos participantes?

— As preocupações principais, variam muito, de acordo com o tipo maioritário de presenças nas sessões — esclareceu. Eadiantou — Quanto aos professores, por exemplo, as preocupações maiores centram-se em

torno da formação de professores, da sua formação inicial e permanente e de aspectos da sua situação profissional. Mas, ainda no que respeita aos professores, as suas preocupações relacionam-se com o grau de ensino a que estão ligados. Assim, no que toca ao Primário, abordou-se com grande destaque os problemas referentes aos programas e às suas condições de aplicação, bem como à gestão democrática neste grau de ensino; quanto ao Secundário, predominaram as preocupações referentes à defesa do Ensino Secundário Unificado, sendo para tal necessário rever algumas das medidas tomadas pelo Governo PS, e à reestruturação dos cursos complementares; finalmente, quanto ao Superior, predominaram os problemas referentes à reestruturação e número das suas Faculdades e ao estatuto da carreira docente, apresentado há algum tempo pelo MEC aos sindicatos.

— E quanto a outros sectores participantes? — quisemos ainda saber.

— Nos debates em que a participação predominante não era constituída por professores, os problemas mais focados relacionam-se com o preenchimento dos tempos livres, das crianças e dos jovens, resultantes do desajustamento entre o horário escolar e o horário de trabalho dos pais, e ainda os problemas da formação democrática da juventude, designadamente o combate à ideologia fascista, e as formas de degradação social, como seja a difusão da droga e da prostituição.

E o camarada António Teodoro prosseguiu:

— Ligado a estes problemas surge sempre o problema da ausência de objectivos para a juventude — objectivos de vida, objectivos de completamento de estudos, de obtenção de uma qualificação profissional e, após isto, da possibilidade de emprego.

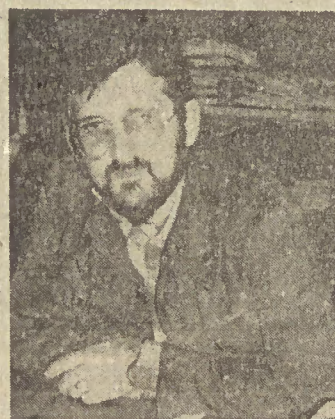
Muitas daquelas formas de degradação social foram apontadas como resultantes da ausência de um projecto mobilizador para a juventude e da não resposta do sistema educativo às suas necessidades e potencialidades.

— Têm sido muitos os trabalhadores e elementos de forças democráticas a participar nos debates. Que ressaltou dessa participação?

— Desse debates ressaltou a necessidade de mobilizar cada vez mais os democratas empenhados na resolução dos problemas educativos, participando activamente nas associações de pais e de encarregados de educação, no sentido de as tornar numa frente que retire à reacção a iniciativa que tem tido neste sector e tornando-as órgãos verdadeiramente participados e democráticos.

— Que motivos têm impedido a participação democrática nesses órgãos?

— As forças reacţionárias utilizam, a seguir ao 25 de Abril, o movimento de pais como a principal frente de luta contra as transformações democráticas no ensino que então foram encetadas. A multiplicidade de problemas e de tarefas, no movi-



O camarada António Teodoro

mento sindical, nos órgãos de poder local, nos organismos populares de base, fizeram com que as forças democráticas não encarassem este problema como prioritário, além de haver da parte das camadas laboriosas uma menor disponibilidade de tempo. Hoje há condições para uma mais ampla participação dos trabalhadores neste sector, é possível encontrar uma orientação diferente que possa tornar estas associações verdadeiramente representativas dos interesses das massas populares na instrução e na cultura.

— Finalmente pusemos uma questão ao camarada Teodoro, tendo em conta que, praticamente terminada a preparação do Encontro, não terminará decerto a actividade mobilizadora que o precedeu. Que se espera, pois, do Encontro?

— A nossa contribuição para se encontrem soluções para os problemas da educação e do ensino, não terminará de facto com este Encontro.

Se relativamente a muitas questões conseguirmos já algumas respostas que nos parecem adequadas à situação presente, em relação a muitas outras não conseguiremos mais do que equacionar os problemas.

Podemos desde já afirmar que pensamos continuar, ampliar e aprofundar os trabalhos já realizados.

O prestígio do Encontro mostrou uma nova face dos comunistas — disse ao "Avante!" o camarada Osvaldo

A situação não é igual em toda a região, pelo que foi diverso o grau de participação e mobilização das organizações — disse-nos o camarada Osvaldo Castro, membro da DOROR e suplente do Comité Central. Numa breve entrevista, procurámos saber junto deste camarada, que é membro da Comissão Nacional, como têm decorrido os trabalhos na região do Oeste e Ribatejo, na preparação do Encontro.

— Os professores comunistas, que são um dos eixos centrais desta iniciativa — continuou — estão muito dispersos pelos 2 distritos, de Leiria e de Santarém, têm horários pouco compatíveis com uma participação regular nas reuniões e, inclusivamente, muitos deles não são originários dos locais onde leccionam, o que os obriga a deslocar-se frequentemente para as zonas onde residem, muitas vezes fora da região. Apesar destas e de outras dificuldades, o empenhamento posto no trabalho pela generalidade dos camaradas superou no fundamental estas contradições e creio poder adiantar que se correspondeu, na OROR, às necessidades e objectivos desta iniciativa.

Como o Encontro está prestes a realizar-se, pode já fazer-se um balanço da contribuição dos camaradas da OROR?

No Oeste e Ribatejo realizaram-se, até 17 de Abril, mais de 60 reuniões, mais restritas ou mais alargadas, para discussão dos objectivos do Encontro e dos textos centrais que surgiram como propostas de trabalho. Centenas de pessoas, de tendências políticas diversas, têm participado, ao nosso lado, em

tudo o trabalho preparatório. Se é justo destacar, pela actividade e pelos resultados obtidos, o trabalho desenvolvido nas organizações de Santarém e Marinha Grande — onde se realizaram o maior número e as mais largas reuniões, igualmente o trabalho efectuado em Abrantes, Alcanena, Torres Novas, Tomar, Leiria, Caldas, Nazaré, Alcobaça, Alvaláez, para citar apenas os concelhos onde o trabalho foi mais aprofundado, constituiu uma valiosa contribuição para o êxito do Encontro na Região.

Fizeram-se reuniões sobre problemas profissionais e a formação de professores, sobre gestão democrática nos diversos graus, avaliação, acção social escolar, movimento popular, autarquias e educação, cultura física e desporto, juventude e ocupação dos tempos livres, formação profissional, para além do trabalho específico de caracterização e levantamento da situação por graus de ensino, foram alguns dos temas sobre os quais incidiram as reuniões alargadas, o trabalho em grupo e as contribuições individuais das pessoas que colaboraram conosco.

Para além deste trabalho voltado para a obtenção de achegas concretas — sublinhou o camarada Osvaldo — realizaram-se também neste momento diversos colóquios, sempre participados na ordem das centenas de pessoas, com especialistas de educação, nomeadamente os camaradas Rogério Fernandes, António Teodoro e Lousã Henriques.

Uma das características do trabalho na região foi a ampla participação, como já referiste, de pessoas não membros do Partido.

eram tão maus como isso e, no fim de contas, estavam enganados, convenceram-se e acabaram por encontrar o seu Partido.

Por isso, ao mesmo tempo que é necessário combater, é necessário convencer. A todos aqueles que sinceramente estejam convencidos, porque os há certamente, que o Partido Comunista é um "partido revisionista", não que quer assegurar as conquistas da Revolução, que está num compromisso com a burguesia, aqueles que sinceramente acreditam no que lhes dizem os inspiradores e os organizadores desses agrupamentos, é caso para lhes pedir: vejam vocês os objectivos fundamentais neste momento dos vossos partidos ou agrupamentos ou grupos, e vejam os objectivos fundamentais da reacção e da extrema-direita. Vejam se não há uma coincidência entre os objectivos imediatos dos vossos partidos e os objectivos da extrema-direita, da contra-revolução no nosso país. Isto mostra que objectivamente, mesmo que haja aqui e ali, gente sincera que possa estar iludida por esses agrupamentos, a acção desses agrupamentos no fim de contas serve perfeitamente os objectivos da reacção no momento presente. Por isso é necessário combatê-la, tendo em conta a situação pessoal dum ou doutro militante ou trabalhador enganado por esses partidos, mas com energia, uma vez que a acção desses agrupamentos junto dos trabalhadores e das massas populares tende a dividir os trabalhadores e no fim de contas a facilitar a ofensiva reacţionária.

Seria uma grande ilusão pensar que esta ofensiva da extrema-direita tem apenas como alvo o Partido Comunista, o movimento sindical, as organizações unitárias de base. Talvez na primeira curva, se acaso fossem bem sucedidos, fosse o Partido Comunista o primeiro a ser atingido, mas não pensem os socialistas que não acabariam também por ser atingidos. Se não fosse na primeira, era na segunda. O general Kautz há poucos dias fez uma afirmação bem curiosa. Perguntando-lhe um jornal o que pensava do Primeiro-Ministro, dr. Mário Soares, disse que isso depois se veria nos tribunais, se um dia o absolvessem ou condenassem. Portanto já está a ameaçar com a repressão não apenas os comunistas, o que já é o pão nosso de cada dia, mas os próprios dirigentes do Partido Socialista que estão concluídos e ligados com o CDS. Onde não vai já a ameaça fascista!

Nos pensamos que estas palavras do general Kautz, tão unido ao PPD e a Sá Carneiro, deviam ser uma advertência para todos os socialistas. Deviam bem pensar o que significam as alianças à direita e os perigos que representam para a democracia portuguesa e para eles próprios, o eventual sucesso da conspiração da extrema-direita. O que esperam os socialistas para compreender o perigo, o que esperam para compreender que a política que pode servir o nosso país e servir a democracia portuguesa não é uma política com os capitalistas, com os agrários, com os imperialistas contra o povo trabalhador, mas sim uma política com o povo trabalhador, em defesa das conquistas da Revolução e da democracia portuguesa?

... Há uma conspiração reacţionária em marcha, é necessário estarmos atentos a ela. Está em causa o futuro da democracia portuguesa e a possibilidade ou não de um sucesso da reacção e do fascismo.

Política de unidade

O movimento operário, o movimento popular, as forças democráticas, têm, por um lado, de lutar contra a política do Governo de coligação do PS/CDS, e, por outro lado, de lutar contra a ameaça da reacção e do fascismo, hoje polarizada em torno do MIRN-PPD-Sá Carneiro.

Para fazer frente a uma coisa e outra é necessário reforçar mais e mais a unidade da classe operária e de todos os trabalhadores, a unidade dos democratas portugueses. Adquire particular importância neste momento o reforço da organização e da unidade de acção dos trabalhadores nas comissões de trabalhadores, nas comissões de moradores, com outras classes e camadas da população, e nos sindicatos.

Quanto à unidade de todos os democratas nós, os comunistas, estamos sempre abertos a considerar com democratas de outras tendências, designadamente com os socialistas, seja nas fábricas, nos sindicatos, nas autarquias, todas as possibilidades dum entendimento e da cooperação. (...)

O camarada Álvaro Cunhal

tenção ou mesmo o melhoramento das condições de vida dos trabalhadores não são incompatíveis com a solução dos problemas económicos e financeiros do país. Ao contrário, na medida em que baixe o poder de compra dos trabalhadores podemos estar seguros que se restringe o mercado interno e que portanto uma parte da produção nacional terá dificuldade de colocar os seus produtos uma vez que não terá quem os compre. E o caso de uma parte da agricultura e mesmo da indústria ligeira que sentirão sem dúvida dificuldades na medida em que os trabalhadores diminuíam as suas compras porque já não têm dinheiro por elas. Quer isto dizer que a conservação e mesmo o melhoramento do nível de vida dos trabalhadores é um estímulo à produção nacional e pode ser um estímulo para a solução dos problemas económicos do país, e não ao contrário do que diz o Governo um elemento de desestabilização e de criação de novas dificuldades financeiras, em virtude de se terem que importar produtos do estrangeiro para acorrer às necessidades do nosso país.

Com esta política, como a experiência mostra, não se caminha para a solução da situação económica e financeira. Reparemos no seguinte: o Governo do PS sozinho, e agora o Governo de coligação PS-CDS, justificam toda esta política gravosa contra os trabalhadores dizendo que ela é necessária para sair da crise. Mas a verdade é que os défices da balança comercial e da balança de pagamentos agravaram-se notavelmente, tanto em 1976 como em 1977. O défice da balança comercial passou de 50 mil contos para 75 mil contos e ultimamente para 112 milhões de contos, números provisórios, e possivelmente para 120 milhões de contos. E o défice da balança de pagamentos sobe de 25 para 29 milhões de contos e agora para 53 milhões de contos em 1977. E se vamos ver os dois primeiros meses deste ano podemos ver que já novamente aumentou o défice da balança comercial 43% em relação aos dois primeiros meses de 1976. Quer dizer, a finalidade com a qual o Governo justifica todas estas medidas contra os trabalhadores não é alcançada e a economia nacional, a situação financeira, vão-se agravando cada vez mais, mostrando que a política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista não é, ao contrário do que afirmava o sr. Primeiro-Ministro, uma política de salvação nacional, mas uma política de desastre nacional e de bancarrota do nosso país.

Existe uma alternativa

Por vezes os senhores ministros declaram que na verdade estas medidas não são boas, mas dizem que elas são indispensáveis porque não há outras. Dizem que será má, representa sacrifícios para o povo trabalhador, mas que não há uma alternativa.

Mas todos sabem que há muito o nosso Partido diz que há uma alternativa e que apresenta uma alternativa. E tem tanta força a alternativa apresentada pelo Partido Comunista, tem tanta força as medidas que o nosso Partido propõe, que agora já dois ministros vêm declarar que na verdade existe uma alternativa, a alternativa do Partido Comunista. Concretamente o ministro Almeida Santos e o Ministro das Finanças já dizem que o Partido Comunista apresenta uma alternativa. Mas se confessam isto, é logo para acrescentarem mais alguma coisa, é para dizerem que as medidas propostas pelo Partido Comunista permitiriam sair da crise mas não podem ser aceites uma vez que representam um outro sistema, diferente do sistema português, assentam numa outra concepção de vida que não é a concepção de vida dos portugueses nem a concepção do sistema democrático que está instaurado em Portugal. Mas a verdade, camaradas, é que a política que o Partido Comunista propõe é uma política que se insere integralmente nos termos da Constituição da República Portuguesa. É a política adoptada e seguida pelo Governo de coligação PS-CDS que falta a princípios fundamentais da República Portuguesa, consagrados na nossa Constituição, uma vez que põe em causa a Reforma Agrária, põe em causa as nacionalizações, põe em causa o controlo operário, põe em causa os direitos fundamentais dos trabalhadores.

No fim de contas, o que propomos nós, os comunistas? Propomos uma política económica e financeira que assente em alguns princípios fundamentais, muitas vezes apresentados nos materiais do nosso Partido, na Conferência Nacional sobre as

questões económicas e nos documentos sucessivos do nosso Comité Central.

O que nós colocamos como princípios básicos não é senão o que está na Constituição da República Portuguesa. Exigimos o respeito pelas transformações democráticas que tiveram lugar depois do 25 de Abril: a Reforma Agrária, as nacionalizações, o controlo de gestão, os direitos e liberdades fundamentais dos trabalhadores.

Não queremos mais do que está na Constituição. O que está na Constituição chega perfeitamente para construir o novo Portugal democrático, progressista, para que se assegure ao nosso povo o bem-estar, a liberdade e ao nosso país a independência nacional.

Isto não é exigir um sistema diferente. É exigir e reclamar um sistema económico e político diferente propor o aumento da produção nacional, para que possamos limitar as importações do estrangeiro? É defender um sistema diferente propor que se produzam no país muitos artigos que hoje se importam e que se podem produzir no nosso país como os trabalhadores nas Conferências do nosso Partido têm muitas vezes demonstrado? É defender um sistema diferente propor que se limitem as importações de muitos artigos sumptuários que não são para consumo do nosso povo mas para consumo dos multimilionários que não vertem uma gota de suor no trabalho e que gastam sem nada fazerem para recriar riqueza nacional? É indicar um sistema diferente do sistema democrático português consagrado na Constituição propor um grande esforço nacional e patriótico, baseado fundamentalmente nas riquezas e recursos internos e também baseado na mobilização das energias nacionais, o que significa fundamentalmente das energias dos trabalhadores?

Podemos afirmar, e muitas vezes temos afirmado, que a saída da crise, a recuperação económica real e o desenvolvimento económico do nosso país têm que assentar numa política que respeite os interesses fundamentais dos trabalhadores porque a saída da crise e a recuperação económica não podem ser realizadas contra os trabalhadores, têm necessariamente que ser realizadas com o esforço, com a adesão, com a contribuição e o trabalho criador das classes trabalhadoras.

O que se está a ver, no fim de contas, é que não há duas saídas. A saída que o Governo propõe não é saída nenhuma.

Nós estamos a caminhar cada vez mais para o abismo, com esta política. E podemos, portanto, afirmar que para a saída da crise, uma saída nacional e patriótica, terá que se ter em conta as propostas fundamentais apresentadas pelo Partido Comunista, propostas que correspondem inteiramente ao sistema democrático em que vivemos, à democracia consagrada na Constituição e aos interesses fundamentais do nosso povo e da nossa pátria. Não temos a soberbia de partido para afirmarmos que só nós é que vemos os problemas. Estamos dispostos a discutir, a examinar em conjunto, a vermos as soluções.

É conhecido, camaradas, o esforço que têm feito os comunistas para discutir com o próprio Governo questões concretas. Camaradas nossos têm discutido muitas vezes nos Ministérios essas questões e feito propostas concretas para a solução dos problemas. Da mesma forma sabemos que os trabalhadores das Unidades Colectivas de Produção, das Cooperativas, das empresas vão aos Ministérios, procuram discutir, procuram chegar a acordo, procuram dialogar, procuram pôr os seus problemas. Mas é o Poder e é o Governo, que recusa atender aquilo que lhe é colocado e insiste numa política que não tem em conta nem as opiniões, nem os interesses daqueles que pretendem dialogar com o Governo. Por isso nós, comunistas, ainda que estejamos sempre prontos a apresentar os nossos pontos de vista e a chegar a acordos, a plataformas, continuaremos o combate contra esta política e este Governo que não servem os interesses do nosso povo nem os interesses do nosso país, continuaremos a lutar por uma nova política e por um novo Governo.

A ameaça fascista

Esta, camaradas, é uma das frentes de luta que hoje se coloca ao movimento operário, ao movimento popular, às forças democráticas.

A outra frente de luta é a ameaça fascista. Não devemos subestimar a ameaça fascista nas novas formas que toma na

Capitulação total do PS às exigências da direita na formação do C. Municipal

O Partido Socialista, que detém a maioria absoluta de eleitos na Assembleia Municipal de Lisboa, fez aprovar na madrugada do passado dia 12 — com a concordância do PPD e do CDS — uma proposta para a constituição do Conselho Municipal que, como denunciaram os eleitos pelo «Povo Unido», revela o maior desprezo pelos interesses da capital e ignora, por completo, as suas organizações representativas.

Numa total cedência às forças de direita — que nem sequer necessitaram de propor qualquer alternativa, limitando-se a defender entusiasticamente a proposta dos socialistas — a Assembleia Municipal de Lisboa escolheu um Conselho Municipal onde na prática se consagra a representação patronal, as actividades liberais, grupos sem qualquer expressão no concelho, ignorando por completo organizações populares reconhecidas pela Constituição, num manifesto e escandaloso desrespeito pela Lei 79/77 que claramente define que do Conselho devem fazer parte representantes das organizações económicas, sociais, culturais e profissionais, cujos fins sejam conformes com a Constituição e que tenham sede na circunscrição municipal ou nela exerçam a sua actividade.

De facto, das organizações económicas escolhidas pela AM apenas o sector privado é lembrado, «esquecendo-se»

quase totalmente a área do sector cooperativo de produção e consumo, que actualmente abrange já milhares de cooperantes; das organizações sociais «esquecem-se» os reformados, cujo peso social não é possível ignorar; as Comissões de Moradores, de importância fundamental para a resolução dos problemas locais, como a prática o tem demonstrado; as instituições de apoio à infância, sem carácter lucrativo; as organizações de mulheres, componente maioritária da população; das organizações culturais e desportivas «esquecem-se» as colectividades populares e escolhem-se os grandes clubes desportivos e outros grupos de elite; e finalmente, no tocante às organizações profissionais, «esquecem-se» escandalosamente sindicatos de grande implantação entre a população de Lisboa, não havendo entre os escolhidos qualquer sindicato operário, não

estando representado o sindicato da Função Pública, não tendo a União dos Sindicatos de Lisboa sido sequer chamada a pronunciar-se!

A opção do PS

Mais que tudo o que se possa dizer sobre o Conselho Municipal, as organizações escolhidas pela AM falam por si. O rol é o seguinte:

Organizações económicas: Associação Comercial de Lisboa, Associação de Empresas da Construção Civil e Obras Públicas do Sul, Associação Industrial Portuguesa, Associação Lisbonense de Proprietários, Associação Nacional da Imprensa Não-Diária, Associação Nacional da Imprensa Diária, Associação Portuguesa das Actividades Publicitárias, Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo, Associação Portuguesa dos Editores e Livreiros, Associação Portuguesa de Empresários de Espectáculos, União das Associações de Comerciantes do Distrito de Lisboa, União das Associações de Espectáculos e Diversões, União das Associações de Hotelaria e Similares do Sul e a União das Cooperativas de Habitação Económica de Lisboa.

Organizações sociais: Automóvel Clube de Portugal, Liga dos Bombeiros Portugueses, Associação para Defesa do Consumidor, Associação dos Inquilinos Lisbonenses, Associação de Pais e Amigos das Crianças, Associação de Socorros Mútuos dos Empregados no Comércio e Indústria, Associação dos Socorros Mútuos dos Empregados no Comércio de Lisboa, União de Caridade Portuguesa «Caritas», Casa da Imprensa, Cruz Vermelha, Inválidos do Comércio, representantes dos centros republicanos, Santa Casa da Misericórdia, Sociedade Beneficência Voz do Operário, Associação de Cegos João de Deus.

As organizações culturais e desportivas serão representadas do seguinte modo: Academia das Ciências de Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Sporting Clube de Portugal, Sport Lisboa e Benfica, Clube de Futebol «Os Belenenses», Associação Portuguesa de Escritores, Federação das Colectividades de Cultura e Recreio, Federação Portuguesa de Ginástica, Fundação Calouste Gulbenkian, Grupo de Amigos de Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, Sociedade Jardim Zoológico, Sociedade Nacional de Belas

Artes e um elemento a escolher entre as Associações de Futebol de Lisboa, Natação de Lisboa ou Atletismo de Lisboa.

No campo das **organizações profissionais** a escolha foi a que segue: Associação de Arquitectos, Ordem dos Advogados, Ordem dos Engenheiros, Ordem dos Farmacêuticos, Ordem dos Médicos, Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Sindicato dos Economistas, Sindicato dos Trabalhadores de Escritório de Lisboa, Sindicato dos Engenheiros Técnicos, Sindicato dos Estivadores do Porto de Lisboa, Sindicato dos Seguros do Sul e Ilhas, Sindicato dos Jornalistas, Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Lisboa. A representação dos trabalhadores da Câmara e Serviços Municipalizados está assegurada, por lei, pelo respectivo sindicato.

Um Conselho Municipal é medida da coligação PS/CDS

A proposta do PS e das forças de direita (é forçoso dizê-lo) constitui, para além de uma inequívoca defesa do sector privado e de uma tomada de posição contra



«O PS fez aprovar, com a concordância do PPD e do CDS, uma proposta para a constituição do CM que revela o maior desprezo pelos interesses dos trabalhadores» — denunciaram os eleitos pelo «Povo Unido».

o estipulado na própria lei, uma inadmissível ingerência no movimento sindical unitário — que já havia escolhido os seus representantes num plenário aberto a todos os sindicatos — e um afrontoso desrespeito pelas decisões livremente tomadas pelas colectividades populares, comissões de moradores e comissões de trabalhadores, nos inúmeros plenários que igualmente realizaram para o efeito.

O escândalo da decisão, que dificilmente poderá deixar de se considerar uma provocação ao povo de Lisboa, é de tal ordem que nem sequer é susceptível de justificação. Com efeito, e só a título de exemplo, como é que se explica que uma sociedade como a do Jardim Zoológico, com exploração privada, seja preferida em desfavor de centenas de colectividades populares, principal (quando não único) meio da esmagadora maioria do concelho de Lisboa praticar desporto e se cultivar?

Como se justifica que sindicatos com duzentos

sócios, como o dos Engenheiros Técnicos, sejam preferidos aos sindicatos eleitos no Plenário da USL, que congregam um total de cerca de duzentos mil trabalhadores? A persistente tentativa de promoção da fechadíssima «Carta Aberta — Madisca» não será certamente a razão mais convincente...

Como afirmaria Anselmo Aníbal, vereador da Câmara Municipal de Lisboa, em declarações ao «Avante!», esta composição do Conselho Municipal decorre de uma opção política feita pelos eleitos do PS, feita de forma tão decidida que não acoltaram quaisquer alterações, nem sequer as que foram propostas por alguns dos seus próprios elementos.

Tal opção política, fez notar Anselmo Aníbal, procurou a constituição de um Conselho que seja partidariamente (e/ou no âmbito da coligação CDS/PS) conforme à Assembleia Municipal, que não venha «perturbar» a actividade da AM. Mais

uma vez se verificou a defesa de um mero projecto partidariamente conforme ao PS e à coligação actual, que não expressa minimamente a dimensão das verdadeiras forças sociais que o Conselho deveria constituir e que não ajuda a trazer aos órgãos autárquicos de Lisboa a vida dos cidadãos e das suas organizações representativas.

Fazendo o paralelo entre a actuação da Assembleia Municipal de Lisboa e a do Porto, aquele vereador sublinhou que, embora em ambas a dominante partidária seja a do PS, o comportamento quanto à formação do Conselho Municipal das respectivas cidades foi inteiramente diverso o que, na sua opinião, expressa a inexistência de uma linha de rumo coerente e unívoca desse partido, em matéria de política local, o que, mais uma vez, vem prejudicar claramente a unidade das forças democráticas e constitucionais no nosso país.

Exigida a anulação do Conselho Municipal escolhido pelo PS, PPD e CDS

Conhecida que foi a decisão da Assembleia Municipal sobre a constituição do Conselho Municipal verificou-se em todo o Conselho de Lisboa uma vaga de protestos e, sobretudo, de indignação contra tão desastrosa deliberação.

Assim, no próprio dia 12, a União dos Sindicatos de Lisboa enviou uma carta à CML, Assembleia da República e Grupos Parlamentares do PS e PCP, exigindo a revogação da decisão da AM que excedeu as competências que lhe são consignadas pela lei, que de modo algum lhe reconhece o direito de deliberar quais as organizações profissionais com representação no Conselho Municipal, mas tão só «... afirma como será constituído aquele Conselho dentro dos limites estatutários pelo presente diploma» (art.º 66.º, n.º 2).

No referido documento, a USL sublinha que o que compete à AM era definir o número de associações sindicais e outras organizações representativas dos trabalhadores que devem existir no Conselho Municipal e dá-lo a conhecer às organizações interessadas, em vez de, em termos atentatórios da independência das

associações sindicais, constituição, legal e estatutariamente consagrada, pretender substituir-se à livre e autónoma deliberação das organizações interessadas.

Idêntica posição seria aliás tomada na conferência de imprensa dada pelos representantes «Povo Unido» na Assembleia e Câmara Municipal de Lisboa onde, a propósito, se afirmou que é a primeira vez que uma Assembleia Municipal escolhe, a dedo, as organizações que irão compor o Conselho Municipal, em vez de se limitar a definir o número de representantes.

Na conferência, em que foi proposta a realização de um debate público, a qualquer nível, para que as várias forças justifiquem perante a população as posições que assumiram na Assembleia Municipal, recordou-se que o Conselho é um órgão autárquico que visa, nos termos da lei, a prossecução dos interesses próprios da população do município.

O critério adoptado na proposta aprovada — frizou-se — em nada serve, antes pelo contrário, nega e contraíria aquele objectivo, pois é profundamente elitista e revela

um profundo desprezo pelos trabalhadores e moradores da cidade, pelas suas organizações sociais.

Como se salientou na conferência de imprensa, nem uma só comissão de trabalhadores ou de moradores, reconhecidas na Constituição e tão vitalizadoras do movimento popular, terá assento neste Conselho Municipal. O critério adoptado ignora as três centenas de colectividades de bairro existentes na cidade, rejeita a sua experiência e a sua contribuição para a resolução dos problemas locais, de carácter social, cultural, recreativo e artístico. Despreza as organizações da terceira idade e, com elas, mais de dez por cento da população; despreza as associações de estudantes, que representam cerca de cinquenta mil estudantes universitários; despreza os problemas específicos das mulheres, mais de metade da população da cidade, que não terão representação autónoma no Conselho Municipal.

Segundo os representantes do «Povo Unido», que lamentaram que a poucos dias do 4.º aniversário do 25 de Abril, o PS

retire as organizações — a colaborar com a Comissão Nacional dos Festejos — a possibilidade de estarem presentes no Conselho Municipal, uma única atitude se impõe: a anulação de tão desastrosa deliberação.

Protestos do MDM, de colectividades e de sindicatos

Também o Movimento Democrático de Mulheres emitiu um comunicado em que protesta veementemente contra a decisão da Assembleia Municipal de Lisboa em não reconhecer às mulheres, através das suas próprias organizações, a sua representação no Conselho Municipal.

Habituadas desde há muito a serem marginalizadas, não nos foi totalmente estranho o risco que se gerou na ala direita da Assembleia quando se falava dos problemas das mulheres e o «Povo Unido» reivindicava a sua representação no C. Municipal, afirma o comunicado que, protestando contra as arbitrariedades e ilegalidades cometidas, exige a revogação daquela decisão.

O Secretariado das Colectivida-

des Populares de Cultura, Recreio e Desportos do Concelho de Lisboa divulgou igualmente um comunicado repudiando a decisão da AM. Segundo o documento, aquele órgão, ao designar as organizações sociais e culturais, cometeu um grave erro ao ignorar totalmente as colectividades populares, optando por órgãos de carácter distrital e nacional cujo âmbito ultrapassa o Conselho Municipal.

A nível dos sindicatos que já tomaram posição pública de repúdio sobre este assunto, salienta-se o dos Trabalhadores da Imprensa, que representa mais de dois mil trabalhadores residentes ou laborando no Concelho de Lisboa; o Sindicato dos Trabalhadores na Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul; o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Lisboa, que não obstante ter sido um dos «escolhidos» não deca de reconhecer que a AM ultrapassou e o «Povo Unido» reivindicava a sua capacidade de decisão; o Sindicato dos Trabalhadores Gráficos do Sul e Ilhas Adjacentes; e ainda o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Centro, Sul e Ilhas Adjacentes e Moagens do Centro e Sul.

Concentração popular por um Conselho Municipal representativo

Realiza-se hoje, às 19 e 30 horas, na Praça do Município em Lisboa, uma concentração popular de protesto contra a composição do Conselho Municipal, considerada por largas massas populares como uma falta de respeito para com os trabalhadores e o empenhamento do povo de Lisboa na resolução de alguns dos mais prementes problemas.

A decisão, tornada pública na segunda-feira no decorrer de uma conferência de imprensa dada pela Comissão Promotora de que fazem parte representantes do Secretariado do Conselho de Moradores de Lisboa, Secretariado dos Conselhos de Trabalhadores das Zonas Oriental e Ocidental da capital e Secretariado das Colectividades Populares de Cultura e Recreio e Desportos, polariza as inúmeras posições de repúdio que têm vindo a ser tomadas públicas pelas mais diversas organizações do concelho de Lisboa, para quem a deliberação

ção da Assembleia Municipal é um insulto ao 25 de Abril e à Constituição.

Num comunicado distribuído pela Comissão Promotora da concentração recorda-se que ao longo destes quatro anos as organizações populares deram prova de grande capacidade, quer no levantamento dos problemas que afligem o povo de Lisboa, quer na resolução de alguns dos mais prementes. Edifícios velhos e degradados foram recuperados para a instalação de creches, jardins de infância, ginásios, centros de convívio. As mais diversas realizações de carácter desportivo cultural e recreativo foram levadas a efeito.

Por outro lado, sublinha-se, a participação dos trabalhadores e das suas organizações na gestão, reconversão e resolução de muitos problemas sociais, revelaram bem a dedicação,

generosidade, espírito de iniciativa e determinação do povo de Lisboa para a resolução dos problemas que mais o afligem.

Certas de que a sua representação no Conselho Municipal além de constituir um direito constitucional, representava também uma contribuição útil, estas organizações populares revelaram grande maturidade cívica e preocupação de verem assegurada uma gestão democrática para a cidade. Foi pois com profundo repúdio e indignação que as mesmas se viram afastadas, por completo, daquele órgão.

Face a esta situação, e certa de traduzir o sentir das massas populares, a Comissão Promotora apela para uma grande concentração em que se exija a anulação da decisão da Assembleia Municipal e a formação de outro Conselho Municipal, que represente de facto o povo de Lisboa, os seus interesses e direitos.

Avança o XI Festival Mundial da Juventude

Caracterizada pelo entusiasmo e pela viva participação de largas centenas de jovens estudantes e trabalhadores, prossegue em todo o País uma intensa actividade de preparação e mobilização para o XI Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, que decorrerá na República Socialista de Cuba, entre 28 de Julho e 5 de Agosto próximos, subordinado ao lema «Pela solidariedade anti-imperialista, a paz e a amizade».

Um dos aspectos mais salientes que têm marcado esta actividade é a eleição de diversos comités de apoio ao Comité Nacional Preparatório (CNP) constituído no passado mês de Março no decorrer de uma reunião em que estiveram representadas 101 estruturas e organizações, entre as quais Comissões de Juventude de sindicatos, departamentos juvenis de Unões Sindicais, associações de estudantes e de trabalhadores-estudantes, e ainda a UJC, UEC, LCI, UEDS, MDM e Associação Portugal-URSS.

Durante aquele encontro, os organismos representados — que passaram a constituir o CNP, o qual recebeu, entretanto, a adesão de muitas outras estruturas juvenis de todo o País — aprovaram um «Apelo à Juventude e aos Estudantes», em que se sublinha que a juventude portuguesa, ao participar na preparação do XI Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, integra-se na vasta mobilização da juventude democrática e progressista do Mundo inteiro, em torno dos ideais do Festival, dando assim um importante contributo, não só para a defesa e consolidação das conquistas do 25 de Abril consagradas na Constituição, mas também para que a paz, a amizade, a solidariedade,



a segurança, o desarmamento, a cooperação e o progresso social sejam uma realidade entre a juventude e os povos de todo o Mundo.

Um dos objectivos fundamentais do CNP é coordenar as iniciativas para o seu alargamento. Neste sentido, estão a ser desenvolvidos contactos com diferentes organizações juvenis de carácter político, cultural, desportivo, social e religioso. Estes contactos testemunham, aliás, uma orientação que tem estado bem patente no trabalho já realizado pela CNP; abrir o Comité e todas as iniciativas programas no âmbito da preparação do XI Festival Mundial da Juventude à colaboração e participação de todas as organizações e estruturas juvenis que estão de acordo com os ideais do Festival.

Este espírito amplamente unitário tem sido também uma

representativa da juventude do concelho. No decorrer da reunião, decidiram aderir ao comité sete organismos. No final, seria aprovado um apelo dirigido a todos os jovens do concelho, no qual se salienta que a delegação portuguesa ao Festival levará a Cuba a mensagem da amizade e da solidariedade da juventude democrática do nosso País.

Com a presença de elementos de 23 organizações juvenis, nomeadamente associações estudantis, departamentos de juventude de sindicatos e colectividades,

decorreu recentemente no Porto uma reunião durante a qual foi constituído o Comité Distrital do Porto e eleito o respectivo secretariado. A princípio, formaram este comité o Departamento da Juventude da União dos Sindicatos do Porto, Secretariado dos Trabalhadores-Estudantes do Ensino Secundário, Associação Desportiva e Cultural das Antas, Associação Recreativa da Vitória, o grupo teatral «Os Modestos» e a organização do Porto da UJC. Entretanto,

registaram-se outras adesões. No âmbito do trabalho de mobilização da juventude do distrito para o Festival, foram marcadas pelo comité diversas jornadas de convívio, sendo de salientar a realização no próximo mês de Maio, na capital norteña, de um Grande Festival da Canção Popular. Entre outras iniciativas programadas, é de referir uma semana cultural e musical e um festival desportivo, a efectuar brevemente. Por outro lado, o comité apela todas as acções promovidas por qualquer das

estruturas que o constituem. Também em Beja foi recentemente constituído o respectivo Comité Distrital e eleito o seu executivo, durante uma sessão em que participaram representantes de diversas organizações de juventude do distrito. A reunião, que decorreu no passado domingo, foi convocada pelo Departamento juvenil da União dos Sindicatos de Beja. O comité é formado por diversas associações estudantis, Associação do Teatro Amador de Beja, Comissão de Juventude da

UCP «A Esquerda Vencerá», Casa da Cultura de Beja, UJC, UEC e pelo Departamento de Juventude da USB.

Entre outros, foram também constituídos os Comités Distritais de Santarém e Coimbra. Para as reuniões constitutivas destes organismos foram convocadas estruturas e organizações representativas da juventude daqueles distritos.

Entretanto, estão marcadas reuniões com idêntico objectivo nos distritos de Évora, Lisboa, Aveiro, Leiria e Faro.

UCP «A Esquerda Vencerá», Casa da Cultura de Beja, UJC, UEC e pelo Departamento de Juventude da USB.

Entre outros, foram também constituídos os Comités Distritais de Santarém e Coimbra. Para as reuniões constitutivas destes organismos foram convocadas estruturas e organizações representativas da juventude daqueles distritos.

Entretanto, estão marcadas reuniões com idêntico objectivo nos distritos de Évora, Lisboa, Aveiro, Leiria e Faro.

Festival Nacional da Canção Política

Por iniciativa do Comité Nacional Preparatório (CNP) decorrerá brevemente em Lisboa um «Festival Nacional da Canção Política», jornada de unidade e convívio que se integra na actividade de preparação e mobilização para o XI Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, e que certamente contribuirá para o aparecimento de novos valores da canção de intervenção e para o enriquecimento do património musical português.

Segundo o regulamento do Festival, divulgado ontem em conferência de imprensa pela Comissão Organizadora, cada concorrente poderá participar com o máximo de duas canções, em língua portuguesa, originais e inéditas na letra e na música.

«Pela solidariedade anti-imperialista» e «A juventude no Portugal de Abril» são os temas a que as canções terão de se subordinar.

As canções e a identificação dos seus autores devem ser enviadas à sede do CNP até ao próximo dia 3 de Maio, em cassette gravada.

O Festival da Canção Política está aberto a todos os concorrentes,

amadores com idade não superior a 30 anos, entendendo-se por amador aquele que não está filiado no Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculos e que não tenha como profissão a actividade musical.

Das canções enviadas serão seleccionadas 10 a 15, por um júri cuja constituição será divulgada oportunamente. Os nomes dos concorrentes e das canções apuradas serão comunicados por carta aos interessados e divulgados em conferência de imprensa a convocar para o efeito.

As canções seleccionadas serão atribuídos «prémios iguais de participação». O 1.º e 2.º classificados serão contemplados com o direito à viagem para Cuba e à participação na representação cultural da delegação portuguesa que tomará parte no programa do XI Festival Mundial em Havana.

Aos Interessados em participar no Festival Nacional da Canção Política serão prestados todos os esclarecimentos na sede do Comité Nacional Preparatório: Rua Joaquim António Augusto Aguiar, 66, 2.º Esq., Lisboa, telefone 657124/5

«Aqui em Santo Tirso há rendeiros ameaçados de despedimentos!»

A voz dos rendeiros, dos camponeses, dos trabalhadores da terra não se fez ouvir apenas no entusiasmo colectivo que rodeou os trabalhos da Assembleia da organização Concelhia de Santo Tirso do PCP. Aconteceu mais: unindo-se aos cerca de 2500 participantes nesta realização, veio de longe o eco de outras vozes de homens e mulheres que lutam por uma vida melhor. Entre estas, a de um rendeiro que enviou à Assembleia uma carta lida comovidamente durante os trabalhos e que constitui um dos muitos manifestos da vida e combate dos rendeiros:

«Amigos, já fui caseiro de uma senhora proprietária de uma grande quinta de Famalicão. É uma quinta que já deu 280 pipas de vinho e é quinta para produzir 70 a 80 carros de milho. Fiz toda por minha conta e todos os vizinhos ficaram admirados. Tive milho, feijão e batata como ninguém lá teve assim. Ainda hoje quem quiser se pode ir informar. Então a senhoria quis que eu lhe desse mais renda e eu disse-lhe que não.

Então essa senhora fechou-me o vinho na adega, quer dizer roubou-me o vinho e eu que me calasse se não metia-me na cadeia.

Fui-me queixar ao posto da GNR e pus-lhe uma acção, então deu-me o vinho e eu saí de lá. Agora pode-se ver a maior parte da quinta sem videiras e a maior parte do terreno do lavrado a monte. Isto é uma pena e um prejuízo para a nação. Então fui para

uma quinta em que a casa de habitação estava em péssimas condições e o senhorio comprometeu-se a compor a casa. Confeitei na palavra dele. Dormíamos por cima das cortes de gado e, como estava tudo esburacado, nem podíamos armar uma cama. Fui falar com o senhorio, ao fim de cinco meses, e ele disse-me que não fazia obras nenhuma. Como apresentei queixa dele na delegação de saúde, que me deu razão, ele ficou de ronha comigo e saí de lá.

COMO PODE UM CASEIRO ASSIM VIVER?

Fui depois para uma quinta, que estava em péssimas condições, cheia de silvas e de pedras. Acordei de dar ao senhorio 16 000\$00. Agora que recuperei a quinta e ela está em boas condições quer

que eu lhe pague o dobro da renda. Como é que um caseiro assim pode viver? O senhorio quer aumentar assim a renda ou despedi-me por tribunal. É por estas e outras mais que a lavoura do nosso país está em lamentável estado. Tudo isto tem a boca de um agricultor rendeiro que garante que o país só sai da grande crise em que nos encontramos depois de proteger a vida de todo o agricultor que cultiva directamente terra sua ou arrendada. Faço ver aos nossos governantes que assim será enquanto não nos protegerem com os preços garantidos antes das sementeiras, seguros sobre todos os prejuízos, reformas a acompanhar o nível de vida, vencimentos em todos os casos de doenças, escoamentos de todos os produtos agrícolas e pagos na data de entrega, empréstimos



«Expulso constantemente das terras que desbrava, como pode um rendeiro aguentar-se na vida?»

a crédito de emergência a baixo juro, o máximo a 5%.

Cancelar todos os despedimentos dos rendeiros sem justa causa, que é um dos maiores males que os rendeiros sentem, e estarão a trabalhar e a produzir para bem da Nação sem estabilidade alguma garantida, para isso é preciso que a lei do arrendamento rural seja a do Decreto 201 de 15 de Abril de 1975, que é o nosso 25 de Abril. Tudo isto é a realidade que os nossos governantes bem o sabem mais, quando não o sabem, que ouçam a voz dos agricultores que trabalham a terra, que ouçam a voz de um rendeiro de cada concelho do país e já se informam de como se encontra a nossa situação.

Só aqui, em Santo Tirso, temos muitos processos em tribunal de despedimentos de rendeiros.

Os senhorios dizem que querem eles fazer as terras, coisa que nem numa enxada sabem pegar! Como é que eles querem ser lavradores? É para arrastarem o país mais para a miséria. Se até aqui não cultivavam as terras e vão cultivá-las agora, tudo isto é uma grande vingança para os rendeiros e para o país cair mais na crise».

A agricultura no mundo

CAMPONESES DE ESPANHA EM LUTA POR MELHOR VIDA

Em Espanha, país onde os grandes agrários detêm duas vezes e meia mais terra do que 5 milhões e 500 mil camponeses, a agitação camponesa conhece um período de expansão. Em várias cidades e províncias deste país, os camponeses saem à rua, em grandes manifestações. Um dirigente do Sindicato de Camponeses da província de Lérida expõe os problemas nestes termos:

«Aliviar a nossa vida pressupõe aumentar os preços à produção, ajudar-nos com créditos, reduzir o desemprego e garantir o seguro social aos trabalhadores».

NOVO SISTEMA DE REGA NA URSS

Tubos de plástico perfurados e enterrados nos campos de cultivo permitem levar a água, com substâncias minerais e fertilizantes dissolvidos, junto das raízes das plantas. Este sistema de rega subterrânea, que desliga automaticamente quando

o solo está saturado de humidade, está a ser utilizado na região do Sirtária (Uzbequistão Soviético) e permite melhorar a nutrição das plantas.

TERRAS CONQUISTADAS AO MAR

Na República Democrática Popular da Coreia, aumenta a área conquistada ao mar, de águas pouco profundas. O Partido do Trabalho e o Governo acham esta tarefa fundamental dada a reduzida área cultivável do país: apenas

18% do território nacional se presta à cultura do arroz, do milho, do trigo e de outros produtos. Até 1980, os coreanos esperam conquistar ao mar 100 mil hectares de terra, dobrar a produção e pô-los a produzir.

MÉXICO: CAMPONESES COM FOME

Apesar das terras expropriadas depois da Revolução e entregues à comunidade, a situação do campesinato é grave. Isto porque as terras colectivas

empobrecem por falta de créditos, de subsídios e de técnica e os camponeses carecem de mercados para colocar os produtos. Cerca de 80% dos camponeses que trabalham essas terras mantêm a sua família unicamente à base de favas e milho. Simultaneamente 4 milhões de camponeses não possuem terra. Entretanto as companhias multinacionais, fundamentalmente as de capital norte-americano, vão-se apoderando das terras, dominando actualmente 90% da produção de víveres e 60% da de forragens. Em muitos países da América Latina, as

corporações multinacionais substituíram-se aos latifundiários de outros tempos.

TRIGO DE INVERNO

Graças a investigações de biólogos siberianos, novas espécies de trigo estão a resultar plenamente, permitindo grandes colheitas mesmo nas regiões gélidas do norte da Sibéria onde a duração do Verão é muito curta. Num futuro próximo, o volume das culturas de inverno de diversos produtos aumentará significativamente.

Município e população da Moita transformam um concelho dormitório num concelho pleno de vida

Nas eleições para as autarquias locais a população do concelho da Moita votou maioritariamente nas forças progressistas, confiante que os homens e mulheres candidatos pela FEPU não se poupariam a esforços para tentar resolver os problemas locais. Após um ano de actividade, o balanço — ainda que sumário — do trabalho realizado, é francamente positivo, não obstante as enormes dificuldades encontradas em que avultam, sobretudo, as de carácter financeiro.

Com efeito, como afirma o primeiro número do Boletim Municipal, publicado em fins de 77, é impossível a uma autarquia planear em todo o sentido do termo, no campo da saúde, da habitação, da educação, etc., sem saber quais os dinheiros que poderá gerir. A Câmara está dependente, nesta ou naquela obra, da comparticipação do governo e, por vezes, essa comparticipação não se destina a uma obra prioritária para a população mas sim a uma outra considerada de carácter secundário.

Se se tiver em consideração que o orçamento ordinário da Câmara Municipal da Moita prevê para o corrente ano uma receita de trinta e quatro mil contos e que só para o pagamento de salários são necessários quarenta e quatro mil, fica-se com uma ideia muito clara da gravidade da situação existente, bem como dos condicionais que se colocam a uma gestão eficaz.

Sendo a actividade económica do concelho bastante reduzida — existem apenas algumas pequenas indústrias de confecções, de cortiça e construção civil — o seu carácter de dormitório acentuou-se nos últimos anos, agravado pela escassez crescente de habitações acessíveis nos centros de maior desenvolvimento. Com essa procura habitacional agravaram-se, como não podia deixar de ser, as carências de infraestruturas e de equipamentos colectivos. Para já não falar da indispensável recuperação de casas degradadas e do combate à habitação clandestina.

Segundo estatísticas de 1970, o concelho da Moita ocupava o oitavo lugar entre os concelhos do país mais carenciados em habitação. Das 11300 famílias então residentes, 4150 (36,6%) viviam em más condições de alojamento. Só na freguesia de Alto Vedros 40% das habitações estão degradadas.

Por outro lado, embora o Fundo de Fomento de Habitação aponte para a construção no concelho de 6791 fogos (entre 1971 e 1980), dos 2791 construídos até 1976 apenas 872 foram destinados a habitação social.

Perante tal panorama, o município da Moita não pôde deixar de dedicar especial atenção a este problema. Assim, e embora conscientes de que só com a tomada de medidas eficazes por parte do governo a questão poderá ser resolvida, as autarquias do concelho têm vindo a desenvolver esforços para colmatar as dificuldades actuais, estabelecendo um programa que visa a construção de habitações de renda económica e paralelamente, a criação de condições para a aquisição de habitação própria.

É dentro deste espírito que surgem os Serviços Municipais de Habitação, ainda precariamente instalados numa improvisada divisória do Salão Nobre da Câmara, que de imediato se lançaram num levantamento das carências do concelho, ainda em curso, assim como do apoio técnico e financeiro de organismos estatais, necessário quer para a execução de infraestruturas e equipamentos quer para a expansão do parque habitacional acessível às camadas da população mais carenciadas.

Política habitacional do Governo ao serviço de quem?

No âmbito dos contratos de desenvolvimento para habitação, firmados entre o Fundo de Fomento e empresas privadas, estão actualmente em construção no concelho da Moita cerca de três mil fogos. Como responsável da obra, é o Fundo que controla a qualidade e preços dos fogos, num processo que escapa por completo ao próprio município. Quando do lançamento desta obra, e por proposta da Câmara ao Governo, os então responsáveis do Fundo de Fomento haviam garantido que adquiririam 75% dos fogos para serem dados em regime de arrendamento social ou de propriedade resolvida. Mais tarde, no entanto, essa promessa passou para apenas 50% dos fogos, sendo actualmente intenção do Fundo permitir a venda directa de todos os fogos. Se esta decisão não vier a ser alterada, os problemas da população mais carenciada e de menos posses serão, uma vez mais, protelados.

Contrastando com esta política, a Câmara Municipal tem um curso, um programa de construção de 56 fogos, ao abrigo de empréstimos



Dotar o concelho com a rede de escolas, campos de jogos e espaços verdes de que necessitam as populações é um dos principais objectivos do município.

especiais, dos quais dezasseis já foram vendidos em condições bastante favoráveis — as de duas assoalhadas a trezentos e doze contos e as de três assoalhadas a trezentos e sessenta e cinco contos.

Por outro lado, visando melhorar na medida do possível as condições de vida das populações, deverão também ser instalados em breve duzentos e quarenta e três fogos pré-fabricados, a distribuir em regime de propriedade resolvida. Embora as autoridades autárquicas considerem não ser desta forma que se resolverá o problema habitacional, tendo em conta a duração relativa deste tipo de habitação, a solução encontrada é uma das formas de minimizar temporariamente as carências. Na Moita a modalidade de pré-fabricados escolhida foi a de vários pisos (até quatro), o que dá mais garantias de habitabilidade e segurança de maior duração.

Ainda no âmbito da intervenção da Câmara prevê-se que para Agosto serão construídos mais sessenta e seis fogos de renda social.

Ainda no campo da luta pelo direito à habitação, as autarquias do concelho colaboram criar dois Gabinetes (Planeamento e Reconversão dos Núcleos de Clandestinos) que permitiriam aumentar sensivelmente a capacidade de intervenção do município no que se refere à disciplina e ordenamento urbanístico e à recuperação dos 26 bairros clandestinos existentes no concelho, sem o mínimo de infraestruturas.

No que toca à recuperação dos clandestinos importa salientar não só o importante trabalho de o município da Moita vem realizando através da dotação de infraestruturas de saneamento básico para esses bairros, mas igualmente o firme combate aos loteadores clandestinos, especuladores, acompanhado na medida do possível, com a cedência às populações de terrenos devidamente infraestruturados a preço acessível.

Também neste campo a intervenção da Câmara poderia ser bastante mais eficaz se a lei dos solos estivesse de facto de acordo com o princípio constitucional da nacionalização e municipalização dos solos.

Não obstante a falta de quadros técnicos, de meios económicos e de autonomia financeira, as autarquias do concelho da Moita têm vindo a desenvolver todos os esforços para melhorar as condições de vida da população, acompanhando o desenvolvimento habitacional com a criação de zonas verdes e a construção de equipamentos colectivos. Assim, o município possui já terrenos para dotar o concelho com escolas primárias, ciclos preparatórios e escolas secundárias, que incluirão campos desportivos e zonas verdes. Também a zona entre a Baixa da Banheira e Vinhas das Pedras será em breve recuperada, estando prevista a sua transformação em campos desportivos e zonas verdes.



«A Câmara está dependente, nesta ou naquela obra, da comparticipação do Governo».

Terras de camponeses inundadas

Cerca de 200 camponeses da Carregueira, Chamusca, têm protestado, até agora sem resultados, contra o facto de em tempos chuvosos as suas pequenas parcelas serem invariavelmente inundadas devido a uma vala que dá vazão às águas da herdade Sommer. Os camponeses reivindicam dos serviços hidráulicos a abertura de uma vala que vá desaguar ao Tejo, única medida capaz de impedir os prejuízos que vêm sofrendo.

Camponeses continuam a luta pela remissão das terras

Camponeses rendeiros do Ribatejo, de Foros de Almada, Marinhais e Almeirim continuam a luta pela remissão de terras que já os seus avós e bisavós arrendaram.

Esta luta, que se vem desenvolvendo há mais de uma década, mobiliza muitos rendeiros que, já nos tempos do fascismo, haviam proposto à Junta de Colonização Interna a compra das terras. A esta aspiração dos rendeiros e suas famílias, a cujo trabalho se deve toda a fertilidade da terra, continuam a opor-se os senhorios, grandes senhores, que usam o aumento das rendas como meio de sangria dos camponeses, levando muitos a abandonar as courelas que, com tanto sacrifício, trabalhavam desde meninos.

Médico de Elvas envergonha a Ordem

No Hospital de Elvas sucedeu esta coisa espantosa: o médico Barbas recusou-se a prestar assistência médica ao trabalhador agrícola Luís Miranda, membro da Comissão Directiva da Cooperativa «Herdade de Segolva e Anexo», que deu entrada naquele hospital com um grave ferimento na cabeça provocado pela investida de uma vaca. Aos gritos de que «não percebo nada de Cooperativas e não faço tratamentos a ladrões», o médico Barbas expulsou o doente do Hospital assim como dois outros trabalhadores que o acompanhavam e que igualmente são membros da cooperativa. O trabalhador Luís Miranda foi tratado por outro médico, o dr. Cabeças, tendo sido depois transferido para um hospital de Évora.

Este procedimento que provocou a indignação da população, levou a Comissão Directiva da Cooperativa a elaborar um documento no qual reivindica que o médico Barbas seja expulso da Ordem dos Médicos e assinala que este indivíduo é sobejamente conhecido em Elvas pelas suas atitudes reacçãoárias, nomeadamente pela sua participação numa tentativa de assalto ao Centro do PCP naquela cidade.

Católicos holandeses na defesa de uma Cooperativa

Alunos e professores da Universidade Católica de Nijmegen, na Holanda, numa moção enviada ao Primeiro-Ministro Mário Soares e ao MAP, protestam contra o pedido de reserva em terras pertencentes à Cooperativa «Che Guevara» de Alvalade-Sado. Estes alunos e professores que, na sua quase totalidade, trabalharam nos Verões de 1975, 1976 e 1977 naquela cooperativa em regime voluntário, sem qualquer retribuição, consideram «inaceitável e inumano que 44 postos de trabalho sejam ameaçados e nove famílias sejam expulsas de suas casas por causa de uma senhora só». Recordando que a reservatória, Catarina de Vilhena de Sousa Rego, possui muitas outras propriedades que, até final de 1975, deixou quase totalmente incultas, os subscritores da moção reafirmam a sua solidariedade com o processo da Reforma Agrária.

Estafeta da Unidade Moita — Barreiro

Integrada na Semana Cultural e Desportiva do concelho da Moita e nas comemorações do 25 de Abril, vai realizar-se no Dia da Liberdade a prova pedestre denominada Estafeta da Unidade, entre a Moita e o Barreiro. A iniciativa é da responsabilidade conjunta da União dos Núcleos de Atletismo Popular (UNAP), da União das Colectividades do Barreiro e da Comissão Promotora da Semana Cultural e Desportiva do concelho da Moita, e conta com o apoio das autarquias locais dos concelhos da Moita e Barreiro.

Esta Semana Cultural e Desportiva, que vai de 25 de Abril a 1 de Maio, resulta de uma deliberação tomada em 1977 pela Assembleia Municipal da Moita. Durante essa semana realizar-se-ão, para além de provas desportivas para atletas de todas as idades, colóquios, teatros, exposições e desfile pelas ruas dançando o «Uga», tradicional dança do concelho.

Reformados protestam contra aumento do custo de vida

Manifestar o repúdio dos reformados e idosos pelo miserável aumento das pensões de reforma face à escandalosa subida do custo de vida, por decisão do Governo, em grave contradição com as disposições da Constituição da República, cujo cumprimento urge exigir e defender, foi o principal objectivo que presidiu ao encontro de reformados e idosos realizado na passada segunda-feira, no Teatro Vasco Santana, em Lisboa, por iniciativa da comissão distrital e executiva da Coordenadora Nacional dos Reformados.

Como se salientava na convocatória do encontro, os reformados e idosos, marginalizados, carecidos de meios de apoio social, sem capacidade económica para fazer face às exigências de uma saúde debilitada pelo trabalho e pelos sacrifícios, são agora lançados com o aumento do custo de vida na impossibilidade de sobrevivência.

Levantamento das carências escolares na freguesia de Benfica

Com o objectivo de ter uma noção correcta das carências escolares primárias da freguesia e acutelar, embora a título precário, não só as instalações como a distribuição adequada dos alunos em relação às suas residências para o próximo ano lectivo, a Junta de Freguesia de Benfica está a realizar durante o corrente mês um reconhecimento de crianças em idade de frequentar a escola primária.

«Aliança Povo Unido» contra aumentos de água no Porto

A Câmara Municipal do Porto aprovou, com os votos contra dos eleitos «Povo Unido», uma proposta em que, paralelamente aos aumentos das taxas de ligação e conservação de saneamento se prevê a criação de uma taxa de disponibilidade, igual para todos os consumidores, no valor de 25\$00 mensais.

Num comunicado divulgado a propósito, a «Aliança Povo Unido» denuncia, através da respectiva comissão coordenadora do Porto, que a criação desta taxa, que se pretende justificar pelo facto de os consumidores poderem dispor de água, mesmo que a não gastem, é uma maneira subtil de impor o aumento do preço da água, dado que para a população pouco importa dizer que se mantém as actuais tarifas se no fim do mês tiver de pagar mais.



Embora a população mais carenciada necessite de milhares de casas, o FFH continua a dar preferência à iniciativa privada, desprezando a habitação social

A formação ideológica tarefa de todo o militante

Temos de responder, no campo político e ideológico, às massas populares, aos trabalhadores e ao país.

— A divulgação da realidade e da política da URSS e dos outros países socialistas são aspectos de relevo na batalha ideológica.

O CONTROLO POPULAR NA SOCIEDADE SOCIALISTA

— O papel das massas populares no desenvolvimento da sociedade é uma das questões principais da teoria marxista-leninista.

Não se trata apenas de um livro importante, quer pelas bases históricas que o apolam e documentam, quer pela sua argumentação teórica, tão fundamentada como objectiva. Sendo um quadro amplo, até ao pormenor mais significativo, da realidade do controlo e da gestão directamente exercidos pelos cidadãos da Pátria do socialismo desenvolvido — a União Soviética —, é também uma panorâmica das experiências específicas dos países da democracia popular. Em ambos os casos, portanto, é um testemunho indelével da «inevitabilidade das transformações democráticas» onde os povos se libertaram do jugo do capital monopolista, latifundista e imperialista, aboliram a exploração do homem pelo homem e constroem no seu dia a dia, em paz, independência e liberdade, as vias da futura sociedade sem classes.

Livro, pois, de leitura urgente, não só para a educação sociopolítica de todo o português democrata e antifascista, mas, em especial, para o dirigente, o militante e o sem partido que vêem na edificação do socialismo a única solução racional, científica, patriótica, dos problemas nacionais. Mais ainda, no actual contexto da Revolução portuguesa,

a sua leitura ensina-nos a compreender melhor como, ao fim de um longo período de repressão e estagnação fascistas, se abriram ao nosso Povo autênticas perspectivas de uma vida de trabalho criador, apesar das descaradas ou subitas estratégias das minorias reacçãoárias, das vicissitudes e até dos recuos inevitáveis em todo o processo revolucionário. Ensina-nos, igualmente, a avaliar o alcance das conquistas democráticas do 25 de Abril, entre as quais se inserem as nacionalizações, a intervenção estatal, a prática da auto e da co-gestão, a acção dinamizadora das múltiplas comissões de trabalhadores e de poder local unitário.

Este livro de Victor Turovsev — **O Controlo Popular na Sociedade Socialista** — agora editado pelas Edições «Avante!», consta de sete capítulos em que a fluência da escrita se alia à qualidade da matéria exposta. Não se resume ao controlo, poder e iniciativas populares, nem à gestão operária na sociedade socialista; a riqueza do texto, entre outras questões de vivo interesse, abarca a democratização de toda a economia — indústria, agricultura, comércio —, a importância dos sindicatos, o papel do

indivíduo e da colectividade, a organização científica do trabalho e da produção, a disciplina laboral, a direcção e a responsabilidade individuais e colectivas, a protecção na saúde e na velhice. São ainda temas o peso da burocracia, a crítica e a autocritica, o centralismo democrático, o internacionalismo proletário, a ligação às massas e ao povo em geral, a ilegitimidade, a informação, a vigilância popular nos campos social e económico.

Além de desmascarar os detractores do socialismo, bem assim os demagogos revisionistas do marxismo-leninismo, Turovsev refere as contradições do capitalismo e do socialismo reformista, denuncia os perigos do oportunismo de direita e de «esquerda», ao mesmo tempo que demonstra que o socialismo democrático não passa de uma variante da mal-famada teoria da «convergência», que conserva os princípios da lei e da ordem burguesas, com desprezo das tradições progressistas e costumes dos povos e do direito a tomarem nas próprias mãos os seus destinos históricos.

O Controlo Popular na Sociedade Socialista é, em síntese, uma lição de actualidade.

Dossier Carlucci/CIA

— A defesa da independência nacional exige o conhecimento do que foi a acção em Portugal durante 3 anos do homem que hoje dirige a subversão ao serviço dos monopólios americanos.

A actividade da CIA em Portugal é anterior ao 25 de Abril. Este facto, embora

não constituisse segredo, não é ainda suficientemente conhecido pelo Povo português no que diz respeito às ligações, modos e meios de actuação, quem actuava e onde estavam instalados.

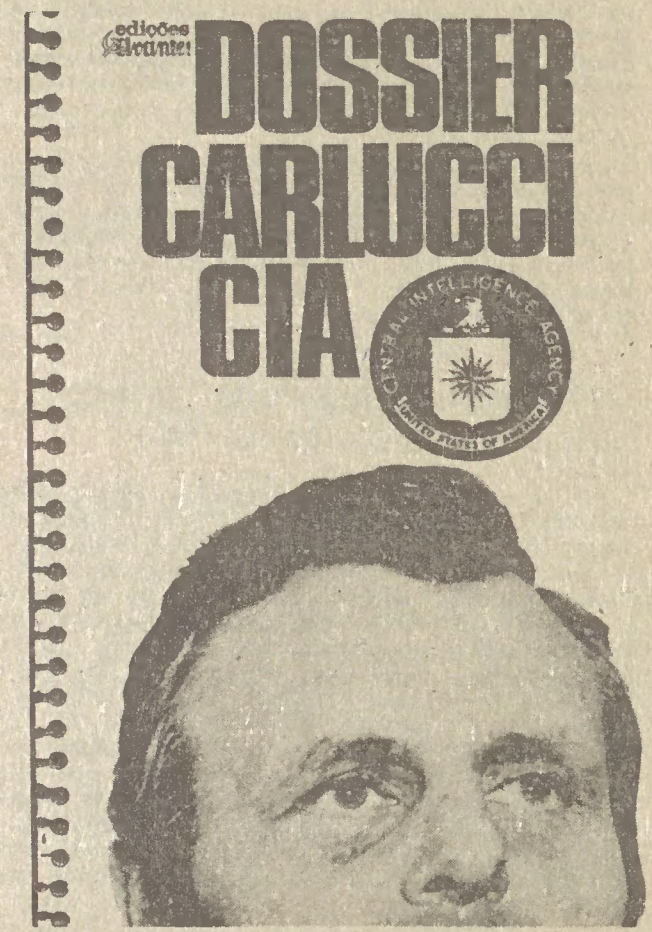
Depois do 25 de Abril a CIA continua, agora de modo diferente e mais activo, a trabalhar. Entre outras coisas são enviados «especialistas» em sindicalismo, através da ITT e outras empresas surge

uma onda de sabotagens económicas e, finalmente, em Novembro de 1974, Carlucci, o tristemente famoso «especialista» em golpes de Estado, é nomeado embaixador em Portugal.

Toda a actividade, mais ou menos descarada, deste indivíduo, em que as ingerências nos assuntos internos portugueses eram uma constante, é desmascarada e desmontada neste livro. Nele se referem as «visitas» ao Norte — ao Comando Militar, a escolas, a fábricas e órgãos autárquicos — a «visita» ao Campo Militar de Santa Margarida, à Madeira e aos Açores. Fica também documentada a sua acção em Portugal através dos extractos da exposição que fez perante o Congresso americano.

Através da recolha de elementos feita, ficaremos a conhecer melhor o que é a máquina tenebrosa da CIA, até que ponto procura penetrar na vida portuguesa, e como desestabiliza, destrói, distorce factos e situações, no sentido de manter os povos sob o domínio explorador e criminoso do imperialismo e de os afastar da luta pela paz, pelo desanuviamento e pelo progresso social.

A nomeação de Carlucci para número 2 da CIA veio provar uma realidade que se impusera ao Povo português: o claro carácter subversivo que caracterizou as constantes ingerências na vida portuguesa daquele embaixador americano.



Grande Banca das Edições «Avante!»

No Encontro das Organizações do PCP sobre os problemas de Educação e do Ensino (na Voz do Operário)

Promoção Especial

- Soeiro Pereira Gomes e o Futuro do Realismo em Portugal 50\$00
- Nacionalizações-Defesa e Dinamização 60\$00
- Escolas do Magistério 60\$00

Exposição — Venda de Livros e obras Psicologia e Pedagogia

Temas ideológicos

O Leninismo

Vladimir Ilich Ulianov Lenin nasceu em Simbirs (hoje Ulianovsk). Terminado o curso do liceu, em 1887, ingressou na Faculdade de Direito da Universidade de Kazan. Por essa altura foi detido por ter participado no movimento estudantil e colocado sob vigilância policial. Em 1891, terminou os seus estudos, como aluno voluntário, na Universidade de Petersburgo. Em Kazan (1889-1890) e em Samara (1890-1893), Lenin estudou a doutrina marxista e organizou o primeiro círculo marxista na segunda destas cidades. Em 1893, muda-se para Petersburgo e torna-se dirigente dos marxistas da capital, realizando um grande trabalho entre os operários. Em 1894 escreveu a sua primeira grande obra. «Quem são os «amigos do povo» e como lutam contra os social-democratas?» em que demonstrou a inconsistência da teoria e da tática dos populistas e mostrou o verdadeiro caminho da luta à classe operária. Em 1895, agrupou os círculos marxistas de Petersburgo na «União da luta pela emancipação da classe operária». Logo a seguir, Lenin é detido e encarcerado e depois desterrado para a Sibéria. Em meados de 1900, Lenin parte para o estrangeiro, onde cria o primeiro periódico marxista para toda a Rússia, a «Iskra» («A Centelha»), que desempenhou um papel imenso do nascimento de um partido marxista de novo tipo e na elaboração do seu primeiro programa, na luta contra reformistas e oportunistas. Em 1903, foi criado, no II Congresso do P.O.S.D.R., o partido dos bolcheviques, partido que, dirigido por Lenin, conduziu o proletariado e o campesinato trabalhador da Rússia pelo caminho da luta pelo derrocamento da autocracia czarista e do estabelecimento de um regime socialista. Os marcos que assinalam este caminho foram a revolução democrático-burguesa russa de 1905, a revolução de Fevereiro de 1917, e a vitoriosa Revolução Socialista de Outubro do mesmo ano. O grande mérito de Lenin consiste em ter elaborado com espírito criador a teoria marxista aplicando-a às novas condições históricas, concretizando-a a partir da experiência das revoluções russas e do movimento revolucionário internacional, após a morte de Marx e Engels. No trabalho «O Imperialismo, estágio superior do capitalismo» (1916), Lenin prosseguiu a análise do modo capitalista de produção dada em «O Capital» de Marx e descobriu as leis do desenvolvimento económico e político no período imperialista. O espírito criador do leninismo encontrou a sua expressão na teoria da revolução socialista. Lenin demonstrou que nas novas condições, o socialismo pode vencer inicialmente em um ou em vários países, e não em todos os países simultaneamente. Elaborou a teoria sobre o partido do proletariado como força dirigente e organizadora, sem a qual é impossível implantar a ditadura do proletariado e construir a sociedade comunista.

O primeiro Estado proletário, dirigido por Lenin, soube defender a sua existência em luta contra os inimigos internos

e externos e iniciou a edificação pacífica do socialismo. Desenvolvendo as ideias de Marx e Engels, Lenin traçou o programa concreto da construção socialista na URSS, programa que se converteu em guia para o Partido e para todo o povo soviético.

As suas obras de carácter concreto, consagradas aos mais diversos problemas da economia, política, estratégia e tática, proporcionam-nos modelos insuperados sobre a aplicação da dialéctica à vida real.

Na teoria do materialismo histórico, via Lenin o fundamento científico para a compreensão das leis do desenvolvimento social e da luta revolucionária pela reorganização socialista da sociedade. Investigando com espírito criador os problemas do desenvolvimento económico, político e espiritual da sociedade na nova época, Lenin desenvolveu todos os aspectos da sociologia marxista. Possui singular importância as suas investigações relativas às classes e à luta de classes, sobre o Estado e a revolução («O Estado e a revolução»), sobre o papel das massas na época da revolução socialista e da construção da sociedade comunista, sobre a relação entre as massas, o partido e os chefes; as suas ideias acerca das novas formas em que se manifestam as leis gerais do desenvolvimento social nas condições da edificação socialista, sobre a relação recíproca entre economia e política, sobre a cultura e a revolução cultural, sobre a moral socialista, sobre os princípios da arte socialista e muitas outras.

Temas vários

Playa Girón

Há 16 anos, uma remota praia no sul de Cuba entrou na História como um lugar da América onde o Imperialismo lanque sofreu a sua primeira derrota.

Bastaram 72 horas para que as unidades do Exército, a Polícia e as Milícias Nacionais Revolucionárias aniquilassem a chamada «Brigada de Assalto 2506» — composta por cerca de 1 500 mercenários com características semelhantes às unidades anfíbias de Assalto das Forças Armadas dos E.U.A. — e deixassem fora de combate 14 unidades navais, 30 aviões e 5 tanques, todos de origem norte-americana.

As 5 h. e 30 m. da tarde do dia 19 de Abril de 1961 um comunicado anunciava a vitória das Forças Revolucionárias cubanas na Playa Girón enquanto começava o desfile, em veículos recém-construídos, dos 1 197 mercenários capturados que, com as mãos atrás da nuca, iam escoltados por milicianos e membros das Forças Armadas Revolucionárias.

PRECISAMENTE EM CIENAGA

Quatro dias depois da vitória, o Comandante Fidel Castro explicava perante as câmaras da TV nacional os pormenores do desembarque dos mercenários armados e treinados pelo governo dos EUA e a sua Agência Central de Espionagem — a CIA — enviados com o objectivo de estabelecer uma «base de ponte» nesta zona e daí iniciar toda uma guerra de desastres, que pretendia criar um «Governo Provisório» encarregado de propiciar a intervenção directa dos lanques.

Alind por cima — sublinhava Fidel — havia 200 professores em Ciénaga de Zapata e 300 filhos de camponeses estudando em Havana, para além de que o nível de vida da população era altíssimo: com estradas, médicos, trabalho; Ciénaga de Zapata havia-se convertido num dos lugares mais concorridos e visitados. Era esta a situação da população onde os mercenários desembarcaram. Fizem-no em Playa Girón, onde há um povoado que tem 100 casas e capacidade para albergar mais de 1 000 pessoas, porque ali há centros turísticos organizados para os trabalhadores, onde estes e as famílias mais humildes podem ir.

Pois era exactamente ali, em Ciénaga, lugar que enchemos de estradas, num povoado inteiramente construído pela Revolução, com campo de aviação e tudo, que os mercenários pensavam instalar-se. Ali, exactamente, queria o Imperialismo instalar o seu território ocupado, no lugar onde mais se fez em menos tempo — possivelmente em nenhum lugar do mundo se fez mais por uma população que o que se fez por Ciénaga de Zapata, em dois anos.

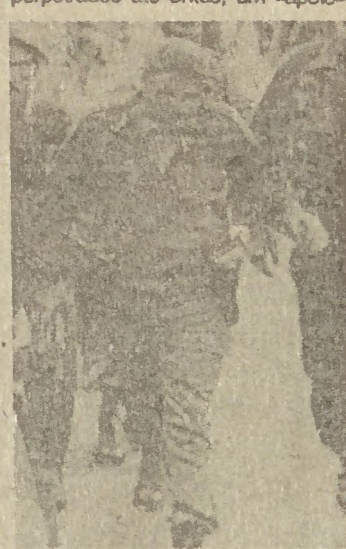
Pois era exactamente ali, em Ciénaga, lugar que enchemos de estradas, num povoado inteiramente construído pela Revolução, com campo de aviação e tudo, que os mercenários pensavam instalar-se. Ali, exactamente, queria o Imperialismo instalar o seu território ocupado, no lugar onde mais se fez em menos tempo — possivelmente em nenhum lugar do mundo se fez mais por uma população que o que se fez por Ciénaga de Zapata, em dois anos.

PRELÚDIOS DUMA INVASÃO

Desde os primeiros dias de Abril desse ano que a imprensa e as agências noticiosas dos EUA divulgavam telegramas que evidenciavam os planos do governo lanque: Há nove meses que entram nos Estados Unidos e na América Central tropas decididas a derrubarem o regime de Fidel de Castro — destacava o «The New York Times». O presidente Kennedy decidiu que chegou a hora de dar a Fidel Castro um motivo real para se queixar dos Estados Unidos (...) o Governo já está

disposto a dar o sinal tão largamente esperado para se iniciar a invasão de Cuba, afirmava Drew Pearson três dias mais tarde.

Ao amanhecer do dia 15, aviões bombardeiros procedentes de Puerto Cabezas, na Nicarágua, atacavam três aeroportos cubanos. Era a culminação lógica dos repetidos ataques piratas perpetrados até então, um «apoio»



Fidel Castro declarou: «O povo deu uma prova extraordinária: defendeu os seus direitos, as suas terras e a sua honra».

à queima de campos de cana de açúcar e de centenas de violações que se seguíam à agressão económica do governo dos Estados Unidos — supressão da cota açucareira, dos embarques de petróleo, bloqueio comercial — e a «Operação Prelúdio», como os próprios americanos lhe chamaram, da agressão militar assente em bandos de

O retrato dos mercenários que o Imperialismo lançou contra Cuba e que o povo cubano esmagou em Playa Girón: 800 dos 1 500 invasores haviam possuído (ou as suas famílias) antes da Revolução 370 628 hectares de terra, 9 666 vivendas, 10 centrais açucareiras, cinco minas e dois bancos; 135 eram ex-militares das tropas do ditador Batista, 65 delinquentes, entre os quais três torturadores e assassinos.

mercenários treinados entre Março de 1960 e Abril de 1961 em 13 acampamentos espalhados pela Guatemala, Nicarágua, Estados Unidos, e nas bases militares norte-americanas situadas em Porto Rico e na zona do canal do Panamá.

Assim a chamada «Operação Prelúdio» resultou num fracasso ratificado amplamente, um dia depois, pelas palavras que o comandante Fidel Castro dirigiu ao povo durante o funeral das vítimas, palavras que proclamaram, pela primeira vez, o carácter socialista da Revolução cubana e mobilizaram todo o povo, perante a iminência duma invasão.



Apenas em 72 horas o povo cubano derrotou a invasão imperialista. Foram aprisionados 1 197 mercenários; a sua arrogância desfez-se perante a determinação do povo cubano.

madrugada do dia 17 — Raúl Roa, delegado cubano na ONU, anunciava: «Meu dever informar oficialmente que a República de Cuba foi esta manhã invadida por um exército de mercenários proveniente da Guatemala e da Flórida e que foi organizado, financiado e armado pelo governo dos Estados Unidos da América».

O governo de Cuba — acrescentou vigorosamente — acusa solenemente o governo dos Estados Unidos da América perante esta Comissão e a opinião pública mundial, de intentar o uso da força para resolver os seus problemas com os Estados membros.

Vinte e quatro horas depois desta desagradável gravosa de um enérgico protesto em todos os pontos do Hemisfério, numa prova da solidariedade internacional com a causa de Cuba.

PORMENORES DUMA DERROTA

A brigada mercenária também partiu da Nicarágua, escoltada em todo o seu percurso por unidades da Marinha de guerra americana. Era composta por cinco batalhões de infantaria, um de pára-quedistas e outro de armas pesadas, um grupo de demolição submarina e uma companhia de tanques: 16 aviões B-26, um C-46 e seis C-54; uma frota de cinco barcos armados («Houston», «Atlântico», «Rio Escondido», «Caribe» e «Lake Charles»); três barcas de transporte e desembarque de equipamentos pesados, quatro para transporte de pessoal e duas unidades de guerra usadas na marinha norte-americana.

Playa Girón, último reduto dos invasores, caiu a 19 sob o avanço simultâneo das tropas revolucionárias. Foi o seguinte o saldo deste triunfo: 200 mercenários mortos, numerosos feridos e 1 197 prisioneiros; 11 aviões e dois barcos abatidos. Foi este o epílogo do portentoso aparato militar enviado pelo imperialismo norte-americano, cujas intenções eram denunciadas, entre outras coisas, pela composição social da brigada mercenária: no cômputo geral dos 800 invasores entrevistados apurou-se que, estes ou as suas famílias, haviam possuído 370 628 hectares de terras, 9 666 vivendas, 10 centrais açucareiras, cinco minas de dois bancos. Na análise efectuada a outro grupo, também ficou patente o estolo moral destas

indivíduos: 135 ex-militares da tirania de Batista, e 65 delinquentes, entre os quais três torturadores e assassinos. Sete dias depois da derrota uma agência noticiosa norte-americana emitiu o seguinte telegrama de Washington: O governo dos Estados Unidos, depois do fracasso que sofreu com a invasão mercenária que enviou a Cuba, anunciou que imporá um embargo total às importações deste país.

O secretário para a Imprensa da Casa Branca fez esta declaração após o presidente Kennedy se ter avistado com os líderes do Congresso dos EUA.

Esta medida, que vinha sendo considerada há vários meses pelo governo norte-americano e classificada como uma nova agressão ao pequeno país das Caraíbas, foi aplicada logo após o esmagamento pelas forças populares da invasão mercenária organizada, preparada e financiada pelo governo dos Estados Unidos e pela qual, recentemente, o presidente Kennedy se tornara publicamente responsável.

A VITÓRIA DO POVO

A 23 de Abril o Comandante Fidel Castro aparecia na Televisão para explicar os detalhes da invasão: Pensamos que o Povo deu uma prova extraordinária; defendeu os seus direitos, defendeu as suas terras, defendeu a sua honra. Para além disso conseguiu a administração de todo o mundo; alcançou um enorme prestígio, infligiu ao Imperialismo uma estrondosa derrota, venceu uma batalha em favor da Paz.

(...) O Povo saboreou esta hora de triunfo. A alegria desta vitória sobre os mercenários foi motivo de grande alegria, de alegria justa e merecida pelo Povo, de conflagração do Povo. Por isso recordem que as vitórias alcançam-se assim: à base de sacrifícios, à base dos homens que tombaram (...) que tombaram para garantir o futuro da Pátria.



Um fulano que subcreva DF o que o «Jornal Novo» enviou aos Açores na qualidade de «enviado especial» após a agressão ao ministro Almeida Santos perpetrada por uma praça onde se manifesta bastante indignado com o facto daquele dirigente socialista... se ter debrado raptar!!! No curioso escrevinhar do homem, Almeida Santos «como político, com a sua atitude de fraqueza ao contribuir para uma dimensão maior dos acontecimentos, serviu os desejos da União Soviética, apostada seriamente em amplificar os focos de tensão nos Açores e na Madeira»!

Conclui-se assim que para o «Jornal Novo» se um ministro português e dirigente do PS se dispôs a ser espancado nos Açores por um bando de fascistas isso deve servir os interesses da «defesa do Ocidente» ou, colas pelo estilo... O que, bem vistas as coisas, não é uma novidade por aí além...

Acerca da «Conferência sobre a Ameaça Russa», um dos seus promotores — Tomaz Rosa (o zé da responsabilidade do referido promotor) — publicou uma prosinha onde faz revelações verdadeiramente sensacionais sobre o projectado conciliábulo. Fica-se assim sabendo as coisas seguintes:

— a conferência não é anticomunista, que idela;

— a conferência não é anti-soviética, nem coisa que se pareça;

— o PCP é uma organização da extrema-direita (tal qual);

— mediante a realização da «conferência», os «dirigentes do Kremlin sentem-se desmascarados»;

— o promotor em questão «tem provas dadas na defesa da democracia».

Estas coisas são bom que se saibam porque, de facto, esclarecem um facto: é que esta gente nem sequer consegue assumir as suas posições reacçãoárias.

O «Sindicato Geral Democrático dos Trabalhadores» (ex-Movimento Democrático do Trabalho) divulgou as suas orientações acerca do 1.º de Maio. A rapaziada do Geral manifesta-se profundamente sentida com a «burguesia nacional» por ser «incapaz de tomar medidas eficazes para travar o agravamento da crise económica e realizar uma estabilidade duradoura a nível político e militar». A braços com esta dramática importância da burguesia, os pequenos reclamam altamente que a linter possa acumular papel de destaque na defesa dos interesses dos trabalhadores e propõe que se faça do 1.º de Maio uma jornada de luta... contra a CGTP!!! Para tanto, dão o seu contributo: um piquenique, várias provas de atletismo e futebol e uma sessão cultural no Teatro Maria Matos (onde cabem umas centenas de pessoas).

Além destas «Iniciativas», há mais: a defunta «Carta Aberta» também vai fazer comemorações do 1.º de Maio... mas ainda não sabe o quê! O célebre dirigente sindical Pelágio Madeira, da «Central Democrática de Trabalhadores» por seu turno, resolveu não comemorar o 1.º de Maio: o indivíduo afirma que se fizesse o contrário tal poderia ser «interpretado como divórcio dos trabalhadores». A não participação de Pelágio deverá assim ser interpretada como uma saudável subtração.

Semana

12

Quarta-feira

A Polícia espanhola apreende armamento e detém 20 suspeitos numa acção contra o Movimento para a Independência das Ilhas Canárias (MPIAIC), clandestino. ■ Travam-se ferozes combates, com utilização de foguetões e metralhadoras pesadas, a sudeste de Beirute (Libano), entre mulcumanos e cristãos dreístas. ■ A agência noticiosa angolana «ANGOP» informa que Agostinho Neto, presidente da RPA e do MPLA, no prosseguimento da sua viagem pelo sul da URSS, se encontra actualmente na Crimeia. ■ Miguel Padilla, subsecretário de Estado da Coordenação Económica da Argentina, é morto num atentado a tiro reivindicado pelos Montoneros. ■ Comandos do «Bloco Popular Revolucionário», organização guerrilheira de El Salvador (América Central) ocupam as embaixadas do Panamá, Venezuela, Costa Rica, México e Suíça e ainda a catedral de S. Salvador, para chamarem a atenção internacional sobre os incidentes rurais neste país ■ O empresário brasileiro Kurt Mirow confirma perante a Polícia Federal do Brasil as suas denúncias contra 15 multinacionais, acusando-as de suborno e corrupção nas suas actividades no país, o que levou à desnacionalização de 95% das indústrias nacionais no ramo da electrónica. ■ Em Itália é aprisionado um presumível elemento das Brigadas Vermelhas, ferido e abandonado pelos companheiros durante uma operação, que conduziu ao assassinio dum guarda prisional ■ Carter afirma esperar que os EUA e a China estabeleçam plenas relações diplomáticas ■ O académico Boris Petrov, presidente da «INTERCOSMOS», declara em Moscovo que cosmonautas polacos e da RDA, treinados na URSS, participarão nos próximos voos espaciais «habitados» da União Soviética ■ Estão em greve mais de 350 mil trabalhadores espanhóis dos sectores têxtil, metalúrgico, gráfico e mineiro (minas de carvão).

13

Quinta-feira

1960 — Entra em vigor nesta data a «Carta» do CAME.

A ditadura brasileira dissolve os dois únicos partidos legais do país, a ARENA (governamental) e o MDB (oposição) porque «a urgência política que deu origem a esses partidos terminou»; tal facto ocorre antes das eleições previstas para Novembro, onde se esperaria uma derrota espectacular da ARENA ■ O secretário de Estado norte-americano Cyrus Vance inicia uma viagem à África que o levará à Tanzânia, Rodésia e África do Sul ■ O governo chileno demite-se em bloco, enquanto o «caso Lonelli» abala cada vez mais a Junta de Pinochet ■ O secretário norte-americano do Tesouro, Michael Blumenthal, declara que a inflação no seu país poderá ultrapassar este ano os 6,8%, registados o ano passado ■ Dois congressistas norte-americanos pedem ao presidente Carter que investigue notícias segundo as quais a CIA instalou duas estações de radar e energia nuclear em dois picos do Himalaia, a fim de espiar as experiências nucleares chinesas ■ Na Itália o Governo, o Parlamento e os Partidos retomam as suas actividades normais ■ O Partido Trabalhista britânico ganha a eleição parcial de Garscadden, Glasgow, na Escócia.

14

Sexta-feira

1968 — Morre em combate o comandante Hoji Ya Henda, herói do MPLA.

Só 46% dos americanos acham que Carter está a fazer um bom trabalho, o que constitui o mais baixo índice de popularidade jamais atingido por um presidente dos EUA ■ Os Estados Unidos são acusados formalmente de serem os causadores do maior desastre ecológico do Brasil por terem atirado ao mar, frente à costa sul do país, o chamado «agente Naranja», veneno instantâneo utilizado na guerra do Vietname ■ Os caminhos-de-ferro japoneses paralizam completamente devido a uma greve de maquinistas, por 24 horas, em reivindicação por melhores salários e condições de trabalho ■ Despenham-se dois «Phanton F-4-E» da Força Aérea norte-americana, depois de colidirem, em pleno voo, no acidente morreu um dos 4 elementos da tripulação ■ O ministro espanhol do Interior, Rudiofo Martín Villa, aceita a proposta conjunta das centrais sindicais «Comissões Obreras» e UGT para se celebrar publicamente o 1.º de Maio em todo o país ■ O Conselho Executivo Rodésiano liberta 100 presos políticos, encarcerados há mais de 10 anos sem culpa formada.

15

Sábado

1970 — O Conselho da Europa aprova uma resolução que condena a ditadura fascista dos «coroneis», na Grécia, pela violação dos Direitos do Homem.

Uma carta duvidosa oferecendo informações em troca de recompensa dá uma tênue esperança às buscas para encontrar o ex-primeiro-ministro italiano, Aldo Moro ■ Os deputados italianos aprovam a lei que autoriza o aborto em Itália, após uma discussão ininterrupta de 36 horas ■ O general Olímpio Mourão Filho, falecido em 1972 e que participou no golpe fascista de 1964, no Brasil, afirma nas suas «Memórias» que o ex-presidente João Goulart e o ex-governador Leonel Brizola nunca foram comunistas, o que pode ter fortes repercussões, pois o golpe militar sempre se justificou afirmando que Goulart queria «comunizar» o Brasil ■ Na Turquia a direita mata cinco pessoas em três atentados ■ É formado novo governo no Chile que, apesar de surgir constituído maioritariamente por civis, é considerado como uma tentativa de reforço da junta fascista de Pinochet ■ A FROLINT (Frente de Libertação do Tchade) liberta 2 reféns.

16

Domingo

1790 — Morre Benjamin Franklin, cientista, político e escritor norte-americano.

A imprensa italiana admite que a vida de Aldo Moro está «por um fio» ao tomar conhecimento da condenação à morte decretada pelas «Brigadas Vermelhas» num preterito «juízo popular» ■ Mais de 100 pessoas morreram em consequência de um tornado, ■ Mais de 100 pessoas morreram em consequência de um tornado, que se abate sobre o Estado indiano de Orissa ■ Michel Debré, membro do Movimento Gaullista RPR, declara à emissora da Europa 1, que a Assembleia Europeia «tratará de assuntos diplomáticos e militares» e fa-lo-á «contra a independência francesa» ■ Carter e os seus colaboradores mais directos entram «em retiro» na residência de Camp David para analisarem as causas da assustadora descaida de popularidade do presidente dos EUA ■ Individualidades da esquerda do mundo cultural, político e económico da RFA lançam um apelo em Hannover para a formação dum movimento de defesa dos Direitos Humanos no país ■ Inicia-se em Praga o IX Congresso da Federação Sindical Mundial (FSM) com a participação de mais de 1100 delegados, em representação de cerca de 260 milhões de trabalhadores de 140 países.

1961 — Ataque norte-americano a Cuba (Playa Giron). Em cerca de 72 horas as Forças Armadas Revolucionárias, comandadas por Fidel Castro, com as milícias populares, infligiram ao mais poderoso país imperialista do mundo uma humilhante derrota.

17

Segunda-feira

A Democracia Cristã Italiana apela à «humanidade» dos raptores de Aldo Moro ■ O 1.º dia de trabalhos do IX Congresso do FSM, a decorrer em Praga, é caracterizado por intervenções na defesa da unidade do movimento sindical internacional ■ Líderes da Frente Patriótica rejeitam, em Dar-es-Salaam, elementos-chave do plano anglo-americano para o problema da Rodésia e classificam-nos um sistema pluralista para o país como «um luxo e uma diversão» ■ O secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, chega ao Líbano para conversações com o governo deste país e representantes palestinianos acerca da consolidação do cessar-fogo na região meridional ■ O «Middle East Economic Review» anuncia que a OPEP vai reunir-se no próximo dia 4 em Taif (Arábia Saudita).

18

Terça-feira

1970 — É denunciado um massacre de mais de 100 civis vietnamenses, em Takeo, Camboja, pelas tropas governamentais ao serviço dos americanos.

Um planfletto assinado pelas Brigadas Vermelhas anuncia que Aldo Moro se «suicidou» ■ O governo do Peru recusa as condições que o Fundo Monetário Internacional (FMI) queria impor ao país para conceder os seus «empréstimos destinados a colocar a economia numa base sólida» ■ A comissão Internacional de Juristas, com sede em Genebra, denuncia que 23 juizes e advogados foram assassinados na Argentina nos últimos 4 anos, enquanto 41 desapareceram e 109 estão ou estiveram presos.

Eleições e luta de massas na América Latina

Numa reunião do Conselho Consultivo do Banco Mundial, realizada em La Paz, delegados dos EUA, da RFA e da Grã-Bretanha pronunciaram-se pela «democratização» da Bolívia. Isto num momento em que Hugo Banzer, temendo as consequências das eleições que ele próprio se tinha visto obrigado a marcar, se esforçava por as cancelar recorrendo normeadamente ao «argumento» dos litígios fronteiriços com o Chile. A primeira vista parece um contra-senso — o capital internacional empenhado na democratização da América Latina. Na verdade trata-se de um facto deveras significativo do tipo de «democracia» que o imperialismo deseja ver institucionalizada em zonas em que ainda domina. A intervenção do representante britânico foi particularmente eloquente ao recordar que, há um ano, a Bolívia perdeu um crédito de 25 milhões de dólares por, manifestamente, não ser um país democrático. Assim, o que o imperialismo pretende é que países como a Bolívia adquiram a necessária fachada democrática para que os apoios e muito em particular os negócios possam decorrer sem os sobressaltos da pressão da opinião pública internacional, criando simultaneamente as permissas para o prolongamento da exploração — que o actual esquema político, provocando o crescente descontentamento popular, torna cada vez mais periclitante. Uma posição que testemunha as preocupações e as dificuldades do imperialismo na América Latina.

O exemplo da Bolívia

é particularmente elucidativo do tipo de manobras demagógicas a que o imperialismo recorre para dar cobertura democrática ao prosseguimento de regimes que mantêm na sua dependência, e também do profundo descontentamento popular, do crescente grau de maturação e de organização das massas na América Latina. Trata-se de um processo de que se vem a repetir nos vários regimes reaccionários: convocação de eleições com objectivos claramente demagógicos, reacção popular e organização das forças de esquerda, importantes lutas de massas.

Na Bolívia, a esquerda oficializou há alguns dias a formação de uma frente de unidade — a Frente da Unidade Democrática e Popular (FDUP) — formada pelo Partido Comunista da Bolívia, Partido Socialista, Movimento de Esquerda Revolucionária e Movimento Nacionalista Revolucionário de Esquerda. Foi assim criada uma plataforma de unidade entre as forças de esquerda para as eleições a realizar em 9 de Julho.

O regime fascista chileno debate-se também no difícil problema de equilibrar uma bem apertada «democratização», que possa cobrir satisfatoriamente os interesses do capital internacional, com o prosseguimento de uma violenta repressão. É significativo que, enquanto Pinochet procedia a mais uma remodelação governamental (com a integração de outro civil, desta vez no Ministério do Interior), voltando a falar de uma nova Constituição que

deverá estar pronta até ao fim do ano, esse anunciava o fim do recolher obrigatório e promessas de amnistia dos presos políticos (e os desaparecidos?), o ministro chileno da Economia negociasse na RFA o aumento de investimentos de acordo com a informação da embaixada do Chile em Bona, o objectivo desta visita do ministro chileno era «informar políticos e homens de negócios da RFA sobre o recente desenvolvimento operado no seu país».

No Brasil, ressalta o intrincado conjunto das contradições do regime, que simultaneamente tem que fazer frente à força crescente da oposição. Marcadas as eleições presidenciais para 15 de Outubro, a ARENA escolhe o candidato oficial à presidência, general João Baptista de Figueiredo, sem entretanto conseguir evitar o aparecimento de um outro candidato, no quadro de gentes e interesses ligados à ditadura — Magalhães Pinto, um dos mentores civis do golpe contra o governo constitucional de Goulart. Também do Exército as contradições são visíveis. Determina-se, entretanto, a dissolução simultânea dos dois partidos legais — ARENA, do governo, e MDB, da oposição que seriam substituídos por diferentes partidos que, nas palavras do candidato oficial, «podem e devem discordar dos governos, sempre que o julguem necessário, mas uma coisa muito diferente é colocarem-se contra a revolução» (ou seja, contra o golpe que, em Março de 64, instaurou a ditadura militar fascista). Acrescente-se que o Partido Comunista Brasileiro

não será admitido neste novo esquema; acrescente-se as preocupações do governo de Geisel, resultantes do aumento da influência do MDB particularmente manifestad nas eleições de 74 e 76 — e os objectivos ficam claros: dividir a esquerda, isolar os comunistas, dar foros de democracia a um regime que permanece claramente ditatorial, evitar novos avanços eleitorais da oposição. Entretanto, e para já, os resultados não são compensadores: enquanto a ARENA se fragmenta, os vários componentes do MDB mantêm a sua unidade. Por outro lado, e traduzindo a força do protesto popular, a questão da amnistia — uma reivindicação central do povo brasileiro — começa a ser referida, mesmo dentro dos próprios meios oficiais, como uma necessidade que não pode ser calada.

Referimos só alguns países da América Latina. Mas o que se passa na Bolívia, no Chile, no Brasil, acontece também em Argentina, na Nicarágua, em Salvador, em muitos outros países onde, em circunstâncias diferentes, se luta pela liberdade, pela verdadeira democracia, enquanto regimes conservadores ou reaccionários tentam perpetuar-se recorrendo a manobras de «democratização».

A simultaneidade aponta claramente não só para os evidentes progressos mas também para a mão do «patrão», que ontem alimentou e apoiou golpes reaccionários e fascistas, e hoje se vê na necessidade de promover «democratizações» em série.

China: uma forma «original» de colocar problemas fronteiriços

No dia 24 de Fevereiro deste ano, o Presidium do Soviete Supremo da URSS enviou ao Comité Permanente da Assembleia dos Representantes do Povo da China, uma mensagem propondo uma declaração conjunta entre os dois países, na base dos princípios da coexistência pacífica, do firme respeito dos princípios de igualdade de direitos, respeito mútuo da soberania e da integridade territorial, não ingerência nos assuntos internos um do outro e não utilização da força. Esta declaração constituiria um passo importante para a normalização das relações entre os dois países.

Pequim recusou a proposta soviética, fazendo simultaneamente recrudescer a rotineira campanha anti-soviética. As razões invocadas para tal recusa, nas declarações dos órgãos de propaganda, assentam num pretenso acordo de compreensão mútua que teria sido alcançado durante o encontro dos chefes do governo da URSS e da China, realizado a 11 de Setembro de 1969, em Pequim. Estas «razões» têm sido invocadas sempre que a União Soviética reafirma a sua vontade de normalização de relações.

Como interpreta a parte chinesa os problemas discutidos no encontro de 69? De que problemas se trata realmente?

Há um conjunto de problemas sobre os quais foi possível obter pontos de vista semelhantes: ambas as partes manifestaram a opinião de que

deveriam ser tomadas medidas para a normalização das relações soviético-chinesas. Concordeu-se ainda que a regularização dos problemas fronteiriços constituiria um elemento importante nessa normalização. Estabeleceu-se, por outro lado, não permitir conflitos armados na fronteira e resolver todos os problemas por meio de conversações. Foram tomadas algumas medidas, de acordo com os resultados alcançados nestes contactos, nomeadamente no que respecta à ampliação do comércio e à troca de embaixadores.

Este o esboço de acordo a que se chegou de facto.

Entretanto Pequim tenta impor um conjunto de exigências inaceitáveis, que surgem como condição para o prosseguimento dos

contactos no sentido da normalização das relações entre os dois países: a aceitação por parte da URSS da existência de «regiões litigiosas» no território soviético adjacente à fronteira, retirada das forças armadas destas regiões, conclusão de um acordo que consagre o «status quo» na fronteira (já com as tais regiões litigiosas); retirada das tropas soviéticas da República Popular da Mongólia (onde estão estacionadas a pedido do governo mongol), recuo das tropas soviéticas em toda a extensão da fronteira soviética-chinesa.

Porque inaceitáveis, estas exigências nunca foram reconhecidas pela URSS, como se depreende claramente da segunda carta chinesa de 6 de Outubro de 1969, em que se reafirma o desejo de «chegar a um acordo» a respeito dos

diversos problemas, inclusive no que respeita às «regiões litigiosas». Apesãr disso a China afirma hoje que a União Soviética teria «violado» um acordo que nunca assinou.

Como surge o conceito de «regiões litigiosas»? Porquê a existência de problemas fronteiriços entre a China e a União Soviética?

Até ao ano de 1960, a China nunca fez quaisquer declarações em que reclamasse territórios da URSS, à excepção dos ataques a território soviético por parte de Chiang Kai-shek. Este problema só apareceu desde que os dirigentes da China, rompendo as relações amistosas com a URSS, assumiram posições nacionalistas de grande potência. A União Soviética tem-se esforçado permanentemente por solucionar esta questão, reduzindo-a naturalmente às suas verdadeiras proporções: a rectificação de alguns trechos de fronteira, de acordo com os documentos russo-chineses baseados em tratados. Em 1964, por iniciativa da URSS, realizaram-se consultas neste sentido. O mesmo foi feito em

69 e 70. Em Janeiro de 71 a União Soviética propôs à parte chinesa um tratado de não utilização da força e em 73 um tratado de não-agressão. Todas estas diligências e propostas têm sido sistematicamente rejeitadas pela China.

As propostas e diligências da URSS, a China opõe as suas exigências sobre «regiões litigiosas» que correspondem, de facto, a pedaços de território soviético, arbitrariamente considerado, pelas autoridades chinesas, como território chinês.

Que pretende o governo chinês com esta posição, com as exigências inaceitáveis que apresenta sistematicamente?

Os factos falam por si. A China não está em nada interessada no restabelecimento de relações normais com a União Soviética. O «problema fronteiriço» não existe realmente, foi inventado para alimentar um espírito de chauvinismo e anti-sovietismo indispensável para a linha política que vem sendo seguida por Pequim. As

de guerrilheiros e insiste na sua política expansionista, «tomaremos as medidas apropriadas para lhes aplicarmos um golpe severo, para que não voltem mais a levantar a hedionda cabeça. Desta vez a batalha não será travada dentro das fronteiras etíopes».

● **Waldheim preocupado com o Líbano** — Alentidão com que os sionistas estão «retrando» do sul do Líbano despostou já o secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, que se deslocou esta semana a Beirute para conferenciar com o presidente do Líbano, Elias Sarkis, e com o dirigente da Organização de Libertação da Palestina (OLP), Yasser Arafat. Afirmando que «o início da retirada israelita já aconteceu», Waldheim, no entanto, considerou que «isso é só um começo e não foi de acordo com os nossos desejos para a plena restauração da soberania libanesa».

declarações no que respeita a uma «ameaça soviética», que poderia vir nomeadamente da Mongólia, deixam claro o vazio do seu conteúdo quando a China recusa todas as propostas soviéticas para evitar a utilização da força e recorre a manobras provocatórias como grandes concentrações de tropas junto à fronteira mongol, como foi denunciado pelo embaixador mongol em Tóquio. Os esforços de aproximação com a CEE e no sentido de um estabelecimento de laços com a NATO confirmam a linha de orientação política externa chinesa.

Se Pequim quiser realmente melhorar as relações entre a URSS e a República Popular da China, numa base realista, todas as portas estão abertas. São múltiplas as iniciativas soviéticas que correspondem plenamente aos interesses básicos dos povos soviético e chinês. Como declarou o camarada Leonid Brejnev, em Novembro de 77, «não procuremos adivinhar como evoluirão as relações soviético-chinesas. Só quero dizer que as nossas repetidas propostas para a sua normalização continuam de pé».

Breves notícias

● **O conflito do deserto de Ogaden** — Siad Barre parece não ter aprendido a lição com a derrota estrondosa sofrida pelas suas tropas, ao invadirem a Etiópia. Numa recente deslocação à China o presidente somali pediu auxílio à RPC para «a guerra que trava com a Etiópia», já que o seu país «continua a lutar para libertar a Somália Ocidental da Etiópia».

Este expansionismo obstinado é tão inconsequente como perigoso — inconsequente porque votado ao fracasso, perigoso pois pode recender confrontos na zona, cujas trágicas consequências recairão novamente sobre os dois povos e, em particular, sobre o povo somali, alheio às manobras criminosas do seu governo.

Entretanto a Etiópia já lançou um sério aviso a Mogadíscio, advertindo que se continua com as provocações, do género de disfarçar soldados

de guerrilheiros e insiste na sua política expansionista, «tomaremos as medidas apropriadas para lhes aplicarmos um golpe severo, para que não voltem mais a levantar a hedionda cabeça. Desta vez a batalha não será travada dentro das fronteiras etíopes».

● **Waldheim preocupado com o Líbano** — Alentidão com que os sionistas estão «retrando» do sul do Líbano despostou já o secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, que se deslocou esta semana a Beirute para conferenciar com o presidente do Líbano, Elias Sarkis, e com o dirigente da Organização de Libertação da Palestina (OLP), Yasser Arafat. Afirmando que «o início da retirada israelita já aconteceu», Waldheim, no entanto, considerou que «isso é só um começo e não foi de acordo com os nossos desejos para a plena restauração da soberania libanesa».

Esta declaração nada tem de singular — apenas demonstra que o procedimento sionista é escandaloso e mistificador, alargando cada vez mais o coro dos protestos mundiais. Quando invadiram o Líbano, os sionistas não pretendiam outra coisa senão a ocupação violenta de mais territórios, na lógica expansionista que os caracteriza e segundo os esquemas criminosos que os regem. Retirão do Líbano, sim, e de todos os territórios árabes ocupados, mas só quando forem inapelavelmente esmagados por todas as suas vítimas: os palestinianos oprimidos e o povo israelita, há tanto mergulhado na voragem do revanchismo sionista.

● **A FRELIMO fortalece-se** — Centenas de jovens operários camponeses, empregados e intelectuais aderiram à FRELIMO, vanguarda do Povo moçambicano, nos primeiros três meses da Campanha de Novos Militantes.

Foram criadas centenas de Organizações de base em empresas industriais, vilas e propriedades agrícolas do Estado, que estão mobilizando o povo trabalhador para a aplicação do Plano Económico Nacional traçado pela FRELIMO, assegurando assim o crescimento económico do país e a criação das bases materiais para a construção do Socialismo.

Desenho de Nuez em «Gramma»

Lénine

No dia 22 de Abril de 1870, nasceu, na cidade de Simbirsk (hoje Ulianovsk), nas margens do Volga, Vladimir Ilitch Ulianov, Lénine.

Dois homens caminham pelas ruas de Petrogrado. Numerosas patrulhas militares percorrem a cidade de Pedro e grupos de espíões e de agentes policiais perscrutam na sombra o rosto dos transeuntes ou exigem-lhes a identificação.

Aproxima-se a meia-noite de 24 de Outubro (6 de Novembro) de 1917, véspera da insurreição armada, da revolução socialista.

No profundo e frio da noite, os passos dos dois caminheiros ressoam sobre o pavimento. Uma patrulha detém-nos: procuram Lénine, obstinadamente. Há ordem para o matar. Eino Rakhia, elemento de ligação do Comité Central do Partido bolchevique, o mais alto dos dois, de aspecto báltico ou finlandês, distral as atenções do militar, enquanto o seu companheiro prossegue em frente. A contraluz destaca a silhueta que se afasta: um homem baixo e entroncado, de passo enérgico e nervoso, a cabeça socrática, poderosa e atraente para um escultor.

Hoje, decorrido pouco mais de meio século, centenas de milhões de homens teriam reconhecido Lénine — apesar do grosseiro e elementar disfarce —, o chefe da revolução socialista internacional.

É Lénine que caminha, pressuroso, diante da morte que o espelrita, horas antes do troar do *Aurora*. Dirige-se para o Smolny, quartel-general da insurreição sito no outro lado da cidade crispada e vigilante.

Em derredor há milhares de luzes...
A tiracção, correias de espingardas...

canta, em *Os Doze*, Alexander Blok (1).

Eino Rakhia depressa o alcança, chegando juntos ao antigo Colégio das filhas da nobreza; agora, funciona ali o cérebro da direcção bolchevique.

«O aparecimento de Lénine foi inteiramente inesperado. Entrou no Smolny sem que ninguém o aguardasse. Este acto de Lénine, assombroso pela audácia, deixou atónitos todos os presentes, pois sabíamos perfeitamente que os cães de fila da contra-revolução andavam literalmente à caça de Lénine e que o Governo Provisório oferecera pela sua cabeça uma forte recompensa. E de súbito, sem avisar e sem qualquer protecção, Vladimir Ilitch encaminha-se para o Smolny, através do tempestuoso Petrogrado, onde, ao dobrar de cada esquina, podia esperá-lo o inimigo», assim é recordado o episódio por I. Ereméev, chefe do destacamento de metralhadoras da fábrica Putilov.

Não se sabe ao certo se Lénine abandonou o seu refúgio — o apartamento de Fofánova, em Viborg, subúrbio operário de Petrogrado — por decisão do Partido, ou se assumiu a responsabilidade de correr todos os riscos a fim de ocupar imediatamente o cargo que desempenha, de chefe do Partido bolchevique, de dirigente da insurreição que preparava desde Julho-Agosto; através de um vasto e rico trabalho teórico, político, organizativo e técnico-militar. Discutira frequentemente, quer

com os seus velhos camaradas do Partido, quer com os recém-admitidos, como Trotski, de origem não bolchevique. Neste período, a sua brilhante e vigorosa maturidade atinge o ponto culminante. Lénine tem 47 anos; restar-lhe-ão de vida outros sete, absorvidos por um trabalho titânico: assentar os alicerces da nossa época, o tempo da vitória internacional do socialismo. É preciso, para isso, salvaguardar a revolução triunfante; vencer na guerra civil, elaborar, numa situação de ruína e de atraso, as vias concretas da edificação socialista; fundar e dirigir a Internacional Comunista; conceber a estratégia e a tática da revolução socialista internacional, em que se inclui, necessariamente, a sublevação dos povos coloniais e dependentes; estabelecer as correlações dialécticas entre a paz e a revolução num mundo dividido por sistemas sociais antagónicos, mortalmente inimigos; ser chefe do Partido — do mais combativo partido do proletariado, imagem inspiradora para todos os partidos operários do mundo —, o que significa encabeçar uma direcção colectiva unificada pelos princípios marxistas, forjada, como o metal, no fogo da luta ideológica, na disciplina consciente e na exigência da responsabilidade individual.

Em vez de objecto de culto, o que importa é ser um chefe autenticamente popular (Lénine, na sua juventude, teve de defender «a autoridade dos chefes» e voltaria ao tema, depois da revolução, nas páginas magistrais de *A doença infantil...*), um chefe querido e respeitado pelo Partido e pelo povo, sem jamais cair na demagogia indigna e sem deixar de criticar severamente os erros, mas livre do seco pedantismo burocrático. E, sem dúvida, apetrechado de conhecimentos teóricos, dominando a metodologia marxista. Já em *Que Fazer?* — a propósito dos chefes europeus —, Lénine escreve, citando Engels:



Vladimir Ilitch Lénine discursando na Praça Sverdlov às tropas que iriam partir para a frente polaca.



Lénine jogando xadrez com A. Bogdánov, durante uma visita à casa de Máximo Gorki.



— Lénine sentado à mesa de trabalho no Kremlin

«Sobretudo, os chefes deverão instruir-se cada vez mais em todas as questões teóricas, livrar-se cada vez mais da influência da fraseologia tradicional, própria da velha concepção do mundo, e ter sempre presente que o socialismo, desde que se tornou ciência, exige ser tratado como tal, ou seja, exige ser estudado».

Tudo isto, e de certo mais, foi e forjou Lénine nos sete anos que vão até à sua morte, com apenas cinquenta e quatro.

Qualquer outro período se poderia tomar da sua biografia e ver nele o reflexo da grandeza de Lénine: a novidade e a riqueza teórica da sua síntese dos processos da fase imperialista do capitalismo? A luta contra a guerra imperialista? A elaboração da teoria da revolução russa, do papel hegemónico do proletariado nas suas fases democrática e socialista? A sua luta contra o revisionismo nos congressos da II Internacional? Na verdade, tudo isto é difícil de separar, tudo isto apaixona e serve de fonte de inspiração, tudo isto é Lénine.

No entanto, parece-nos encontrar Lénine inteiro, nestes meses do ano de 1917, desde as *Teses de Abril*, ou o grito histórico — com um tanque por tribuna: «Viva a revolução socialista!», até esta caminhada nocturna — quase à meia-noite — rumo ao Smolny, num desafio tranquilo e com plena consciência do perigo mortal. O episódio — absurdo para frios calculistas, que nunca exporiam assim a sua pele — parece oferecer-nos a chave para compreender este homem genial, este pensador sistemático, este revolucionário apaixonado, este chefe de Partido. O sentido da vida de Lénine é a revolução socialista: desde o dia em que seu irmão Alexandr foi justificado e o estudante Volódia — Vladimir Ilitch Ulianov, mais tarde Lénine nome de guerra —, que o estima profundamente, pronuncia a célebre frase «seguiremos outro caminho»; ou quando responde orgulhoso ao polícia que o leva para a prisão. Sempre, até esta marcha da meia-noite de 24 de Outubro de 1917, Lénine se pôs ao serviço desse objectivo e soube criar o instrumento vivo da sua realização: o Partido dos bolcheviques, o Partido marxista russo. Lénine é isto, acima de tudo: um revolucionário comunista, um chefe de revolucionários comunistas organizados num partido de vanguarda.

É este mesmo Lénine que, na sua juventude, estuda *O Capital* ou investiga — ano após ano, dados sobre dados — as peculiaridades do desenvolvimento do capitalismo na Rússia, ou se encerra durante um ou dois anos na Biblioteca do Museu de Londres, ou toma de assalto centenas de livros de filosofia e física para travar a batalha contra o idealismo na sua obra *Materialismo e empiriocriticismo*; ou, nas vésperas da primeira guerra mundial imperialista, acumula centenas de páginas de análise da fase imperialista do capitalismo, ou mergulha na leitura exaustiva de Hegel, que resume e comenta, para resgatar a «alma palpitante» do marxismo — a dialéctica — e brandi-la como uma espada contra o oportunismo.

É o mesmo que estuda cuidadosamente Clausewitz (2) e outros estrategas, que cita Cluseret (3) acerca dos combates

de rua, e lê e relê e torna a ler a história — política e técnica — das grandes revoluções; que, enfim, se regozija quando 1905 reabita — sob a forma diferente de guerrilha — a tática de barricadas, que Engels havia rejeitado por razões militares, após as lutas de rua de 1848 e a Comuna de Paris.

Este Lénine é o que se lamenta, a seguir a uma noite de insónia — à beira de uma biblioteca repleta, em momentos de graves decisões —, da falta de tempo para estudar os pintores contemporâneos, o que recela emocionar-se até à ternura com a *Apassionata* de Beethoven, porque a sua obra consiste na libertação da classe operária e dos povos oprimidos, em transformar o homem pela abolição das condições sociais de exploração do homem pelo homem.

Impressiona verificar — à medida que os anos passam — a extraordinária clareza com que essa missão se formula em seus trabalhos juvenis, naqueles, justamente, que foram o fundamento inabalável da vitória da revolução socialista russa. Refiro-me a *Quem são os amigos do Povo...*, ao *Que fazer?*, a *Um passo em frente, dois passos à retaguarda*, a *Dois tácticas...*

Em *Que fazer?* — obra na qual o ímpeto de Lénine se canaliza na vivacidade de uma prosa fluente e numa excelente sistematização de argumentos — achamos esta afirmação luminosa:

«A história coloca-nos hoje perante uma tarefa imediata que é a mais revolucionária de todas as tarefas imediatas do proletariado de qualquer país. A realização desta tarefa, a demolição do mais poderoso baluarte, não somente da reacção europeia, mas também (podemos dizê-lo agora) da reacção asiática, converteria o proletariado russo na vanguarda do proletariado revolucionário internacional. E temos o direito de esperar obter este título honroso, que já os nossos predecessores, os revolucionários da década de 70, mereceram, sempre que sabamos imprimir ao nosso movimento, mil vezes mais vasto e profundo, a mesma decisão abnegada e a mesma energia».

— Rodney Arismendi (4)

(1) Alexander Alexandrovitch Blok (1880-1921), poeta russo. Primeira mente simbolista, tornou-se um dos maiores poetas soviéticos, de cujo espírito revolucionário é expoente, por exemplo, a sua obra *Os Doze*, de 1919.

(2) Karl von Clausewitz (1780-1831), general prussiano. O seu tratado *Da Guerra* exerceu grande influência sobre os teóricos marxistas e os estrategas russos. É o autor da célebre definição «a guerra é a continuação da política por outros meios».

(3) Gustave-Paul Cluseret, general da Comuna de Paris.

(4) O presente texto é o primeiro capítulo do prefácio escrito pelo camarada Rodney Arismendi, secretário-geral do Partido Comunista do Uruguai, para a «Pequena Biografia de V.I. Lénine» Editado pelas Edições «Avante!» na coleção «Cadernos de Iniciação ao Marxismo-Leninismo» (Preço: 50\$000).

Alterações ao código de família: desobstrução de um caminho...

Imaginemos que uma mulher casada decidia empregar-se, motivada quer pelo desejo de se realizar profissionalmente, quer porque o salário do marido se revelava cada vez mais escasso perante a subida do custo de vida. Esta mulher consegue arranjar emprego e efectuava um contrato com terceiro. Até aqui tudo bem. Mas imaginemos ainda que o marido não estava de acordo com o facto da mulher trabalhar fora de casa. A todo o tempo, este marido de outras eras poderia denunciar o contrato de trabalho, alegando «razões ponderosas»... a não ser que a mulher em causa socialmente se situasse numa classe já privilegiada, isto é, exercesse uma profissão liberal ou função pública, ou publicasse ou representasse obras suas ou ainda dispusesse de propriedade intelectual.

Imaginemos também que uma mulher queria ser comerciante e era casada em regime de comunhão de bens. Para realizar este desejo, não poderia sequer dar um passo sem a autorização do marido... Isto porque as dívidas contraídas no exercício do comércio se presumiam aplicadas em proveito comum do casal. No entanto, o marido poderia ser comerciante sem que a mulher fosse tida ou achada para o assunto, embora pudesse igualmente vir a ser responsabilizada em caso de dívidas contraídas. Esclareça-se que também no caso de celebração de contrato de trabalho por parte do marido, não existiam «razões ponderosas» que justificassem a oposição da mulher.

Este e outros tipos de situações do Código Civil, reinante no regime fascista, que tornava a mulher uma «menor» civil perante o «poder marital», que a sujeitava em tudo a um cônjuge-patrão, tentando prolongar na família as relações de repressão da sociedade, não podem já verificar-se à face das alterações que, a partir do passado dia 1 de Abril, vieram dar ao Direito de Família uma nova dimensão, a dimensão da adequação à mais progressista Constituição de um Estado do mundo ocidental.

A mulher não é mais uma «menor» civil

Pela primeira vez, entre nós, o casamento baseia-se na igualdade de direitos e deveres

do cônjuge», a direcção da família pertence a ambos os cônjuges, que devem acordar sobre a orientação da vida em comum, tendo em conta o bem da família e os interesses do outro. A mulher é finalmente reconhecida como um cidadão. Hoje em Portugal, ela pode escolher e exercer uma profissão ou qualquer actividade não profissional sem autorização ou intervenção do cônjuge. Sobre os seus ombros não recaem mais, sob o argumento da



«Ao contrário do que sucedia anteriormente, o viúvo ou viúva é hoje equiparado aos filhos para efeitos sucessórios, sendo-lhe inclusive garantida a utilização da casa onde vivia com o cônjuge morto e os móveis que esta possuía. No caso de situação análoga ao casamento, em que um membro morre, passados dois anos de vida em comum, o sobrevivente tem direito a que lhe venham a ser pagos os alimentos, a menos do que o companheiro morto seja casado».

feminil «natureza», o governo doméstico, tal como era imposto no Código Civil de 1967. Hoje a lei diz que ambos os cônjuges são obrigados a satisfazer os encargos da família, e são-no segundo as

suas possibilidades, sem que entre em causa as considerações de sexo.

«É ao marido que compete a escolha do domicílio conjugal e é o marido o chefe da família a quem cabe, como tal,

representar a mulher e decidir em todos os actos da vida conjugal comum» — esta uma disposição do Código Civil agora completamente extinta. Do mesmo modo, a disposição que cometia ao marido, salvo raros casos, a administração dos bens do casal, e dos bens próprios da mulher ou dos bens dotais, foi substituída por um regime igualitário, isto é, não há administração em função do sexo. O que diz agora a lei? Diz que se se trata de bens próprios de cada um dos cônjuges, o titular desses bens é quem os administra, quem os rege. No caso de bens comuns, há um conjunto de bens comuns de que a lei retira aqueles que têm uma ligação especial a um dos cônjuges quer porque este cônjuge já era titular desses bens antes do casamento, quer porque esses bens lhe foram confiados ou os herdou e lhe foram doados e vieram depois a entrar no património comum em virtude do regime de bens. Quanto aos bens comuns, que não têm ligação especial a um dos cônjuges, ambos os cônjuges têm iguais poderes de administração desses bens. Inovador é ainda o facto de, relativamente aos frutos do trabalho, mesmo que estes venham a entrar na comunhão por força do regime de bens em que a maior parte dos portugueses casam, ser estabelecido que quem ganha o salário é quem o administra.

Extinta a discriminação entre filhos

À face do Código Civil, agora alterado, apenas se impunha relativamente à mãe «ser ouvida e participar em tudo o que diga respeito aos direitos do filho». As decisões cabiam ao pai no exercício exclusivo do seu poder paternal. Hoje, os pais casados exercem de comum acordo (tal como os pais não casados, vivendo em circunstâncias análogas à de casamento, o que supõe estabilidade e exclusividade de relações) o poder paternal, sem predominância de um sobre o outro. Em caso de desacordo em assuntos de particular importância, a lei admite a intervenção de um

juiz, o qual poderá ouvir o filho se este tiver mais de 14 anos e não existirem condições que o desaconselhem. Por outro lado, qualquer dos cônjuges pode aparecer a desempenhar actos que digam respeito ao poder paternal.

Não ficam aqui esgotadas as profundas alterações, que tanto agitam as forças de direita, relativas ao Código Civil. Entre estas alterações, uma assume particular significado e por isso tantas vozes discordantes dos sectores conservadores e reacçãoários se levantam em protesto. Trata-se da proibição de discriminação contra os filhos nascidos fora do casamento. Numa palavra, filhos ilegítimos é designação passada à história das profundas injustiças que a legislação em vigor durante o regime fascista consagrava. Quer nos direitos de sucessão de pais, quer na sua posição social, os filhos nascidos fora do casamento não são inferiores aos nascidos no casamento. Este e outros aspectos vêm tornar o Direito



«A lei hoje diz aos pais que devem respeitar os filhos, (anteriormente estabelecia-se apenas o dever do respeito dos filhos aos pais), devem ter em conta as opiniões dos filhos em relação a importantes questões familiares e devem-lhes reconhecer uma certa autonomia na direcção da sua própria vida em função da maturidade que estes vão atingindo».

da Família um dos mais progressistas senão o mais progressista do mundo ocidental. Realidade que mexe com a direita, realidade que certas posições esquerdistas

tendem a ignorar mas que constitui, para utilizar a expressão de Lénine, «a desobstrução de um terreno cuja construção cabe à luta das classes trabalhadoras».

Novo direito de família levanta polémica...

Assunto que acende uma polémica que se prevê não cessará em breve são as alterações introduzidas ao Código Civil, nomeadamente ao Direito da Família, que entraram em vigor no passado dia 1 de Abril. Estas alterações, cujo objectivo fundamental foi o de adequar o Código Civil à Constituição, não poderiam deixar de levantar um coro de vozes indignadas por parte de sectores conservadores e de direita. Assim, em digressão partidária pelo Algarve, o CDS, pela voz de Freitas do Amaral, reprova algumas das alterações ao Código Civil, «nomeadamente ao Direito de Família», alivia responsabilidades do pacote, dizendo que tais alterações são da responsabilidade do 1.º Governo Constitucional (alguém duvidaria que não poderia ser responsabilidade do CDS?) e «ameaça» com a análise que o seu partido vai efectuar das citadas alterações.

Que pela primeira vez a lei da família reconheça, e estabeleça mecanismos para que esse

reconhecimento seja efectivo, a dignidade da mulher como ser humano em igualdade com o homem, é princípio que obviamente não pode agradar a defensores dos interesses de uma classe que ainda possui fortes avanços de domínio no nosso País, que aposta na recuperação capitalista pelo fracasso das profundas transformações que desde há quatro anos atingiram a sociedade portuguesa.

Para esses, o despertador e a participação social e política de mais de metade da população portuguesa aparece como um avolumar do perigo da sua derrota historicamente inevitável.

Mas que sectores progressistas censuram, em nome de princípios marxistas-leninistas, as alterações ao Código Civil, porque estas alterações não estão de acordo com a realidade, porque a mulher, na prática, continua na família em posição de subalternidade, porque há desemprego, porque não há escolas e portanto os pais não poderão fazer o que diz a lei, por

exemplo, promover o seu sustento e dirigir a educação dos filhos, eis o que urge situar e esclarecer. Tais censuras partem do utópico princípio de pedir à lei, o que esta jamais em qualquer regime pode dar. A lei estabelece, e já é muito positivo que o faça, a igualdade formal. A igualdade real ganham-na os trabalhadores, as massas populares na sua luta pela transformação radical da sociedade.

Que a igualdade formal constitui apenas um passo, ainda que extremamente importante, eis uma questão que não está em causa. Nunca no mundo sucedeu que as leis fizessem revoluções, antes são estas que fazem aquelas. Em 1919, já com dois anos de poder soviético, Lénine dizia que, apesar das leis libertadoras, a mulher continuava a ser escrava do lar. E apontava o caminho imutável para a transformação desta situação: a luta de massas dirigida pelo proletariado, pelos trabalhadores senhores do poder do Estado.